

3. As Jornadas de Junho: Mobilização, Internet e Ativismo

3.1. Notas sobre Junho e depois

Escrevendo em 2005, após o estouro do escândalo que desaguaria no “Mensalão”, Luiz Werneck Vianna observava que a crise então instalada

se deprime em uma agenda negativa em o que conta é a sucessão dos escândalos, o lado farsesco e caricatural de toda uma galeria de personagens que faz o país ter uma visão melancólica de si e o ameaça com o desencanto em suas possibilidades de afirmação. Mas ela pode, ao contrário, ser o ponto de partida de uma enérgica retomada de rumos, rompendo com os riscos de uma calmaria que entorpeça a vontade coletiva, se investirmos nas duas questões centrais que afloraram no seu curso: 1) a reforma das instituições políticas e eleitorais no sentido de fortalecer os partidos e de permitir que a opinião majoritária do cidadão encontre canais efetivos de tradução na esfera pública, inclusive por meios de mecanismos de democracia direta já previstos na Carta de 1988; 2) a derrogação da cláusula implícita, vigente nesta última década na política brasileira, de que a dimensão sistêmica da economia deve ser blindada, operando autopoieticamente, das pressões e expectativas que lhe cheguem da vida política e social (VIANNA, 2006: 221).

Oito anos depois, as manifestações populares que varreram o Brasil confirmariam o diagnóstico. A ausência de investimento nas duas questões centrais de que falava Werneck Vianna enfim cobrou seu preço: a indignação contra um sistema político auto-referido, surdo aos anseios do cidadão, e a revolta contra uma prática política sequestrada pelos ditames da esfera da economia, deflagrou uma onda de revolta que marcou um vinco, uma dobra na vida política do país.

Convocada pelo Movimento Passe Livre, parcela da classe média paulistana sai às ruas da capital no dia 6 de junho contra o aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus. Reprimida com brutalidade pela polícia militar, voltaria novamente a se manifestar no seguinte, apenas para ter a voz asfixiada uma vez mais pela violência do poder público. Ignorando deliberadamente o conteúdo político das reivindicações, os jornais falam apenas em vandalismo e caos no trânsito. Os protestos crescem; no dia 11 de junho, já são 12 mil manifestantes, o triplo do número inicial. Manifestantes presos não têm direito à fiança, detidos sob acusação de “formação de quadrilha”. O Ministro da Justiça qualifica os

protestos de “absurdo”. No Jornal Nacional, Arnaldo Jabor afirma que a “população só viu um ódio tão grande à cidade quando a organização criminosa [PCC] queimou dezenas de ônibus”. Na noite de 13 de junho, o quarto protesto do MPL mais uma vez acaba em conflito, ônibus queimados e cerca de 200 manifestantes detidos. Surgem os primeiros registros de violência policial contra jornalistas; começa a ganhar repercussão na internet a brutalidade policial, um enxame de vídeos no Youtube e relatos no Facebook. Em editorial, a Folha de São Paulo exorta o poder público a agir com ainda mais rigor: “É hora de pôr um ponto final nisso”. Em 17 de junho, protestos explodem em diversas capitais brasileiras: 65 mil pessoas em São Paulo, *100 mil no Rio de Janeiro, em Brasília* manifestantes ocupam a cobertura do Congresso Nacional. No Rio de Janeiro, um grupo depreda parcialmente a Assembléia Legislativa, inclusive acuando policiais. Numa aula de *agenda setting*, a equipe de jornalistas da Globonews, em transmissão ao vivo de horas, repete *ad nauseam* que os protestos são “contra o aumento da tarifa e a PEC-37”. No dia 18, seis cidades brasileiras anunciam redução no preço das passagens; dois dias depois, o aumento de 20 centavos é revogado em São Paulo, mas a população volta às ruas. Nova onda massiva de mobilização varre dezenas de cidades, e surgem relatos de agressões a militantes de partidos de esquerda. Acusando o que seria um fascismo subjacente a tais agressões, o MPL anuncia oficialmente sua saída dos protestos. No Rio de Janeiro, a noite do dia 20 é marcada pela maior manifestação de todos o país, que termina novamente em violência, a polícia perseguindo e brutalizando grupos de pessoas em bairros distantes do epicentro do confronto, como Lapa e Glória. Na mesma noite, teria início o “Ocupa Cabral”, um grupo de aproximadamente 30 jovens montando acampamento em frente à casa do governador. No 21 de Junho a presidente Dilma Rousseff anuncia um pacto pela melhoria dos serviços públicos, baseado em três ações principais: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o uso de 100% dos *royalties* do petróleo para a educação, e o projeto de importar milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS. Os protestos prosseguem no dia 22: em Belo Horizonte, mais de 60 mil pessoas saem às ruas; em Salvador, o confronto com a polícia começa antes do jogo entre Brasil e Itália, pela Copa das Confederações. Dilma reúne-se com 26 prefeitos e 27 governadores, propõe um plebiscito para uma Constituinte exclusiva para a reforma política, e também uma lei que torna a corrupção crime hediondo. Os

protestos não arrefecem. Em Porto Alegre, 10 mil pessoas entram em confronto com a polícia no dia 24; no Rio, mil pessoas ocupam o centro da cidade; há também bloqueios de estradas em São Luís, Goiânia, Belém e no interior de São Paulo. A Câmara derruba a PEC 37, o Senado aprova lei que torna corrupção crime hediondo. Moradores da Rocinha e do Vidigal descem ao asfalto para protestar, marchando até a casa de Sérgio Cabral, no Leblon. O MPL volta a protestar na Zona Sul de São Paulo, os bloqueios continuam nas estradas. Dentre as várias manifestações que ocorrem pelo país no 26 de junho – Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Recife –, a maior se dá em Belo Horizonte, com mais de 100 mil pessoas. No dia seguinte, o Senado aprova requerimento para debater em regime de urgência o projeto do Passe Livre. As manifestações, contudo, prosseguem no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Florianópolis e João Pessoa. 30 de Junho, final das Copa das Confederações, no Maracanã: FIFA impõe bloqueio no entorno do estádio, moradores das ruas mais próximas precisam de autorização para entrar e sair de casa. O protesto “Todos ao RJ! Copa para quem?” termina em confronto, assim como os de São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e São Luís. Julho traria uma inflexão no curso dos eventos, o declínio da participação massiva e a continuação dos protestos pelas mãos de alguns focos localizados de resistência. O Rio de Janeiro segue palco dos eventos mais combativos, centrados na repulsa ao governador Sérgio Cabral.

Em resumo, as Jornadas de Junho dividem-se em três momentos: as manifestações iniciais, convocadas pelo MPL (6, 7, 11 e 13 de junho); a explosão massiva dos protestos, a partir do dia 17 até o final de junho; e por fim, a partir do final de junho e início de julho, a diminuição da intensidade dos protestos, sua fragmentação em mobilizações parciais com objetivos específicos (SINGER, 2013: 24-26). Com efeito, pode-se relacionar cada um destes momentos com os motivos pelos quais indivíduos decidem-se juntar em movimentos sociais de protestos – “instrumentalidade”, “ideologia” e “identidade” –, tal como na classificação proposta por Klandermans (2007). No momento inicial, *instrumentalidade*: motivados por uma insatisfação, atores (MPL e simpatizantes) calculam os custos e benefícios da participação, e com base nesta avaliação decidem agir. No segundo momento, *ideologia*: a ênfase agora recai em aspectos culturais, emotivos, narrativos, de indignação moral; os indivíduos se sentem

compelidos a participar do movimento para expressar uma posição fundamentalmente moral. No terceiro e último momento, identidade: o principal passa a ser o sentimento de pertencimento a um grupo, isto é, a forte identificação grupal torna-se o combustível para a ação política coletiva. Claro está que as motivações não são estanques, isto é, misturam-se nos variados estágios dos ciclos de protestos; os membros do MPL são ideologicamente motivados, por certo, assim como os grupos que permaneceram nas ruas cariocas até o fim de 2013. Não se trata, pois, de afirmar a exclusividade de uma motivação específica a cada estágio das Jornadas de Junho, mas de assinalar o predomínio de uma delas em seus diferentes momentos.

O estouro das manifestações causou assombro, como seria natural, mas os sinais de sua fermentação já estavam dados, ainda que só fosse possível ao observador discerni-los com clareza em retrospecto (NUNES, 2013b). Vejamos: os protestos contra a construção da usina de Belo Monte⁵²; a resistência popular no Rio de Janeiro ante as remoções de habitações em função dos eventos esportivos vindouros⁵³; os ataques ao mascote da Copa, em Porto Alegre⁵⁴; a luta pela permanência da Aldeia Maracanã em seu sítio original, ou da escola municipal Friedenreich⁵⁵, ambas em resistência direta aos ditames do poder público carioca – todas estas questões, que atravessam parte da pauta que apareceria nos cartazes e nas demandas vocalizadas pela multidão a partir de junho, ressonavam publicamente há algum tempo. Observando somente a questão do transporte público, estopim dos protestos, verificamos algo semelhante. Em 22/7/2001, um editorial da Folha São Paulo intitulado “Rebeldia primitiva” informava que a prefeitura paulistana contava 636 depredações de ônibus apenas no ano 2000, quase dois coletivos por dia (CARDOSO, 2013). Em 2003, a

⁵² Em 2011, protestos articulados contra a usina de Belo Monte tomaram as ruas de 15 cidades brasileiras:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/protesto+contra+belo+monte+congestionada+av+paulista/n1597167024088.html>

⁵³ Há inclusive um documentário sobre o assunto, disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=xyjX6-F3isw>

⁵⁴ Sobre este episódio, veja-se o artigo “Os vândalos ao poder. Violência política e poder popular nos protestos populares de 2012/2013 em Porto Alegre”, de Alex Martins Moraes. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/MORAES_Alex_Os_vandalos_ao_poder.pdf

⁵⁵ A ONG Meu Rio chegou a instalar uma câmera de vigilância, que avisaria os membros de sua rede caso os equipamentos da Prefeitura surgissem para demolir a escola Friedenreich. Após uma campanha de pressão orquestrada pela ONG, a Prefeitura voltou atrás na decisão de destruir a escola para dar lugar a um estacionamento para a Copa.

“Revolta do Buzu”, em Salvador, paralisou a capital baiana; em 2004, foi a vez de Santa Catarina parar em função da “Revolta da Catraca”, ponto inicial de articulação do Movimento Passe Livre, cuja plenária de fundação ocorreria no ano seguinte, durante o Fórum Social Mundial; em 2008, uma grande manifestação contra o aumento dos transportes em Brasília redundaria na aprovação do passe livre para estudantes no Distrito Federal; em 2010 e 2011, o MPL organizava protestos contra o custo dos transportes em diversas capitais brasileiras; no início de 2013, protestos na região metropolitana de São Paulo derrubam o aumento em Taboão da Serra, vitória obtida também em Porto Alegre, através da mobilização popular (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013: 18). E se é verdade que a classe operária, os movimentos populares e trabalhadores rurais não lideraram as manifestações de junho, é igualmente forçoso reconhecer que nem por isso estiveram inertes todo o tempo; basta verificar o expressivo aumento do número de greves ocorridas em 2012 (SECCO, 2013a). Em suma, pode-se afirmar muito sobre as Jornadas de Junho, exceto que foram uma espécie de “*big bang*”⁵⁶ da mobilização política da sociedade brasileira.

Ainda assim a surpresa, e a necessidade de buscar a justa metáfora e fornecer explicações. De saída, inúmeros observadores buscaram naquilo que se poderia chamar de “tese toquevilleana” – quem tem algo a perder é mais propenso a revoltar-se; a miséria, ao contrário, reproduz a paralisia debilitante – um ponto de partida para a compreensão do fenômeno (SOARES, 2013). O diagnóstico começa então pela demarcação do sujeito das manifestações. Há algum consenso quanto ao fato de que as Jornadas de Junho foram principalmente obra de jovens de classe média, integrantes da nova composição do trabalho metropolitano. Refinando o olhar, seria o caso de localizar não apenas a classe média tradicional, que não foi contemplada pelas reformas neodesenvolvimentistas do PT, mas também parte da nova e precária classe trabalhadora (SINGER, 2013) recentemente incorporada ao mercado. Algo em torno de 17 milhões de trabalhadores, 80% deles ganhando até 2 salários mínimos, em empregos com alta taxa de rotatividade, impulsionados por uma política de crescimento voltada à mineração, ao agronegócio e à construção civil (CARDOSO, 2013; BOITO, 2013). Tal diagnóstico não implica na adesão à

⁵⁶ A metáfora é de Diogo Lyra, a quem agradeço.

ofensiva governista de redefinição da classe média por critérios puramente econômicos, manobra aliás já devidamente criticada (SOUZA, 2012). Mas é fato que esta nova classe esteve também nas ruas. Segundo o IBOPE, metade dos 300 mil que tomaram a Avenida Presidente Vargas no 20 de junho eram jovens, filhos do precariado em ascensão; outra pesquisa realizada na mesma noite mostrou que a idade média dos manifestantes era de 28 anos, e que 67,6% deles ganhava até 3 salários mínimos (BRAGA, 2013: 82). De acordo com a Folha de São Paulo, 84% dos manifestantes paulistas em 17 de junho não expressavam simpatia por qualquer partido, 71% eram iniciantes em protestos, 53% tinha menos que 25 anos, e 77% possuía ensino superior (*apud* SECCO, 2013b: 77). Não foi por outra razão que o ex-presidente Lula referiu-se aos protestos como um efeito das políticas colocadas em movimento a partir da hegemonia do Partido dos Trabalhadores na política brasileira, argumentando, em artigo publicado no jornal *The New York Times*, que seria “natural” aos jovens que experimentam uma vida que seus pais não conheceram – automóvel particular, viagens de avião – desejar “mais”, isto é, cidades com transporte público eficiente, menos congestionadas.

Numa coincidência cujo simbolismo não poderia passar despercebido, o teórico do “fim da história” evocou o mesmo argumento que o ex-metalúrgico tornado presidente para explicar a motivação das Jornadas de Junho e da Primavera Árabe. “Enquanto o pobre luta para sobreviver dia após dia”, escreve Fukuyama evocando Tocqueville, “uma classe média frustrada tem muito mais chances de se engajar em atividades políticas” (FUKUYAMA, 2013; tradução minha). Há no caso brasileiro um paradoxo que as manifestações iluminaram: os que mais precisam de serviços públicos sonham com a inclusão no mercado, porque conhecem na carne sua ineficiência – o que, diga-se, é uma aspiração absolutamente racional: mantido o atual ritmo de melhorias, levariam tempo demais até atingir um patamar razoável –, ao passo que os que têm acesso aos serviços privados demandam nas ruas serviços públicos “padrão FIFA” (CARDOSO, 2013). Quem ascendeu e quer agora comprar serviços privados está em apuros. Os planos de saúde praticamente não são acessíveis à classe média mais precária, as escolas particulares disponíveis são ruins, de maneira que “o sonho de inclusão pelo mercado exige sempre mais renda, porque o melhor serviço está sempre mais adiante, escapa sempre às aspirações de quem ascende”

(ibidem, 2013: 28). Há aqui um paralelo com a situação dos manifestantes na Europa. “Ascendendo socialmente”, diz Giuseppe Cocco (2013), “os pobres brasileiros se tornam o que as classes médias européias se tornam, descendo: a nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles”. Foram os estudantes, os técnicos, os trabalhadores imateriais que integram a nova baixa classe média urbana que, apesar de minoritários em termos sociológicos, estiveram na origem das manifestações (VENTURA, 2013; COCCO, 2013); uma classe média jovem, precária, politicamente alinhada “em um campo de esquerda semi-petista ou pós-petista” (AVRITZER, 2013).

A insatisfação com o aumento do custo de vida nas grandes cidades em geral, e com o preço das passagens em particular, integra um descontentamento mais amplo referente ao funcionamento do sistema político, expresso na rejeição ao sistema representativo como um todo. Pode-se com justiça enquadrar o problema tendo por eixo a consolidação do lulismo. Neste caso, a análise recai tanto sobre a asfixia imposta aos movimentos sociais, sua cooptação pela máquina petista implicando na desmobilização dos canais de renovação da energia política, quanto, num sentido um pouco diverso, sobre a incorporação de segmentos populares antes pela via do consumo do que pela cidadania, pavimentando o caminho para a “ascensão conservadora” de que fala Vladimir Safatle⁵⁷. A reforma colocada em movimento pelo lulismo (Bolsa Família, valorização do salário mínimo, cotas raciais, bolsas de estudo, microcrédito consignado) não se fez sem o *pacto conservador*, a manutenção do enquadramento neoliberal da política econômica (juros altos, superávits primários, câmbio flutuante) que paradoxalmente atrasou-lhe o ritmo, para usar os termos de André Singer (2012). Neste sentido, uma perspectiva que ilumine ou qualifique as especificidades deste pacto parece indispensável à feitura do diagnóstico acerca da rejeição ao sistema representativo que as Jornadas de Junho evidenciaram. Talvez seja salutar recolocar as contradições do lulismo num arco mais amplo, inserindo-as dentro de nossa tradição de processos políticos excludentes, do bloqueio sistemático das instituições aos desejos de mudança da sociedade, de modo a observar o “imobilismo em movimento” que caracteriza o *pemedebismo* (NOBRE, 2013a).

⁵⁷ A ideia é desenvolvida por Safatle numa mesa redonda na USP, ao lado de Marilena Chauí e André Singer. O vídeo do encontro está disponível no seguinte endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=ZjiQQlgkBVM>

Trata-se da cultura política formada na transição para a democracia, surgida no interior do PMDB, que viria aos poucos a espalhar-se por todo o tecido institucional, colonizando-o. Tornada condição primeira da política brasileira, a lógica do pemedebismo – o arranjo de supermaiorias no legislativo, o imperativo de governar não importando o partido que esteja no poder – se derrama por sobre qualquer projeto de país ou programa ideológico, condicionando sua possibilidade de efetivação a um jogo de interesses referidos exclusivamente à uma dinâmica interna ao próprio jogo político. A crise instalada no rastro do escândalo do “mensalão” teria levado o PT a abraçar o pemedebismo despuadoradamente, até o ponto de sua normalização. Daí ser possível enxergar a disputa entre PT e PSDB pela hegemonia como uma luta intestina algo encenada – um *telecatch*, na metáfora de Marcos Nobre (2013b) –, cuja ruptura seria condição para qualquer política que procurasse se descolar do jogo de poder auto-referido, oxigenar os canais de participação popular e retomar a responsividade do sistema representativo.

(...) [A] longa transição para a democracia preservou o sistema político sem mudar sua lógica de funcionamento. A partir do momento em que a pasta informe do pemedebismo foi aceita por todas as forças políticas de peso como inevitável e incontornável, a única maneira de produzir polarização e alguma transformação econômica e social é colocar os melhores quadros para se engalfinharem pela direção da geléia geral. Essa é a cara do novo conservadorismo brasileiro, a sua forma democrática. O seu fim só virá quando a revolta das ruas atingir o ponto crítico que pode permitir sua tradução em uma reforma radical do próprio sistema político (NOBRE, 2013b: 31).

Por ora, deixemos de lado esta aposta no poder das ruas como início de uma transformação capaz de romper com o nosso “pacto conservador”. Antes, é preciso abrir uma vez mais o escopo de observação e reconhecer que a crise de representação que jaz na raiz das Jornadas de Junho não é exclusividade brasileira. Está inextricavelmente ligada a fatores estruturais globais, que subjazem aos movimentos de revolta popular que chacoalham o Ocidente há anos, como o *Occupy Wall Street* norte-americano e o 15-M espanhol. Não se trata de negar ou diminuir a importância das razões contextuais específicas de cada levante, como o *crash* imobiliário norte-americano de 2008 e a resposta da administração Obama, ou a crise econômica que se seguiu, que atingiu de modo mais dramático a Europa. Mas compreender cada um destes fenômenos como dizendo respeito somente a uma situação específica já é fechar os olhos para o

pano de fundo que os liga e os explica em alguma medida. Tal pano de fundo é evidentemente o seqüestro da política pela economia neoliberal, e a “consciência de que a forma institucionalizada de democracia multipartidária representativa não é suficiente para combater os excessos capitalistas” (ZIZEK, 2013: 104). *Occupy*, 15-M e Jornadas de Junho eclodiram durante a hegemonia de governos (permitam-me a licença poética) de “esquerda”, como um sintoma da descrença que atinge seu paroxismo: se aqueles que se apresentam como os guardiães dos fiapos de proteção contra a mercantilização implacável e excludente operada pelo neoliberalismo falham em fazê-lo, então nada resta senão ocupar as ruas⁵⁸. A sanha privatista que obriga ao fechamento de espaços comunitários, o estrangulamento dos serviços públicos, o recurso a um modo de governança que, por esticar ao limite a corda da desigualdade e da exclusão, depende cada vez mais do arbítrio e da violência dos braços repressivos do estado para se manter funcionando – então tudo isso não define o *modus operandi* paradigmático da política sob a hegemonia do neoliberalismo? E não foi contra tais violências que gritaram os manifestantes desde junho? Não surpreende que a multidão brasileira pedisse simultaneamente *mais lulismo*, a intervenção do Estado para resolver uma situação (a do transporte público) que a solução de mercado, porque falha, tornara insuportável, e *menos lulismo*, expresso no desejo de uma política mais transparente e permeável, uma política que colocasse no cerne de sua razão de ser a representação de interesses dos grupos sociais, e não a orientação de negociar o quanto for preciso para manter-se no poder (PEDROSA, 2013).

No final de junho os protestos explodiram numa miríade de reivindicações, abrindo o espaço dentro do qual se daria a disputa pela configuração de seu sentido. As Jornadas de Junho ofereceram uma ótima oportunidade de observar como diferentes atores armam suas interpretações acerca da vida política brasileira, os pressupostos de seus argumentos e os efeitos pretendidos de suas intervenções. Os papéis da grande imprensa e da nascente mídia alternativa via internet serão analisados na próxima seção deste capítulo;

⁵⁸ Razão pela qual seria possível enxergar nestes movimentos de revolta uma espécie de “quarta onda” da esquerda mundial. A periodização segue aquela proposta por Hobsbawm: a primeira esquerda lutara contra os governos monárquicos e absolutistas; a segunda formou-se ao redor dos movimentos dos trabalhadores, e também das lutas camponesas; a terceira, mais diluída, incorporou aspirações progressistas ligadas a questões de gênero, sexualidade e ambientalismo, podendo ser descrita como um esforço de “política identitária” (HARCOURT, 2013: 62-63).

por ora, importa notar os espaços ocupados pela crítica de esquerda, que, para além da análise de conjuntura, assumiu matizes variados. Grosso modo, podemos distinguir dois principais pontos de crítica nas leituras das Jornadas de Junho. Primeiro, *o problema da forma*, a questão da (suposta) horizontalidade das manifestações, a ausência de lideranças tradicionais, como partidos e sindicatos, e também a questão da violência como forma de protesto, encarnada na ação de *Black Blocs*. Segundo, *o problema do conteúdo*, que diz respeito à natureza das pautas e reivindicações vocalizadas. Examinar estas questões nos permitirá, por tabela, observar a relação entre internet e as novas formas de ativismo político.

Movimentos Sociais, Liderança Distribuída, Lógica da Ação Conectiva e Ativismo

A literatura sobre movimentos sociais e política contenciosa recomenda começar o estudo de tais fenômenos pela observação de seus condicionantes estruturais, como as “oportunidades e restrições políticas” atuantes em um dado contexto (TARROW, 2009), e o “repertório de ações coletivas” então disponíveis aos atores (TILLY, 2004)⁵⁹. Nesta perspectiva, as iniciativas coletivas de confronto político são influenciadas menos por fatores sociais e econômicos experimentados por indivíduos ou grupos do que por oportunidades existentes para que atores desafiantes possam apresentar suas reivindicações; entre as oportunidades, destacam-se sobretudo a abertura de acesso institucional, a eclosão de cisões nas elites, e o declínio da capacidade repressiva do Estado (TARROW, 2009: 99). Nenhum destes fatores estiveram presentes nas manifestações brasileiras de 2013. A polícia seguia sua rotina de atropelo de diretrizes básicas do Estado de Direito, as elites políticas e sociais permaneciam confortavelmente encasteladas em suas agendas, e o jogo institucional continuava imobilizado pela hegemonia do *pemedebismo*. Havia, no entanto, uma insatisfação concreta com a

⁵⁹ Tilly (1978) introduz o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” para escapar ao funcionalismo e ao psicologismo então vigentes na literatura sobre movimentos sociais. O forte acento estruturalista da formulação original, expresso na valorização das condições que estariam fora de alcance de intervenção dos atores, foi aos poucos sendo suavizado em resposta aos ataques culturalistas das décadas de 1980 e 1990, como atesta a transformação do conceito de “repertório de ações coletivas”. Inicialmente formulado como um conjunto de procedimentos disponíveis (formas organizacionais, táticas etc.) a um grupo de pessoas, usados para agir coletivamente de modo a avançar demandas contenciosas, o conceito de “repertório” aos poucos adquire um sotaque interacionista, passando a incorporar metáforas teatrais (como a de *script*) e noções como “performance” e “improvisação” (ALONSO, 2012).

situação das cidades, encarnada na questão da mobilidade urbana, e uma insatisfação mais difusa, relativa ao que vem sendo percebido como a falência do sistema representativo. A estrutura jogava contra, mas a conjuntura a favor: a oportunidade se apresentou com o aumento da passagem de ônibus decretado durante o período letivo, e não (como de costume) durante as férias escolares; com os gastos exorbitantes da Copa e os custos sociais associados (a agressiva política de remoções colocada em ação pelo poder público carioca, por exemplo); e, uma vez iniciados os protestos, com a brutalidade da repressão da polícia. Este, aliás, é um fator que não deveria ser desprezado na explicação da escalada das manifestações: a combinação entre *smartphones* (a praticidade das câmeras digitais registrando a violência policial), *Youtube* (o suporte de exibição dos vídeos gravados) e *Facebook/Twitter* (os suportes de divulgação das imagens e relatos) alavancou exponencialmente a revolta contra a brutalidade da repressão, ajudando a expandir a adesão aos protestos para além do círculo inicial dos simpatizantes do MPL. Se a evolução de movimentos sociais depende em parte de sua habilidade de enquadrar um problema existente como injustiça, e não como mera infelicidade episódica (SNOW 2007: 283), então a conjugação entre *smartphone* e redes sociais, incorporada ao repertório de ações coletivas de movimentos contra-hegemônicos, contribuiu para que as manifestações, que até então se voltavam contra o aumento da passagem, pudessem transformar-se num protesto pelo próprio direito de protestar.

A literatura sobre movimentos sociais recomenda também o recurso ao viés culturalista a fim de contornar as limitações da abordagem estrutural. Se quisermos compreender de que forma propensões estruturais se traduzem em tentativas específicas de mobilização, ou as dinâmicas através das quais ativistas chegam a decisões sobre que táticas a usar, ou ainda o processo de recrutamento de novos membros, então o estudo de fatores culturais torna-se indispensável (McADAM, 2003: 284). Ao descrever a construção de identidades coletivas nas rede submersas da vida cotidiana, em que novas e experimentais visões de mundo são desenvolvidas por grupos em resposta a tensões crescentes, Melucci (1980) lançou as bases para os atuais estudos que privilegiam as redes como espaços de produção de coesão social e identidade coletiva. Movimentos sociais não são apenas sintomas de constrangimentos sistêmicos, ou efeitos de configurações de

recursos disponíveis à mobilização; há neles uma qualidade criativa, geradora. Neste sentido, são várias as advertências que faríamos bem em observar antes de prosseguir na análise das Jornadas de Junho. Chadwick chama atenção para o fato de que, mais do que ferramentas neutras a serem adotadas, repertórios de ações coletivas dão forma ao que significa ser um participante de uma organização política, assim desempenhando um papel na sustentação da identidade coletiva (CHADWICK, 2007: 285). Valores moldam os repertórios de ação coletiva, que, por sua vez, moldam a adoção de formas organizacionais. De modo análogo, as noções de “ameaça” e “oportunidade”, caras aos teóricos da mobilização de recursos, não são apenas fatores estruturais objetivos, mas também construídos, no sentido de serem percebidos pelos grupos desafiantes como tais. A percepção de ameaça ou oportunidade não basta para levar um grupo à ação, pois que é preciso apropriar-se das características da situação e transformá-las no enquadramento que animará as ações contenciosas (McADAM, 2003: 291). Mais ainda, a noção de “estrutura de mobilização” é amiúde tratada como um facilitador objetivo do protesto, e não como um lugar disputado de interação, que pode dar ensejo a linhas de ação divergentes (ibidem: 290). Todas estas questões nos arrastam para o interior de um vocabulário atravessado por noções como “identidade”, “enquadramento”, “discurso” e “pertencimento”. Por boas razões: a identidade feminista/lésbica, para ficarmos apenas em um exemplo, não nasceu automaticamente de uma condição estrutural comum a todas as mulheres. Negociada internamente no movimento feminista, dependeu da demarcação de fronteiras e da criação de uma consciência compartilhada (EARL, 2007: 518).

O viés culturalista também não é livre de problemas, começando pelo próprio conceito de cultura com o qual o pesquisador opera. Pode-se partir das representações coletivas típicas do holismo durkheimiano, da influência de valores na ação de indivíduos tal como entendida por Weber, da noção de Geertz de cultura como um conjunto de “textos” (regras, normas e procedimentos simbólicos) que formam um “contexto” dentro do qual os acontecimentos, as instituições e os comportamentos dos indivíduos podem ser descritos e interpretados, ou ainda da perspectiva foucaultiana e sua ênfase no poder, na produção dos corpos e das subjetividades (SWIDLER, 1995). Diferentes pontos de partida, que conduzem a diferentes visadas teóricas e metodológicas, que por

sua vez produzem diferentes tipos de objetos, que irão condicionar em alguma medida os resultados das investigações⁶⁰. Há mais, contudo. Via de regra, “identidade” é tratada como elemento estanque que viajaria por redes de conexão previamente estabelecidas, “cultura” torna-se um “pacote” que residiria em formações estáticas, e a própria noção de rede é reificada, removida das dinâmicas existentes de interação – seja como for, a força causal permanece com as propriedades estruturais do sistema (MISCHE, 2003: 262). Contornar tais problemas exige evitar a tentação de analisar culturas como elementos encerrados em si mesmos, e apreciar seu processo de interação através de redes. Cultura, na ação coletiva, não é somente questão de linguagem ou discurso, mas também e sobretudo de contexto interativo no qual o discurso é proferido; redes não são apenas lugares de formações culturais, ou seus “condutores”, e sim compostas por processos de interação comunicativa culturalmente constituídos (ibidem: 264).

A perspectiva de análise do enquadramento⁶¹ (*framing*) se estabelece em consonância com tais preocupações, ressaltando a importância de apreciar as disputas interpretativas no processo de negociação das reivindicações levadas à esfera pública por movimentos sociais. Em contraste com a visão tradicional de movimentos como portadores de crenças e ideias pré-configuradas, estudos de enquadramento os enxergam como “agentes significantes engajados na produção e manutenção de significados para protagonistas, antagonistas e espectadores” (SNOW, 2007: 384; tradução minha). Enquadramentos de ação coletiva não são apenas estruturas cognitivas localizadas nas mentes dos indivíduos, ou sistemas estáveis de significado que podem ser transmitidos de forma não problemática entre emissores e receptores. São sobretudo propriedades das organizações ou

⁶⁰ De minha parte, parto de Geertz, ainda que com ressalvas, e sigo com Foucault sempre em vista. Geertz mudou a maneira de formular a pergunta: de “como a cultura influencia a ação?” – de qualquer forma, difícil de ser respondida –, para “o que esta prática, texto ou ritual cultural significa para aqueles que os performam?” (SWIDLER, 1995: 27). No entanto, a hermenêutica de Geertz confere demasiado poder ao antropólogo, responsável por desvendar os significados ocultos ou profundos dos “textos”, lidos como artefatos culturais. Por isso a menção a Foucault, e sua insistência no fato de que o campo da cultura, e da atividade de interpretá-lo, são constituídos por relações de poder. A saída, tal como aventada por antropólogos atentos aos estudos culturais, estaria em adotar uma perspectiva polifônica inspirada em Bakhtin, ou uma prática de investigação rizomática, seguindo Deleuze. Voltaremos a este ponto mais adiante.

⁶¹ A inspiração vem da obra de Goffman (1974). Enquadramentos organizam a experiência, guiam as ações de indivíduos ao lhes fornecer os marcos cognitivos através dos quais se deve perceber os eventos, e se posicionar perante eles. Há momentos em que a pertinência de algum enquadramento abre-se para contestação, e é aí que os movimentos sociais encontram uma brecha para atuar (SNOW, 2007).

coletividades e devem ser examinados como tais, o que significa atentar para a necessidade de (seguindo Bakhtin) analisar a multivocalidade do discurso que produz e sua imersão em campos mais amplos de comunicação. Assim, ao contrário da visão tradicionalmente aceita de que uma ordem cognitiva é importada externamente de um sistema de crenças para um enquadramento de ação coletiva, são os processos de ação coletiva que frequentemente imprimem uma ordem consciente e explícita no discurso ideológico (STEINBERG, 1998: 857). Não se deduza daí uma noção de enquadramento como mapa cognitivo ou texto ideológico coerente; o processo de sua feitura é sempre aberto a adições e modificações conforme as oportunidades e ameaças vigentes. Sua importância, vale dizer, reside no fato de conterem as “figuras que dão forma [*form-giving figures*] à fala, metáforas, tropos e imagens através dos quais indivíduos constroem representações ideológicas” (ibidem: 855; tradução minha), ingrediente indispensável à criação de diretrizes para as ações coletivas. Mas é preciso saber trabalhá-las; uma estratégia de enquadramento deve procurar aumentar a disposição para agir coletivamente entre os membros originais do movimento, aumentar o potencial de mobilização entre o público mais amplo e, ao mesmo tempo, neutralizar os esforços de enquadramento de opositores (GAMSON, 2007: 250). Em geral, o enquadramento bem sucedido consegue conectar as questões que animam o movimento social com valores culturalmente aceitos, com temas de oposição já sedimentados, ou ainda com temas candentes que não sejam nem hegemônicos, nem completamente opositivos (EARL, 2007: 519). Aqui jaz o problema da extensão ou profundidade do desafio colocado pelos movimentos sociais: se suas demandas colocarem em questão pressupostos firmemente arraigados do enquadramento dominante, então provavelmente serão hostilizados, marginalizados, silenciados. “O maior dilema simbólico dos movimentos sociais”, assinala Tarrow, “é fazer a mediação entre símbolos herdados que são familiares, mas levam à passividade, e os novos que são eletrizantes, mas podem ser estranhos demais para levar à ação” (2009: 140).

A trajetória do Movimento Passe Livre e, em sentido um pouco diverso, das Jornadas de Junho, permitem observar estas questões no cenário político brasileiro. “A tarifa zero”, escreve o MPL em seu site, “tem como fundamento o entendimento de que o transporte é um serviço público essencial, direito

fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos como, por exemplo, a saúde e a educação” (<http://saopaulo.mpl.org.br/tarifa-zero/>). Sem pretender aqui avançar uma análise detalhada do enquadramento mobilizado pelo MPL, limito-me a fazer duas observações. O acerto do MPL esteve em enquadrar a tarifa zero como um *direito*; num país onde o acesso a melhorias de condições básicas de vida muitas vezes se dá antes pela via jurídica do que pela do voto, a ideia do transporte público como um direito provavelmente encontraria boa aceitação. O equívoco, contudo, foi maior: ao erigir seu discurso por sobre um vocabulário de inspiração abertamente socialista, acabou atraindo a ira das elites, numa reação que, como veremos, seria decisiva para o modo como as Jornadas de Junho foram desde o início apresentadas pela grande mídia. Considere o seguinte trecho, extraído da “Carta de Princípios” disponível no site do movimento:

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local (<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>).

Não faz muito sentido especular agora se teria sido mais produtivo proceder por etapas, isto é, consolidar a percepção do transporte como um direito, para só depois de conquistada uma adesão significativa colocar a questão da efetiva realização da tarifa zero. Mas é fato que somar esforços com “movimentos revolucionários” a fim de “ultrapassar os limites do capitalismo” jamais atrairia a simpatia dos meios de comunicação e dos poderes públicos municipais, estes últimos amiúde financiados por empresas de transporte⁶². Contudo, uma vez

⁶² Num comentário em sua página pessoal no Facebook, o sociólogo Pablo Ortellado resumiu bem a questão: “Numa sociedade como a nossa, a comunicação dos movimentos sociais precisa ser partida em duas: a comunicação de mobilização e a comunicação de reivindicação. Como as democracias liberais são democracias meramente formais, não substantivas, a opinião dos tomadores de decisões e a opinião dos cidadãos comuns tem valor muito diferente. A comunicação que busca conquistar uma reivindicação no curto prazo precisa ser orientada para os tomadores de decisões e é por isso uma comunicação elitista, que atua na estrutura assimétrica do poder constituído. Essa assimetria, no entanto, é justamente a situação que o movimento quer superar no longo prazo e o principal instrumento para essa superação é a mobilização, por meio da qual cidadãos comuns ascendem à posição de atores políticos. A comunicação de mobilização deve ser, assim, inerentemente democrática e estar em antagonismo com as estruturas do poder constituído. O erro mais frequente na comunicação dos movimentos é confundir ou subordinar um tipo de

transposta a luta para as ruas, primeiro de São Paulo, depois do Brasil inteiro, o que surpreendeu não foi tanto a reação das elites empresariais e políticas, mas de parte da *intelligentsia* de esquerda. É certo que a crítica de esquerda não teve peso significativo na conformação do enquadramento dado às Jornadas de Junho – este papel, evidentemente, coube à mídia corporativa e, em menor escala, aos inúmeros grupos organizados e indivíduos que armaram sua resistência através da internet –, o que no entanto não nos exime de avaliá-la.

Em entrevista, Francisco de Oliveira (2013) apressou-se em negar qualquer importância aos protestos, afirmando tratarem-se de explosões “sem sentido” e “sem foco”, cuja longevidade haveria de permanecer “um mistério na história das manifestações de massa no Brasil”. Perguntado se havia semelhanças entre os protestos brasileiros e os do exterior, limitou-se a decretar: “Nenhuma”. A disposição de dizer as Jornadas de Junho insignificantes só não foi maior do que a inclinação a compreendê-las de forma unidimensional, tendo por base a questão da violência. Alardeando temores golpistas, o jornalista Miguel do Rosário, um dos principais nomes da blogosfera de esquerda no Brasil, se dizia certo de que “o que estamos vendo é a emergência da velha classe média favorável a soluções de força, e irritada com os resultados de eleições limpas” (ROSÁRIO, 2013). Wanderley Guilherme dos Santos argumentou na mesma linha numa série de pequenos artigos. Descrevendo as manifestações como “perjúrio em andamento” (SANTOS, 2013c), o autor não economizou adjetivos para qualificar a explosão da revolta como o “maior cerco reacionário, nacional e internacional, que este país já sofreu nos últimos vinte anos” (SANTOS, 2013a). Tal diagnóstico estava enraizado na firme convicção de que “o espontaneísmo infantil se revela um desastre na confissão de alguns de que não conseguem impedir a violência de sub-grupos. Nem por isso deixam de ser responsáveis por ela na medida em que continuam recusando a adesão cooperativa das instituições com alvará de estabelecimento reconhecido, instituições capazes de assegurar a virtude pacífica das manifestações” (SANTOS, 2013b). Em diapasão semelhante, Fábio Wanderley Reis não teve dificuldade em (des)qualificar os manifestantes como “fúteis”, “desorientados quanto aos objetivos” e

comunicação ao outro, o que gera ineficácia da ação reivindicativa ou corrupção da democracia do movimento.”

“politicamente ingênuos no antipoliticismo” e “antiinstitucionalismo viscerais”, sempre prontos ao “confronto violento e sem sentido prático com prefeituras, assembleias legislativas e o que mais seja” (REIS, 2013). Mesmo um observador menos inflamado, ou mais propenso a enxergar os protestos com alguma simpatia, pode afirmar que,

desprovidos de uma reivindicação específica, como nos episódios das ‘Diretas Já’ ou do impeachment do presidente Fernando Collor, [os manifestantes] encontravam-se todos ligados numa mesma emoção: participar, protestar, se expressar, eventualmente de forma violenta, gritar palavras de ordem, portar cartazes e vestir máscaras; enfim, sentir a euforia de fazer parte de um movimento de massas de inédita proporção (DOS SANTOS, 2013: 35).

Como veremos, nada disso difere significativamente do que jornais e articulistas conservadores repetiram *ad nauseam*, em seu esforço conjunto de rebaixar as manifestações a um amontoado caótico de vozes irresponsáveis logo abafadas pela gritaria da violência anti-democrática. No entanto, esta crítica dos anseios políticos avançados pelos manifestantes como algo que inevitavelmente conduz a um populismo que flerta com o fascismo diz mais sobre o sujeito que a enuncia do que sobre o objeto de que trata: revela que parte da esquerda efetivamente temeu que uma transformação decisiva pudesse sobrevir da agitação de junho (NUNES, 2013b). Ademais, tal diagnóstico acerca das manifestações incorre no mesmo equívoco que pretende criticar: “nivelando os protestos por baixo, ouve apenas um marulho sem sentido onde há pautas claramente articuladas (...); confunde a desconfiança legítima em relação às instituições com a violência pontual contra militantes partidários (...); deixa de entender os manifestantes nos seus próprios termos para aplicar-lhes uma lógica capaz de descrevê-los apenas pelo que *não* são” (*idem*, 2013b). Tal leitura das Jornadas de Junho se faz por um duplo movimento: o esquecimento deliberado dos aspectos políticos positivos dos protestos e seus sujeitos – as muitas ocupações da Câmara, as performances de resistência a um projeto de cidade excludente, as demandas do MPL, e assim por diante –, e o hábito de hipostasiar a violência que lhes atravessa, seja praticada por *Black Blocs* ou quaisquer outros grupos.

Momentos de grande agitação social, quando as peças se movem bruscamente no tabuleiro político, sempre abrem espaços ou oportunidades, e é natural que haja receio quanto aos atores que conseguirão ocupá-los com êxito. A

explosão massiva de junho nas ruas abriu de fato a via para a expressão de um discurso conservador, moralizante e, no limite, anti-político; negá-lo seria fechar os olhos para o óbvio. Mas deve haver algo mais por trás da preocupação, tão enfaticamente colocada pelos autores acima mencionados, quanto ao seqüestro da energia das ruas por um tal discurso. Talvez o que lhes condicione o diagnóstico seja a incapacidade de reconhecer positividade à própria forma dos movimentos de protestos que temos atualmente:

Uma das razões do preconceito que a esquerda “tradicional” nutre contra os “não tradicionais” parece ser a ideia de que, fora das organizações de massa que as agrupariam, as pessoas existem apenas como átomos isolados. As pessoas que estão nas ruas seriam, então, meros indivíduos “expressando sua subjetividade”. Isto é evidentemente falso. Por mais atomizantes que sejam as condições de vida hoje, as pessoas existem sempre dentro de diferentes redes familiares, profissionais, afetivas, políticas. As pessoas estão sempre agindo coletivamente, em graus maiores ou menores de consistência ou formalização; e normalmente é de núcleos mais organizados que partem as principais iniciativas. É um cenário mais fragmentário e complexo, sem dúvida, mas nem por isso caótico (NUNES, 2014).

Dentro de tal cenário, duas tendências coexistem. De um lado, o processo de “racionalização inerte” dos movimentos sociais – criados em meio à linguagem do mercado e à lógica do espetáculo, com relações públicas, *experts* de campanha, marketeiros etc, parte dos movimentos atuais rotiniza o carisma, mobiliza recursos de outras organizações e adquire estruturas burocratizadas com muito mais velocidade que seus predecessores clássicos (PAPAKOSTAS, 2011) –, que resulta em movimentos caracterizados antes pelo profissionalismo vertical que pelo amadorismo horizontal. Mas há também uma tendência diversa, da qual são exemplos o *Occupy Wall Street* e os *Indignados*, movimentos que crescem a partir de laços informais entre pessoas e redes, estabelecem-se sem um referencial identitário exclusivista (BENNETT e SEGERBERG, 2012), conseguem mobilizar massas a despeito de não possuírem uma organização em massa (NUNES, 2012), e que dependem em alguma medida das tecnologias de informação para crescerem e se sustentarem⁶³. A própria categoria de “movimento” talvez não seja adequada

⁶³ Estas duas tendências não são estanques, isto é, podem se influenciar mutuamente, numa mistura de “pequenas lideranças profissionais” com “um apoio de massa amplo mas principalmente passivo e redes impessoais de estruturas conectivas”, como por exemplo o Greenpeace, que conta com milhões de membros no mundo todo, mas apenas com uma pequena parcela de ativistas *hardcore* (TARROW, 2009: 171). Cabe notar também que partidos, grupos de interesse e movimentos sociais estão cada vez mais assumindo formas semelhantes. Chadwick fala em “hibridismo organizacional” para referir-se a esta tendência de partidos e grupos de interesse

para dar conta destes fenômenos, dado que “sugere uma certa unidade de objetivos, práticas, identidade” (NUNES, 2014), razão pela ouvimos falar atualmente em “movimentações”, “movimentos anti-sistêmicos”, “redes organizadas” ou “sistema-rede”. As Jornadas de Junho encaixam-se aqui, razão pela qual o recurso à literatura acerca de tais movimentos pode nos ser útil à reflexão.

De saída, sobressai o tema da organização. A primeira questão que se coloca é sobre se tais redes organizadas ou sistemas-redes conseguiriam escapar ao que se poderia chamar de imperativo da escola Michels-Weber, a tendência inexorável ao declínio da capacidade disruptiva e o arrefecimento do ímpeto original à medida em que o movimento ganha fôlego e escala (MICHELS, 2001; WEBER, 2004). Evidências recolhidas em diversos estudos sugerem que 1) em alguns casos, a organização formal é uma das pré-condições para a consecução de ações mais radicais, estando também relacionada ao renascimento de organizações que haviam sucumbido à hierarquia; 2) que a localização social de ativistas não necessariamente implicará na necessidade de “sustentar a família”, elemento importante à engrenagem da “lei de ferro das oligarquias” (CLEMENS e MINKOFF, 2007: 156). Sidney Tarrow sugere que o dilema inerente a organizações hierárquicas do equilíbrio entre organização formal e autonomia – se incorporam suas bases de forma permanente, perdem a capacidade de ruptura; se se horizontalizam, perdem a capacidade de manter uma “interação sustentada com aliados, autoridades e apoiadores” –, poderia ser melhor equacionado com a adoção de “estruturas conectivas fortes, informais e não hierárquicas” (TARROW, 2009: 176). Tarrow parece descrever aqui algumas das características que vemos em estágios mais ou menos avançados nos sistemas-redes, o que no entanto não significa fechar os olhos para suas limitações, como a dificuldade de sustentar uma posição contenciosa ao longo do tempo (HALPIN e SUMMER, 2008). A questão da transmissão e circulação da informação, e portanto do papel do tecido conectivo, aparece aqui como fundamental, e não sem razão, pois que é no nível *meso*, entre o macro e o micro, que o principal na ação real dos movimentos sociais acontece (McADAM, 1988). Não são apenas os laços sociais

estabelecidos experimentarem processos de hibridização baseados no transplante seletivo e adaptação de repertórios digitais de ação em rede, típicos dos movimentos sociais recentes (CHADWICK, 2007).

prévios ou estruturas grupais que importam na emergência de protestos, mas as conversações interativas que ocorrem entre grupos e indivíduos, e que precisam ser bem sucedidas na tarefa de compartilhar significados e identidades que energizam e legitimam a ação coletiva emergente (McADAM, 2003: 290).

Neste sentido, se mobilização e organização tornaram-se realidades factíveis para ativistas e grupos sem financiamento ou conexões institucionais, é sobretudo porque as tecnologias de informação deslocaram dois pressupostos que os pesquisadores de movimentos sociais tomavam como constantes, e não variáveis: que ações contenciosas são necessariamente custosas, isto é, o engajamento exigindo um razoável grau de sacrifício pessoal; que a co-presença é indispensável à criação de um senso de pertencimento, necessário ao ganho de impulso do movimento (EARL e KIMPORT, 2011). Cooperar com pessoas cuja identidade desconhecemos é, num certo sentido, mais fácil, justamente porque temos menos oportunidades de reparar em aspectos que, se fossem visíveis, ameaçariam a criação e a manutenção do vínculo (POLLETTA, 2011). O senso de identidade coletiva do *Occupy Wall Street*, por exemplo, não seria maior se simpatizantes eventuais e transeuntes passassem mais tempo com os acampados nos parques, pois que não é nada garantido que gostassem da conversa variada sobre sindicatos, vegetarianismo, anarquismo, legalização da maconha etc (ibidem, 2011). Neste sentido, o caráter virtual da reunião de indivíduos pela internet pode funcionar a favor da criação de laços entre eles; ademais, a rede remove barreiras à entrada de membros periféricos em grupos e movimentos, de modo que os *outsiders* encontram mais facilidade em participar (POSTMES e BRUNSTING, 2002). Em suma, ao reduzir os custos de organização e a necessidade da co-presença, a internet colocou em questão ambos os pressupostos, alterando a equação entre o engajamento⁶⁴ necessário a ações coletivas politicamente motivadas e a recompensa por fazê-lo.

⁶⁴ Sigo aqui a definição de Ben Berger (2009) de engajamento como “atenção + energia”. Discordo, no entanto, de sua distinção um tanto rígida entre engajamento político, social, moral e civil; o autor parece tratar tais tipos de engajamento como objetos empíricos, não como instrumentos analíticos. Seria necessário complementar o olhar, compreendendo interação e engajamento como eixos ortogonais que formam o espaço da ação coletiva, cuja relação daria ensejo a diversos “estilos participativos”: para algumas pessoas, o envolvimento importa menos do que os objetivos do grupo; para outras, a participação é insulada, ou ainda parte de um repertório de ações cívicas mais amplo (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

A despeito de não possuírem liderança formal, de não exibirem organização convencional e de rechaçarem sindicatos, partidos e outras organizações políticas tradicionais, movimentos como o *Indignados* espanhol, o *Put People First* (PPF) londrino ou o *Occupy Wall Street* (OWS) apresentam altos níveis daquilo que Charles Tilly (1993-1994) chamou de WUNC (*worthiness, unity, numbers of participants e commitment*)⁶⁵, mais altos até do que movimentos sociais tradicionais, ancorados em organizações estruturadas, que exigem filiação a uma identidade coletiva claramente distinguível (BENNETT e SEGERBER, 2012: 742). Podemos divisar aí dois padrões organizacionais em rede. Em alguns casos, como o PPF, redes de grupos de interesse e ONGs ativistas coordenam os movimentos sem no entanto se apropriarem dele. Agindo nos bastidores, e utilizando sobretudo mídia digital, esperam atrair engajamento público mais significativo. Já em movimentos mais descentralizados, as próprias plataformas de tecnologia convertem-se em atores políticos. Em ambos os casos, os movimentos operam a partir de temas de ação facilmente personalizáveis, o que faz com que os indivíduos possam resignificar e customizar a mensagem de acordo com suas próprias vontades e possibilidades. Sendo maleáveis, indeterminados e abertos à experimentação, tais temas de ação podem englobar razões pessoais as mais diversas para contestar uma dada situação – daí sua frequente transformação em *memes*, como no caso do 99% do *Occupy*. Da mesma forma, em ambos os modelos os participantes não são instados a jurar fidelidade a um conjunto específico de demandas políticas, ou obrigados a adotar uma determinada agenda *in toto*; ao contrário, quando se aproximam de tais redes, os indivíduos permanecem livres para comunicar suas demandas ou expressar suas críticas em seus próprios termos, e compartilhá-los com alvos políticos os mais diversos (ibidem, 2012). Isto parece corroborar os estudos que apontam que a atividade política não está declinando, e sim mudando de forma, manifestando-se cada vez mais através de ações individuais feitas em espaços subpolíticos próximos a vida cotidiana (PETERSSON et al, 2000).

⁶⁵ Uma pesquisa realizada entre os *Indignados* – que arrastou algo entre 6 e 8 milhões de espanhóis, feito notável num país de 40 milhões de habitantes – mostrou que 1) somente 38% dos participantes reconhecia o envolvimento de organizações políticas tradicionais; 2) apenas 13% das organizações citadas pelos participantes oferecia alguma possibilidade de afiliação; e 3) as organizações associadas ao movimento tinham no máximo 3 anos de vida, em contraste com as mais tradicionais, que variam entre 15/40 anos (ANDUIZA *et al.* 2011, tal como visto em BENNETT e SEGERBER, 2012).

Aí a novidade: processos comunicativos não são mais apenas parte da organização política, ou um de seus ingredientes, são uma forma de organização em si mesmos (BENNETT e SEGERBER, 2012: 745). Donde a necessidade de reconhecermos uma outra lógica em funcionamento, a *lógica da ação conectiva*, em cujo cerne está a mídia digital como ator organizacional. “Ao invés do problema inicial da ação coletiva, que é levar o indivíduo a contribuir, o ponto de partida da ação conectiva é o compartilhamento automotivado (embora não necessariamente autocentrado) de idéias, planos, imagens e recursos pessoais, previamente internalizados, para as redes de outrem” (ibidem: 753; tradução minha). Na lógica conectiva, tomar parte de uma ação pública possui um caráter relacional, expresso no ato de compartilhar, que não é nem completamente individualista, posto que inserido numa cadeia mais ampla de ações, nem de todo holista, já que não pode ser reduzido às suas determinações estruturais. Ora, o que estamos a descrever aqui, senão o funcionamento da forma-dádiva? O exame das maneiras pelas quais o paradigma da dádiva pode nos ajudar a compreender a lógica da ação conectiva, ou o modo como estão imbricados, terá que ficar para outra ocasião; tudo o que podemos fazer agora é deixar indicada a relação, sublinhando a necessidade de examinar a ação conectiva em termos analíticos que lhes sejam próprios. Nada disso, vale dizer, implica em postular uma superioridade da lógica conectiva sobre a coletiva, nem sugerir um possível apagamento da segunda ante a disseminação da primeira. Muito ao contrário, a questão está em saber como se dará sua coexistência nos diversos ecossistemas organizacionais.

Tendemos a ver o indivíduo que voluntariamente distribui panfletos de um candidato em época eleitoral como profundamente engajado, ao contrário do indivíduo que compartilha uma campanha da Avaaz no Facebook, provavelmente um burguês querendo expiar a culpa inconsciente de se saber alienado, ou exibir-se perante os amigos. Há alguma verdade nesta generalização algo mau humorada, mas ela deixa de levar em conta a outra ponta da equação, os efeitos que a ação pode gerar e o benefício residual que, sendo bem sucedida, restará como herança. Nosso burguês alienado pode ter participado, por exemplo, pela campanha em torno da Ficha Limpa apenas por motivos morais, e sua contribuição pode não haver passado de um simples clique, mas é provável que a

recompensa obtida – que, para além do aspecto utilitário, veio satisfazer também uma motivação intrínseca – tenha lhe começado a ensinar o gosto pela mobilização. Se o aprendizado se converterá ou não em regularidade ou hábito, é cedo para dizer, pois que estamos apenas nos primórdios das iniciativas de mobilização que dependem em alguma medida das redes sociais para surgirem e se desenvolverem. Seria mais razoável apostar num benefício apenas marginal, já que indivíduos sempre encontrarão outras atividades nas quais investir seu tempo e esforço que não a política (BIMBER, 1998). Contudo, convém evitar duas possíveis armadilhas: primeiro, deixar de considerar a hipótese de que tal engajamento pode ser visto como auto-desenvolvimento pessoal, que este centramento no *self* pode ser um meio para ação entre indivíduos que não compartilham mais nada, e também que o sentimento de ativismo pode depois ser transportado para outro grupo (LICHTERMAN, 1996); segundo, fazer da grandeza estatística o único critério de mensuração, arriscando desprezar, por exemplo, o impacto na conformação de elites ou na mobilização de “comunidades críticas” (ROCHON, 1998). Seja como for, podemos ao menos observar questões como a qualidade do engajamento favorecido pela internet e a força dos laços de conexão entre participantes de redes.

É verdade que a *web* aumentou a quantidade e a qualidade da informação disponível, mas não há umnexo causal entre maior circulação de informação e aumento de participação política; os índices de participação política no século XX são menores do que os do XIX, a despeito da enxurrada de informações que os indivíduos passaram a ter acesso em função da disseminação da mídia de massa (BIMBER, 1998; os dados referem-se aos EUA). Entretanto, a influência sobre a visão de mundo dos indivíduos é um processo que se dá em dois tempos – opiniões são transmitidas pela mídia, e depois ecoadas por amigos e familiares –, e é somente após este segundo passo que as opiniões políticas são formadas (KATZ, 1957). Em termos políticos, portanto, o acesso a informação é menos importante do que o acesso à conversação, que é precisamente o que a internet oferece, mais que a mídia tradicional (SHIRKY, 2011: 33-34). Na rede, textos, artigos ou vídeos não são artefatos acabados, fechados sobre si próprios, mas convites à conversa. O caráter dialógico da informação na internet pode então ser considerado como um fator de estímulo a agregação em torno de objetivos ou

causas comuns, na medida em que influencia na formação das simpatias políticas dos indivíduos. Isto não implica em subscrever, diga-se logo, tanto a alegação populista de que a internet estaria erodindo a influência dos grupos organizados e das elites políticas (a tese do empoderamento do indivíduo), quanto a alegação comunitarista de que a rede contribuiria sobremaneira para a estruturação de comunidades⁶⁶.

Nem individualismo atomista, nem comunitarismo exacerbado, o que a internet parece favorecer é o pluralismo distribuído em rede. Mas a que preço? “Se outrora a ação coletiva orientada por valores ou convicções dependia da capacidade de capilarizar e reunir pessoas em um mesmo local de mobilização”, escreve Eisenberg (2013), “hoje esta ação coletiva descansa rebaixada, ainda que mais disseminada, em contextos de interações virtual, definida por protocolos bem mais tolerantes e até mesmo lascivos de construção de grupos sociais”.
 Continua:

Seus vínculos na rede mundial de computadores são determinados pela simples adesão a um circuito de dispersão de informação ou mesmo gestos instantâneos do tipo “curtir” ou “compartilhar”. Estes laços fracos se prestam a um baixo nível de mobilização social efetiva, já que seu caráter não presencial subtrai dos participantes a capacidade de intervir nas agendas públicas que orientam a pauta de reivindicações a ser atendidas por protagonistas no poder público, tanto executivo quanto legislativo. (...) De seus 12 computadores ou celulares, estes modos de quase-participação geram exatamente isto: quase ação coletiva (EISENBERG, 2013).

A crítica ecoa o argumento de Malcom Gladwell (2010) de que “o ativismo no Facebook dá certo não ao motivar pessoas para que façam sacrifícios reais, mas sim ao motivá-las a fazer o que alguém faz quando não está motivado o bastante para um sacrifício real”. Gladwell afirmava que o excesso de laços fracos e a ausência de hierarquia condenam as redes à ineficiência: faltam vínculos capazes de unir indivíduos em torno de ações exigentes, sobram conflitos, lentidão e dificuldades de toda sorte nos processos de tomada de decisão. É uma crítica bem colocada, mas deixa de entreter a possibilidade de que, sob determinadas condições, a quantidade de laços fracos promovidos por redes

⁶⁶ A hipótese de que a internet isola os indivíduos cai por terra quando observamos o quanto ela fortalece os movimentos sociais existentes e facilita a criação de novos (POSTMES e BRUNSTING, 2002: 294). Em sentido mais amplo, e resumindo a vasta literatura sobre o tema, Castells assevera que, “de modo geral, o corpo de dados não sustenta a tese de que o uso da internet leva a menor interação social e maior isolamento social” (2003: 104).

sociais pode acabar resultando na criação de laços fortes (NUNES, 2012), precisamente o que vimos acontecer nas ruas desde junho. O movimento começou com a mobilização do MPL; o contágio dos protestos não se deu por meio de laços fracos, antes, foram as interações entre núcleos estruturados ou *hubs* (Comitês da Copa, MPL, Anonymous, entre outros), e uma cauda longa de indivíduos e *nós* relativamente isolados, que, com a ajuda da brutalidade da polícia, deflagrou uma onda de protestos; a massa daí resultante possuía *diferenciação interna*, o processo contínuo de movimento, de aproximação, reunião e estabelecimento de conexões; uma vez ocorrido o influxo massivo de novos nós e *hubs* (a entrada de setores ligados à direita, por exemplo), as reivindicações iniciais tornaram-se menos audíveis, sem contudo se dissolverem num todo amorfo “contra tudo isto que está aí” alardeado pelos jornais; passado o abalo sísmico principal, a continuação dos tremores beneficiou-se da construção de vínculos gerados nas fases anteriores dos protestos, mas sem uma liderança centralizada; em vez de uma liderança principal, ou nenhuma liderança claramente distinguível, o que tivemos foi um processo marcado pela *liderança distribuída*, baseada na capacidade de indivíduos ou *hubs* mais atuantes influenciarem a ação de outros através de seus exemplos e iniciativas, cuja autoridade ou legitimidade não dependiam de qualquer elemento pré-existente, sendo constantemente colocada à prova (NUNES, 2013a).

Quando as pessoas se viram reunidas nas ruas, compreenderam que deveriam se opor, ao mesmo tempo, a um sistema político que não responde aos imperativos da representação, à administração do espaço público com vistas a atender interesses privados, e a uma cultura política excludente que os atravessa. A criação de vínculos entre grupos desde antes estabelecidos, como o Jornal A Nova Democracia, o grupo Anonymous e a Universidade Nômade, e atores surgidos a partir de junho, como os Advogados Ativistas, Coletivo Projetação, Porque Eu Quis, Coletivo Vinhetando, Linha de Frente do Audiovisual, entre (muitos) outros, é indicativo do processo que acabamos de descrever. Não apenas a troca de informações, o compartilhamento mútuo de mensagens, o somatório de forças na convocação de passeatas e atos públicos, o trabalho não-orquestrado porém algo organizado de disputar o sentido das manifestações, de avançar uma agenda política ou de criticar a agenda dominante; o que tivemos a partir das

Jornadas de Junho foi também uma abertura para a construção de *solidariedade entre classes*. Muitos dos que saíram às ruas em protesto sentiram na pele, pela primeira vez, a brutalidade despudoradamente autoritária do *modus operandi* de uma polícia que, sem saber, haviam desde sempre exigido – mas para o Outro, para as favelas. A experiência da dor e da humilhação sofridas nas ruas, apenas porque se levou a sério a ideia de que vivemos numa democracia, experiência esta potencializada pela dimensão simbólica do caso Amarildo, desaguou no questionamento massivo da atual política de segurança pública carioca e no reacendimento da demanda pela desmilitarização da polícia. Como medir a dimensão desta articulação, a temperatura deste reacendimento? Um bom termômetro: a tentativa desesperada do jornal O Globo de assassinar a reputação da única liderança carismática com chances de se beneficiar das oportunidades abertas pelas ruas, o deputado Marcelo Freixo, do PSOL⁶⁷.

Pautas Difusas, Momentos de Loucura e Alguns Impasses

Passado o momento inicial, centrado em torno do passe livre, a explosão massiva das ruas e a conseqüente pulverização da pauta de demandas levantou uma bateria de críticas, centrada na ausência de propostas concretas, ou no excesso de reivindicações difusas. Primeira consideração: o fato de que as pautas tenham sido difusas não significa nem que sejam abstratas, nem que não possam ter alguma efetividade enquanto veículos através dos quais a novidade entra no mundo. Seria o caso de lembrar que as convulsões européias pós-revolução francesa foram coalhadas de “pautas difusas”: não havia modelos prontos, disponíveis, e o poder se via obrigado a abrir espaço para acomodar a burguesia urbana cada vez mais poderosa. No entanto, foram justamente “dessas pautas difusas [que] nasceram a democracia liberal e o conceito de socialismo que tivemos desde então” (VIANA, 2013). Segunda consideração: o próprio ato de desqualificar as Jornadas de Junho por sua ausência de reivindicações concretas já é uma operação que pressupõe uma noção bastante específica de política, noção esta que o próprio desejo que animou as manifestações pretendeu colocar em

⁶⁷ Refiro-me aqui à tentativa do jornal de vincular diretamente Freixo ao caso do cinegrafista Santiago Andrade, morto em 10 de fevereiro de 2014, após ser atingido por um rojão disparado por um manifestante.

xeque. Escrevendo em sua página pessoal no Facebook, o filósofo Francisco Bosco observou que

sem o caráter negativo, difuso e radical das manifestações, muito provavelmente a "proposta concreta" não teria o respaldo da repercussão intensa que, pressionando decisivamente os governos (e a mídia oficial, vale dizer), abre o espaço simbólico para que, agora sim, ela possa avançar concretamente. O mais difícil nas democracias contemporâneas não é formular reivindicações concretas, mas sim abrir esse espaço, esse vazio que caracteriza um acontecimento. E era essa abertura, esse acontecimento que se celebrava ontem. Há portanto uma complementaridade entre o caráter negativo, difuso, e o caráter propositivo, concreto, das manifestações (comentário feito em 18/6/2013).

Rebatendo crítica semelhante feita ao *Occupy Wall Street*, Judith Butler (2012) argumentou que a formulação de uma lista de demandas concretas por si só não explica ou ilumina como elas se relacionam entre si. Podemos pedir por gratuidade no transporte público, pela lei que torna a corrupção crime hediondo, pelo abandono da PEC-37, por hospitais e escolas “padrão FIFA”, pelo fim das remoções de casas populares em função dos mega-eventos esportivos – mas, tomados isoladamente, nenhum destes itens nos ajuda a entender por que razão estão todos na mesma lista. A não-compreensão de tal razão, a simbiose perversa entre democracia e capitalismo neoliberal, prossegue Butler, é justamente um dos mecanismos que obsta seu questionamento. A exigência de formular demandas “concretas”, de apresentar reivindicações pontuais cuja aceitação dependa do carimbo de economistas, ou de qualquer outro auto-intitulado guardião do bom senso, é uma forma de constranger nosso vocabulário e imaginação política, uma maneira de confiná-los dentro de um molde, que é ele mesmo parte do nó que as manifestações querem desatar. Para usarmos os termos de Rancière (1996), a exigência de pautas concretas, centradas em objetivos reconhecidos como “legítimos” ou no mínimo “razoáveis”, livres de quaisquer vestígios utópicos – livres portanto daquilo que lhes dotaria de radicalidade –, é a exigência de que a *política* seja articulada apenas nos termos sancionados pela *polícia*, o que assinala a morte da *política* enquanto tal: se a *polícia* reconhecesse a legitimidade de outro vocabulário que não aquele do qual depende para continuar impondo sua ordem ao mundo, deixaria de cumprir sua função de guardiã do *status quo*. Resistir a esta exigência é o que fazem, em ato, manifestantes que ocupam o espaço público.

O aprisionamento da linguagem da revolta popular a um conjunto de solicitações “razoáveis”, feitas ao poder, mantém o campo da política restrito aos atuais sistemas eleitorais, que “operam por sobre o pressuposto de que qualquer mudança radical no regime econômico é inegociável” (BUTLER, 2012: 10; tradução minha). Nesta perspectiva, articular demandas cuja realização dependa fundamentalmente da autoridade constituída que se está colocando em questão é, num certo sentido, quase um contra-senso – equivale a conferir ainda mais poder às próprias instâncias causadoras dos problemas que motivaram as demandas –, pois que trata-se justamente de inventar novas maneiras de construir o campo da política. Butler ecoa aqui o argumento anarquista de David Graeber (2011), que, em seu elogio ao *Occupy*, afirmava que a recusa do movimento em apresentar demandas baseava-se na disposição de negar reconhecimento ao poder constituído. Não se tratava, dizia Graeber, de exigir de autoridades um determinado comportamento, mas de efetivamente agir como se a estrutura de poder não existisse, de imaginar a si mesmo como estando livre para tal. Renunciando à tentação de apresentar uma demanda específica, o *Occupy* permitiu-se criar um espaço dentro do qual inúmeras demandas pudessem ser enfim articuladas. Este espaço é fundacional no sentido de que precede a política entendida em sentido tradicional, organizada em torno de partidos, eleições etc; constitui um lócus potencialmente transformador justamente porque abre a possibilidade de uma nova gramática política (MITCHELL, 2013: 103). A questão, então, é compreender o movimento de protesto não como a realização prefigurativa de um ideal por vir, mas como aquilo que coloca as condições de possibilidade para a sua persecução (ADAMS, 2011).

Feitas as devidas acomodações, algo de semelhante pode ser dito acerca das Jornadas de Junho. E se o maior mérito das manifestações não estiver nas demandas em si, sejam difusas ou concretas, ou no elogio simplório do que seria o “despertar” da sociedade brasileira, mas sim no fato de que voltamos a *sonhar*? Colocar esta pergunta não implica em ignorar os problemas e desafios inerentes às novas formas de protesto, ou aderir acriticamente ao que se poderia chamar de fetiche da horizontalidade, a confiança algo ingênua de que bastaria a ação de singularidades orquestradas em redes para democratizar a democracia. Mas mesmo o ceticismo mais arraigado não deixará de reconhecer que há qualquer

coisa de poderoso nos *momentos de loucura*, os picos de ciclos de protesto, quando “tudo é possível”, “caí o muro entre o que é instrumental e o que é expressivo”, “a política rompe seus limites e invade a vida como um todo” e “os animais políticos transcendem seu destino de alguma maneira” (ZOLBERG, 1972 apud TARROW, 2009: 136). “Momentos de loucura” importam porque permitem o surgimento de formas novas no repertório de ações e impactam na formação de novas redes de relações, como tivemos ocasião de testemunhar com as Jornadas de Junho. Produz-se aí, na mistura alucinada de corpos nas ruas, uma abertura, uma possibilidade para que uma novidade qualquer venha a se instalar – nem que seja a percepção de um problema ou a formulação de uma pergunta. Pode não haver novidade alguma no questionamento do papel dos partidos, no clamor por instrumentos de democracia direta, na acusação do seqüestro da política pela economia, na denúncia da ficção da liberdade de manifestação em democracias liberais. Mas tudo isto está mais vivo agora do que antes, o que não é pouco. “Um acontecimento verdadeiro”, diz Safatle (2012: 74), “não garante a sequência de suas conseqüências”. Importa que tenha aberto um intervalo, uma fenda na parede que será ela própria objeto de disputa.

Não está claro até que ponto ou em que sentido os movimentos em rede, atravessados pela ação conectiva, podem ser vistos como bem sucedidos; o fato de terem alcançado níveis expressivos de WUNC não lhes garante automaticamente o sucesso. Claro, boa parte da questão está em definir o que conta como “sucesso”. Na Espanha, o Partido Socialista Operário Espanhol teve seu pior desempenho numa eleição em toda a sua história democrática, e a direita voltou ao poder (MÉNDEZ, 2013: 47). Nos EUA, o *Occupy Wall Street* foi criticado por haver adotado uma postura anti-hierárquica vazia de sentido: proibindo a eleição de porta-vozes e a feitura de demandas, e contentando-se com a criação de comunidades horizontais baseadas no consenso, teria desaguado num culto auto-referido à participação, “um protesto cujo conteúdo se resume à satisfação de ter protestado” (FRANK, 2013). Construir uma cultura democrática e horizontal pode ser um bom ponto de partida, mas é apenas isto, um bom ponto de partida. Disseram do OWS tratar-se de democracia pura – “e porque era pura, não era democracia”, mas uma forma de utopismo que desejava “aprovar reformas e permanecer fora da política – ao mesmo tempo” (ROBERTS, 2012; tradução

minha). A recusa em participar do jogo político efetivo foi interpretada como uma hostilidade em desenvolver justamente aquilo que a democracia exige, a disposição de debater e negociar com a diferença. Não demorou para que apontassem o paralelo: cada qual a seu modo, neoliberais e *occupyers* alimentam um sonho anti-político, livre de dissenso ou negociações: um mercado auto-regulado ou um anarquismo baseado no consenso (ibidem, 2012). E não faltou quem levantasse comparações com a eficiência com que o *Tea Party* revigorou a direita Republicana, conquistando cadeiras no executivo e legislativo norte-americano.

Não pretendo julgar a validade de tais críticas, nem fazer qualquer espécie de avaliação normativa sobre as condições necessárias a efetiva materialização dos desejos que animam os protestos. Se devemos confiar na multidão, ou se não podemos abrir mão de partidos, é questão que não me proponho responder. Antes, limito-me a me juntar aqueles que procuram manter aberta a fenda, resistindo ao hábito de colocar a questão somente em termos de sua “institucionalização” ou de resultado eleitorais vindouros:

Ora: se alguém diz que é preciso mudar o jogo, e não trocar as peças de lugar, não se pode apontar para uma mera troca de peças (o PP no lugar do PSOE, ou Garotinho no lugar de Cabral) como prova de seu equívoco. Se o objetivo é mudar o jogo, e apenas se trocou as peças, só o que isto demonstra é que o objetivo não foi alcançado, e não que estivesse errado. A questão é: trocar as peças e mudar o jogo – mudanças intrassistêmicas e uma mudança *de sistema* – têm tempos diferentes. É óbvio que a segunda tenda a levar mais tempo que a primeira (NUNES, 2013c).

Zizek sugere que a irrupção súbita de movimentos não pode ser situada cognitivamente no costumeiro esquema passado-presente, e que deveríamos ao invés disso analisá-la como espécies de fragmentos “de um futuro utópico que está inativo no presente como potencial oculto” (ZIZEK, 2012a: 130). São “sinais do futuro”, que existem somente enquanto potência, mas cuja efetivação dependerá também do investimento na tarefa de pensá-los, da disposição de permanecer disputando o seu sentido e significado para além de constrangimentos imediatos. “Quantas vezes uma ideia precisa fracassar para poder se realizar?” (SAFATLE, 2012: 62); ou, para falarmos em termos foucaultianos, quantas vezes uma ideia deve ser enunciada até que esteja no verdadeiro de seu tempo, podendo

então encontrar as condições de sua aceitação? Não há empiria que baste; ao fim e ao cabo a questão é sempre de aposta.

Voltemos então aos motivos que tornariam pueril a aposta no intervalo aberto pelas Jornadas de Junho. O acontecimento das ruas brasileiras parece encaixar-se nos padrões observados na literatura de movimentos sociais, o resultado das ondas de protesto dependendo não tanto do quão justa é a causa, ou do poder de persuasão dos atores, mas sobretudo de sua extensão e da reação das elites (TARROW, 2009: 24). Com isso quero dizer que o principal fator para aquilo que aos olhos de muitos aparece como o fracasso dos protestos – o refreamento do ímpeto inicial, a escalada da violência, a ausência de uma resposta satisfatória por parte do poder público, a manutenção do preços das passagens – não teve como causa a (má) escolha do enquadramento empregado pelo MPL, nem a falta de liderança centralizada, nem o fato de ter se dado fora das (ou contra as) “instituições com alvará de estabelecimento reconhecido”, como diria Wanderley Guilherme dos Santos. O principal fator de fechamento da energia deflagrada desde junho, e não vai aqui nenhuma novidade, foi a união das elites, governo e mídia corporativa, em torno da repressão. O papel da mídia foi especialmente importante, não apenas por haver colocado os termos nada abonadores dentro dos quais o debate sobre as manifestações se deram, mas também porque, ao não vigiar a loucura autoritária do poder, preferindo ao invés disso hipostasiar a suposta ameaça anti-democrática de *Black Blocs*, pavimentou o caminho para a brutalidade da polícia, o que elevou os custos de participação nos protestos. Quando, por exemplo, lemos um José Maurício Domingues afirmando que a grande mídia “se mostrou bastante confusa e perdida, como todos, diante das mobilizações instantâneas e massivas inesperadas” (DOMINGUES, 2013: 98), estamos diante de um erro de avaliação que inviabiliza, logo de saída, a compreensão adequada dos rumos dos eventos. É este equívoco que importa desfazer.

3.2. Sobre Mídia e Ninjas

Em cada signo dorme este monstro: um estereótipo.

Roland Barthes

Jornalismo, Ideologia e Narrativas Ficcionalis

De início, vê-se apenas um mosaico de pontos pretos disformes. Uma voz em *off* começa a narrar e, ato contínuo, a câmera inicia um movimento de *zoom out*:

(Locutor, em *off*): *“Este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho ao seu povo. Em seus 4 primeiros anos de governo, o número de desempregados caiu de 6 milhões para 900 mil pessoas. Este homem fez o Produto Interno Bruto crescer 112% e a renda per capita dobrar. Aumentou o lucro das empresas de 175 milhões para 5 bilhões de marcos e reduziu a hiperinflação a no máximo 25% ao ano. Este homem adorava música e pintura, e quando jovem imaginava seguir a carreira artística.”*

A câmera acelera o *zoom out*. Rufam tambores. Enfim o mosaico de pontos pretos assume uma forma distinguível: o rosto de Adolf Hitler.

(Locutor, em *off*): *“É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe.”*

A tela vai escurecendo. Surge a logomarca da Folha de São Paulo.

(Locutor, em *off*): *“Folha de São Paulo. O jornal que mais se compra e o que nunca se vende”.*

Este comercial da Folha de São Paulo, veiculado inicialmente no contexto da redemocratização (1987), será nossa porta de entrada para a discussão sobre a política que atravessa a relação entre novas e velhas mídias. Para fins analíticos, vamos dividir a propaganda em três momentos distintos. O primeiro momento (1) apresenta uma recolha de dados sobre a performance da economia alemã sob o governo de Hitler, servindo de suporte para o argumento que será colocado no momento seguinte (2): *“É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade”*. Tal argumento dá ensejo a uma advertência – *“É preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe”* –, que serve de “gancho” para o último momento (3), a enunciação do *slogan* do jornal. Em (1) somos

mantidos em suspense, não sabemos de quem o narrador está a falar. Na sequência, a imagem do *Fuhrer* nos é revelada e, com ela, a “moral da história” (2): que não é preciso mentir para colocar no mundo uma mentira: basta a omissão, o esquecimento deliberado, a intenção calculada de iluminar determinados pedaços da realidade em detrimento de outros. Estabelece-se assim a oposição entre o detalhe, que ilude, e a totalidade, que revela, oposição esta que é enfatizada pelo *zoom out* da câmera: fixada inicialmente em pequenos pontos pretos, indistinguíveis, afasta-se até nos permitir discernir o rosto de Hitler (MANCINI, TROTTA e SOUZA, 2007). Dito de outro modo, a ficarmos absortos em detalhes, abstraídos do contexto mais amplo dentro do qual estão inseridos e no qual adquirem significado, arriscamos sermos iludidos. Logo, é no esforço de apresentação da totalidade que residiria a marca distintiva da atividade jornalística.

Sabemos que a impossibilidade de dar conta da totalidade dos fatos é uma limitação inerente à qualquer atividade descritiva, e que é necessário hierarquizar as informações trazidas, posto que limitado o espaço do jornal. O ponto, por óbvio, dispensa formulações mais elaboradas: o jornalismo está fundado por sobre a dupla operação de seleção e hierarquização de informações⁶⁸. Da mesma maneira que o esquecimento não é o contrário da memória, mas uma de suas condições de possibilidade, também o recorte e a hierarquização de “fatos” são necessários à atividade de levá-los ao conhecimento público por meio de um veículo de comunicação. Em princípio, a omissão e o esquecimento operados pela imprensa são um imperativo inescapável, não um vício ideológico. De qualquer forma, esta dupla operação, porque inevitável, acaba por produzir o que chamarei de *engano*. Mas se tal engano decorresse somente da impossibilidade de dar conta da totalidade da realidade, não faria muito sentido transformá-lo em mote de uma propaganda: a mensagem, ao fim e ao cabo, resultaria algo esquizofrênica, pois

⁶⁸ Há quem teorize a operação de seleção de informações através de conceitos como o de “noticiabilidade” (WOLFF, 1990), que demarcaria a aptidão de um fato para converter-se em notícia. Nessa perspectiva, “para ganhar o estatuto de notícia o fato deve passar por uma negociação que envolve o próprio acontecimento e seus atributos e algumas exigências decorrentes da natureza do trabalho jornalístico” (MOTTA, 2012: 703). Creio ser mais frutífero seguir Mouillaud, que afirma tratar-se de uma “escolha arbitrária de dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente”, cujo resultado se materializam (mas não de forma evidente) em “múltiplos outros cenários [que] permanecem virtuais e nunca serão escritos” (2102: 60). São exatamente as omissões e elisões, o que não é dito, que interessam à análise do discurso, como sabe qualquer um que tenha lido Freud ou Levi-Strauss.

que tentaria persuadir leitores a comprar a *Folha* informando que, a despeito dos mais sinceros esforços de seus repórteres e editores, os leitores já estariam em alguma medida caindo vítimas de um engodo toda vez que folheassem um exemplar do jornal.

O problema da produção do engano no jornalismo não deriva tanto da inescapável operação de seleção e hierarquização dos acontecimentos, mas sim do manejo deliberado de suas representações narrativas com o intuito de servir a outros propósitos que não o de “trazer informações de interesse público”. Complicação adicional, a própria definição do que conta como “interesse público” já é uma operação de seleção e hierarquização, em larga medida hegemonizada pela imprensa; mas deixemos esta questão de lado. Após haver “pregado uma peça” no espectador – contar uma grande mentira sobre Hitler, ainda que dizendo apenas verdades –, o comercial chama a atenção para o perigo que isto representa: “*Por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe.*” A este perigo o *slogan* do jornal vem responder, em seguida: “*Folha de São Paulo. O jornal que mais se compra e o que nunca se vende*”. O *slogan* procura persuadir o público de que a *Folha* possui autonomia, que não serve a nenhum padrão nem vende espaço na forma de matérias pagas. Com isso, ficaria afastado o risco do engano intencionalmente produzido, o que permitiria à *Folha* cumprir seu papel de prover informações de modo a atender ao interesse público.

Que este comercial é uma operação ideológica⁶⁹, não há dúvida; o que importa é avaliar como esta operação se dá, e de que forma poderia ajudar a iluminar questões que nos interessam aqui. Uma leitura da ideologia em chave marxista colocaria em primeiro plano o fato de que a propaganda faz exatamente aquilo para o qual procura alertar os leitores: conta uma grande mentira (a da autonomia de *Folha*) dizendo só a verdade (o jornal não faz matérias pagas, não é

⁶⁹ Ciente do enorme debate sobre ideologia – Terry Eagleton lista 16 definições diferentes para ideologia, desde “um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social” (Marx), passando por “pensamento de identidade” (Adorno), até “o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural” (EAGLETON, 1997: 15-16) –, mas sem ter como examiná-lo aqui, posto que fugiria ao escopo deste trabalho, limito-me apenas a observar o que nos seria mais pertinente. Parto da leitura lacaniana/marxista de Althusser (1996), que deu um passo fundamental ao conceber a ideologia como um meio (inconsciente e institucional) para a produção de sujeitos, não um véu que se interpõe entre o sujeito e a realidade. Sigo aquela que me parece ser a leitura mais refinada da questão da ideologia colocada nestes termos, a de Žižek (1996).

subornável ou serve a algum partido). Isto porque a não obediência a interesses externos, seja de partidos políticos, seja de empresas outras, não implica automaticamente em completa autonomia, isto é, não significa que o jornal esteja livre de constrangimentos de qualquer sorte. A Folha de São Paulo, como qualquer outro grande veículo de comunicação, é antes de mais nada uma empresa e, como tal, responde ao imperativo do lucro; se não seduzir consumidores e anunciantes, se vier a ter prejuízo prolongado, fecha as portas. Não é por outro motivo que as redações são por vezes pressionadas a “produzir matérias cujo conteúdo é orientado para facilitar a venda de espaço publicitário” (AMORIM, 2012: 399). Assim, o comercial mascara o engano que é produzido pela contradição entre a missão de atender ao interesse público e o imperativo de operar de acordo com o interesse privado, que é a condição de possibilidade para que a operação de levar informação a público possa se dar. Tratar-se-ia portanto de denunciar a falsa universalidade implícita nos pressupostos sobre os quais se apóia a mensagem publicitária: o que o comercial apresenta como garantia contra o engano para o qual chama atenção é, em si mesmo, uma manobra ideológica destinada a dissimular o mecanismo que o produz. Dizer que *Folha* “nunca se vende”, e que por isso deteria a autonomia necessária para atender ao interesse público, é contar uma grande mentira dizendo apenas a verdade, o que evidentemente cumpre a função de manter nas sombras a contradição que gera esta mentira.

Mas não é curioso que a mensagem publicitária precise passar tão perto de revelar o inconfessável, para que possa então ajudar no trabalho de seu esquecimento? Freud dizia que o sintoma neurótico ao mesmo tempo revela e oculta, pois que atravessado por duas forças antagônicas: de um lado, o desejo inconsciente que quer se expressar; de outro, o poder de censura, que quer fazer este desejo voltar ao inconsciente (EAGLETON, 1996: 210). Ideologias, e este é um ponto em que pensadores tão diferentes quanto Terry Eagleton e Slavoj Žižek convergem, funcionam de maneira análoga ao comportamento neurótico: não são apenas mera expressão sintomática de algum problema, mas uma forma concreta de lidar com ele. Dito de outro modo, o discurso ideológico “trabalha nos conflitos que procura negociar”, amiúde com o objetivo de “reapresentar o problema sob a forma de sua solução potencial” (ibidem: 210). Ora, não é

precisamente este o movimento realizado pelo comercial de *Folha*? “Hitler” adverte o espectador para o problema da produção do engano, mas apenas para apresentá-lo sob sua forma claramente identificável (o jornalismo “vendido”), cuja solução, expressa no *slogan* do jornal, conspira para nos desviar a atenção das verdadeiras causas do engano. Tomando de empréstimo os termos de Bourdieu (1997: 24), pode-se dizer que a propaganda *oculta mostrando*.

Se na perspectiva marxista a crítica ideológica refere-se a um olhar parcial que “deixa escapar a totalidade das relações sociais”, na lacaniana a ideologia designa “*a totalidade empenhada em apagar os vestígios de sua própria impossibilidade*” (ZIZEK, 1996: 327; itálicos do autor). Marx, é claro, via na falsa universalização, o gesto de apresentar como necessário aquilo que é contingente e localizado, a operação ideológica por excelência. Para Lacan, trata-se justamente de enxergar no oposto da eternização, a *historicização ultra-rápida*, o método ainda mais astuto da ideologia (ibidem, 327). Zizek ilustra este argumento tomando por exemplo a crítica marxista-feminista à psicanálise, a insistência em que complexo de Édipo transformaria uma forma historicamente condicionada, a família patriarcal, num traço da condição humana. Mas e se historicizar o triângulo familiar for justamente uma tentativa de mascarar o “núcleo sólido que se anuncia através da ‘família patriarcal’ – o Real da Lei, a rocha da castração?”. Escreve Zizek: “Se a universalização ultra-rápida produz uma Imagem quase universal, cuja função é cegar-nos para sua determinação sócio-simbólica, a historicização ultra-rápida cega-nos para *o verdadeiro núcleo que retorna como o mesmo através de diversas historicizações/simbolizações*” (ibidem, 327, itálicos meus). Tal núcleo é atravessado pelo Real lacaniano – aquilo que é impossível de ser simbolizado e assimilado pelo aparelho psíquico, que não admite representação, e que justamente por isso retorna sempre ao mesmo lugar, “já que o simbólico não consegue deslocá-lo, e o ponto de não-senso que ele implica se repete insistentemente enquanto radical falta de sentido” (JORGE, 2010: 11). Porque insuportável, o Real precisa ser mascarado, coberto sob o manto protetor da fantasia ou da ilusão, cuja elaboração é também e sobretudo uma tarefa ideológica operada discursivamente: “A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como uma fuga de algum núcleo Real traumático” (ZIZEK, 1996: 323).

Qual seria o Real que o comercial de *Folha* pretende mascarar, aquilo que é estruturalmente insuportável ou indizível para o jornalismo, e que portanto precisa permanecer silenciado? A resposta, que por pretendo sugerir de maneira algo apressada, para retomar em detalhe mais à frente, abre-se em dois tempos. Primeiro, seria preciso observar que a insistência de *Folha* em afirmar a própria autonomia é também um esforço para salvaguardar a legitimidade de seu *lugar de fala*, e aqui o importante não é o jornal A, B ou C, mas a posição que o campo do jornalismo ocupa na realidade social. Só quem possui autonomia pode manter-se fiel ao compromisso (precário e sempre parcialmente fracassado, mas ainda assim um compromisso) de buscar dizer a verdade. Nesse sentido, o que a mensagem publicitária obscurece não é apenas a obrigação do jornal de dar lucro, o que por si só configura um entrave a certas perspectivas e portanto já é um fator que concorre para produzir o *engano*; o que está sendo mascarado é a realidade de que o jornalismo como atividade – isto é, em sua dimensão estrutural, e não meramente empresarial, localizada – não está referido à busca da verdade. A necessidade ideológica de salvaguardar o próprio lugar de fala através do elogio da autonomia deriva do incômodo fato de ser *o jornalismo um modo de narrativa ficcional*⁷⁰ – o modo hegemônico a partir do século XX, poderíamos acrescentar. Eis o Real que deve a todo custo ser mantido nas sombras, recalcado. O fazer jornalístico, pelo menos tal como se apresenta hoje, não pode reproduzir-se sem tal mistificação ideológica, isto é, o trabalho diário nas redações não poderia manter-se intocado caso repórteres e editores se apercebessem do caráter ficcional do discurso que produzem. A conclusão de que o campo do jornalismo não fica de pé sem o fetichismo da objetividade é um tanto óbvia, mas o caminho percorrido para enunciá-la talvez nos permita uma compreensão mais nuançada de suas implicações.

⁷⁰ Vale lembrar que a noção de “ficção” não implica em “mentira” ou “falsidade”; na verdade, a questão de sua validade factual não importa tanto. Sobre isto, veja-se a seguinte passagem, de Todorov: “Um fato pode não ter acontecido, contrário às alegações de um cronista. Mas o fato de ele ter podido afirmá-lo, de ter podido contar com a sua aceitação pelo público contemporâneo, é pelo menos tão revelador quanto a simples ocorrência de um evento, a qual, finalmente, deve-se ao acaso. A recepção dos enunciados é mais reveladora para a história das ideologias do que sua produção; e, quando um autor comete um engano ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; *o que importa é que o texto possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu produtor tenha acreditado nele. Nessa perspectiva, a noção de ‘falso’ é não-pertinente*” (TODOROV, 2003 pp.74-5; grifo meu).

Há diversas entradas para o exame da relação entre mídia e política. Pode-se debater, como fizeram Dewey e Lippmann, e uma infinidade de pesquisadores depois deles, sobre opinião pública e democracia (GUIMARÃES e AMORIM, 2013). Pode-se também partir da análise da trajetória do pensamento de Habermas, que inicialmente criticou o que considerava a degeneração da esfera pública moderna – afirmando sua submissão à mídia de massa, o que implicava no predomínio dos interesses privados, no primado da sedução publicitária, e no empobrecimento da qualidade do debate público como um todo (HABERMAS, 1984) –, para posteriormente suavizar a avaliação, passando a apostar na racionalidade comunicativa, na produção da vontade coletiva na esfera pública mediante processos deliberativos no qual indivíduos em igualdade de condições chegam a acordos em que prevaleceria a força do melhor argumento (HABERMAS, 1997). Pode-se ainda notar que a assim chamada “crise de representação”, expressa na sensação generalizada de descolamento da atividade política em relação aos interesses públicos, na desconfiança nas instituições, no esvaziamento dos partidos, nos baixos índices de comparecimento eleitoral etc., é também uma crise da grande mídia como instância representativa, algo aliás que as Jornadas de Junho tornaram bastante evidente. Nesta perspectiva, a análise levaria em conta o que acontece no espaço existente entre o cidadão comum, que vota para escolher seus representantes, e as decisões que estes tomarão em seu nome. Pois se o grande momento das democracias representativas é o voto, e se este supõe a formação das preferências dos eleitores, então o próprio processo de formação de preferências é uma variável importante para o funcionamento da democracia (MIGUEL, 2003). O voto expressa um julgamento sobre o comportamento e o desempenho de políticos, julgamento este que é construído através do acúmulo de narrativas sobre questões que ganham expressão através da mídia. Para que os eleitores possam comparar alternativas, é preciso que eles as situem dentro de um espaço comum, que é dado pelos diversos assuntos que formam a agenda de debates públicos. Logo, a grande mídia, que tem a capacidade de efetivamente pautar a agenda, condiciona em alguma medida a escolha eleitoral (MIGUEL, 2003), questão de suma importância nas atuais “democracias de audiência”, nas quais os partidos vem perdendo a primazia face à prevalência do contato midiático direto entre líderes e eleitores.

Questões que poderiam influenciar o processo de escolha do eleitor muitas vezes sequer chegam à esfera pública, permanecendo invisíveis, ou chegam de forma enviesada, numa espécie de “processo de não-tomada de decisões” (BACHRACH e BARATZ, 2011: 152). Demandas concretas, opiniões ou discursos podem ser asfixiados antes mesmos de serem enunciados. A política não é somente o domínio da tomada de decisão, mas também um espaço de exclusão, no qual aqueles que estiverem ocupando posições de poder podem manobrar para estabelecer regras ou delimitar limites de modo a se protegerem de expedientes percebidos como ameaçadores. Nos termos de Steven Lukes, “o uso mais efetivo e insidioso do poder consiste em evitar que [o] conflito antes de mais nada emerja” (sic) (1980: 19), o que implica na manipulação do desejo, da consciência de outrem, manobra fundamentalmente ideológica. Quando Rancière descreve a maneira pela qual a linguagem dos sem-parte é ininteligível para aqueles que falam somente a linguagem do *status quo*, parece estar argumentando algo semelhante, isto é, que os poderosos colocam os termos do debate de tal maneira que as visões e demandas dos subalternos não podem ser propriamente compreendidas, ou mesmo formuladas (HEWLETT, 2007: 99). A mídia de massa é talvez o principal operador deste fechamento, e *agenda setting* é apenas um outro nome para a primeira função de um enquadramento (*framing*) bem sucedido, qual seja, definir as questões que deverão merecer a atenção pública (ENTMAN, 2010: 336).

A análise da mídia oscila via de regra entre melancolia e euforia, entre a tradição marxista de denúncia dos grandes meios de comunicação como instrumentos da dominação burguesa, e a celebração ingênua e acrítica da cultura de massa (STAM, 1993: 150-151). A crítica ao trabalho feito pela imprensa frequentemente assume ares frankfurtianos, tanto em sentido produtivo, como quando procura desvelar os efeitos engendrados pela mídia de massa em geral e pelo discurso jornalístico em particular (CARPENTIER, 2007), quanto em termos menos promissores, quando resvala num elitismo algo conservador (SARTORI, 1987). Uma terceira perspectiva, aberta a partir dos trabalhos de Wolfgang Iser na crítica literária, passou a observar a circulação das mensagens, seu processo de apropriação e ressignificação, franqueando uma compreensão mais nuançada de artefatos midiáticos e culturais (BARBERO, 1997) e contribuindo para uma visão

mais positiva (e realista) do sujeito que os consome, até então visto quase que exclusivamente pelo prisma da passividade bovina. Tal perspectiva é de certa forma análoga tanto ao projeto de Michel de Certeau (1994), com sua ênfase na inventividade das práticas cotidianas, quanto ao leque de esforços dos ditos autores pós-coloniais no sentido de reconhecer o subalterno em sua agência efetiva ou potencial; trata-se aqui de pensar a resistência, a produção contra-hegemônica que seqüestra códigos e artefatos apenas para voltá-los contra os centros de poder que os irradiam. Mas a despeito das contribuições dos estudos de recepção, que não são pequenas – o reconhecimento da cultura popular como um espaço de positividade e invenção, a compreensão mais refinada do processo de circulação de textos e ideias, rompendo com a lógica que opunha, de forma esquemática, dominação e submissão, hegemônico e subalterno –, uma tal perspectiva talvez não seja de muita serventia para os nossos objetivos. A ênfase na recepção deixaria de levar em conta tudo o que está no registro do não-dito, o objeto da exclusão, o que não pode vir a tona, já que a análise da reapropriação e ressignificação só se coloca sobre aquilo que circula, que já possui uma existência reconhecida. Se a capacidade de construir silêncios é parte essencial das estratégias de poder, então as lacunas importam por aquilo que sua ausência denuncia. É nestas formas de censura mais sutis, que deslegitimam de antemão tudo aquilo que se opõe a um valor hegemônico, sem que tal valor necessite ser explicitado, que reside o desafio que passará a nos ocupar agora. Só depois, quando tivermos criticado os efeitos de exclusão do discurso midiático sobre as Jornadas de Junho, é que poderemos avaliar as resistências, os espaços ocupados na internet.

Pode ser um bom ponto de partida observar, no registro focaultiano proposto por Mouillaud, que o jornal é mais que mero suporte, está inserido num *dispositivo* mais amplo de informação, uma matriz cuja existência é anterior ao texto, que implica num modo de estruturação próprio e “prepara para o sentido” (MOUILLAUD, 2012: 48). Mas aí teríamos que qualificar o argumento, e perguntar sobre as vicissitudes desta preparação para o sentido. Não será preciso retomar a imensa literatura sobre o tema para chamar a atenção para um aspecto crucial do atual *modus operandi* do jornalismo, a tendência a tratar os fatos noticiados sob a ótica do *fait divers* (BOURDIEU, 1997; CHAÚÍ, 2006;

COELHO, 2007). É lugar comum lembrar que a seleção do que deve ser noticiado obedece aos ditames mais amplos do espetáculo, pautado pela busca do sensacional, extraordinário ou inusitado que caracteriza o *fait divers*. Talvez valha a pena repisar este ponto, porque fundamental: *atopia* (ausência de referência espacial) e *acronia* (ausência de referência temporal) parecem terem transformado-se praticamente em pilares do discurso jornalístico: os eventos são relatados como se ocorressem num vácuo causal ou vazio histórico, existindo apenas enquanto espetáculos fugidios, tão duráveis quanto o brilho da excitação que produzirem, tão “rentáveis” quanto os lucros políticos advindos de sua exploração dramatizada (CHAUI, 2006: 45-46).

Bourdieu resumiu bem esta crítica, notando ainda as afinidades eletivas entre o domínio do *fait divers* e outros aspectos estruturais da imprensa, como a “circulação circular da informação”, a lógica da concorrência operando a homogeneização da produção jornalística, e a “urgência e *fast thinking*”, a tendência a privilegiar descrições feitas por sobre ideias cuja aceitação esteja garantida, de modo a evitar possíveis ruídos de recepção (1997: 30-38). Tudo isso caminha a par com a personalização das questões apresentadas em noticiário, a sanha voyeurística pela vida de celebridades, a obsessão por descrever a vida política sob uma ótica degradada até o ponto da estereotipagem (PATTERSON, 1993), a transformação do próprio jornalista em personagem, com o recurso cada vez mais frequente a uma narrativa baseada em suas sensações (NETO, 2012: 261) – a lista de malformações congênitas do jornalismo é extensa. O campo político é certamente um dos mais afetados; só o fato de haver uma editoria específica de “política” sugere que todo o restante (esportes, cidade, cultura etc.) *não* pertence ao domínio político, o que é ainda mais curioso, se levarmos em conta o modo como os vocabulários se imbricam na produção jornalística. Uma eleição, por exemplo, é via de regra coberta como um campeonato esportivo (a metáfora da *horse race* é bastante acionada no mundo anglófono), no qual não importaria tanto o que os cavalos estão pensando, mas apenas “saber quem vai chegar na frente” (MIGUEL, 2008: 257).

Agindo como um sabotador de versões apresentadas por atores políticos, e tendo na busca de irregularidades sua principal atividade de crítica, o jornalismo

se torna cativo de uma prática em boa medida voltada às miudezas e aos escândalos – e assim “esquece” de apresentar adequadamente os contextos, de inserir os fatos esquadrihados numa ordem mais ampla de fenômenos, dentro da qual adquirem sentido (COELHO, 2007: 347). Resulta daí não apenas a disseminação de uma visão cínica⁷¹ da esfera política, em que os atores são pintados como ambiciosos sem convicção, responsivos somente aos interesses referidos a lógica de competição interna pelo poder, mas também a fixação de uma disposição cognitiva que obstaculiza o exercício de compreender e situar fatos dentro de uma perspectiva minimamente histórica ou contextual. Os consumidores de informação caem então vítimas de uma “amnésia estrutural”, dado que o jornalismo produziria uma “representação instantaneísta e descontinuísta do mundo”, uma visão “des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante”, uma “representação do mundo prenhe de uma filosofia da história como sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada” (BOURDIEU, 1997: 138-140).

É a própria inteligibilidade da realidade que está em questão aqui, e este vácuo narrativo que conjuga a lógica espetacularizada do *fait divers* com uma hiperfactualidade persecutória e iconoclasta poderia ser visto como um sintoma do vazio das metanarrativas. Nesta perspectiva, o colapso das metanarrativas é entendido como

o enfraquecimento da própria ‘forma literária’ da narração, com começo, meio e fim, ou do próprio discurso argumentativo, com suas premissas e conclusões. O predomínio do *fait divers* pode também ser explicado, dessa perspectiva, como consequência da necessidade de uma incessante produção de ‘imagens’ para consumo público (COELHO, 2007: 344).

Pode-se concordar com tudo isto – a presentificação atomista que impede a compreensão estrutural, a lógica do espetáculo e seus corolários, o personalismo vazio, o desencanto que sobrevém da despolitização, e assim por diante – e ainda assim manter uma certa suspeita quanto a tais críticas endereçadas ao jornalismo. E se ser visto como produtor de instantâneos factuais a-históricos for algo desejável para o campo do jornalismo, desde um ponto de vista ideológico? Ou melhor, e se o fato de ser percebido como denunciante de escândalos e relator de

⁷¹ Para uma ilustração deste argumento, ver a análise de Kantola (2007) sobre o imaginário político cínico plasmado pelo *Financial Times*.

fait divers esparsos, e não como *produtor de narrativas*, for justamente um dos ingredientes indispensáveis ao trabalho ideológico do jornalismo, no sentido de apresentar-se como uma atividade fundada na objetividade? Se tivermos em mente que o fetichismo da objetividade é ingrediente fundamental à reivindicação da imparcialidade, da qual jornais e jornalistas dependem em boa medida para construir seu capital simbólico, e se lembrarmos ainda que a ideia de “narrativa” encontra-se num campo semântico povoado por noções de forte coloração subjetivista, como “história”, “enredo” e “personagem”, então não será ilícito concluir que esta denúncia do jornalismo como operador da acronia e atopia, por mais válida que seja, acaba contribuindo inadvertidamente para manter nas sombras uma característica absolutamente fundamental do fazer jornalístico, qual seja, o caráter ficcional de sua operação narrativa. Esta é precisamente a verdade que o jornalismo precisa recalcar para se manter enquanto tal; as redações podem sobreviver razoavelmente incólume à acusação de que produzem “amnésia estrutural”, mas não à acusação de que produzem narrativas ficcionais⁷². Quem constrói narrativas dificilmente poderá se fazer aceito como imparcial ou objetivo, pois que todo contar de história implica na assunção, explícita ou não, de uma perspectiva, de um narrador⁷³. Quem, por outro lado, é visto (e vê a si próprio) como mero recolhedor e apresentador de fatos diversos, isolados, encontra mais facilidade para cobrir-se com o manto protetor da imparcialidade.

A afirmação do caráter narrativo da produção jornalística não é exatamente novidade. Ao avançá-la, estou me alinhando ao paradigma construcionista da crítica ao jornalismo, que se opõe tanto à perspectiva da notícia como distorção ideologicamente motivada, quanto à da notícia como espelho da realidade (TRAQUINAS, 2012: 169). Alceu Amoroso Lima já pensava o jornalismo um gênero literário (*apud* MOTA, 2012); Luiz Gonzaga Motta vem há

⁷² Veja-se a seguinte definição: “O jornalismo procura representar a realidade dos fatos, operando, assim, uma virtualização da realidade, sem, contudo, ficcioná-la” (SILVA, 2012: 344-345). Trata-se de uma ilustração perfeita do (auto)engano do qual o jornalista necessita para seguir acreditando no próprio trabalho – o que aliás nos remete à dimensão da ideologia como práxis, como *fazer ideológico*, a que Zizek (1996) alude. A definição evita o ranço positivista, isto é, reconhece que qualquer representação do real é necessariamente falha (daí a operação de “virtualização” da realidade), ao mesmo tempo em que procura manter os pés no realismo, querendo com isso escapar ao bicho-papão da ficção.

⁷³ Não é por outro motivo que o discurso jornalístico se esforça para neutralizar “as marcas enunciativas, evitando o uso das formas indexicais, dos dispositivos de linguagem que explicitam a relação dos enunciados com a pessoa, o lugar e o tempo da própria enunciação” (RODRIGUES, 2012: 240).

algum tempo desenvolvendo uma linha pesquisa do discurso jornalístico por sobre a noção de “Narratologia” (MOTTA, 2005); Bird e Dardenne (1993) afirmavam serem as notícias um tipo particular de narrativa mitológica. Marilena Chauí foi ao cerne da questão quando assinalou que “o noticiário se apresenta como ficção (o acontecimento não tem densidade, é um espetáculo irreal) e a novela se apresenta como realidade (os episódios são espacializados e temporalizados de modo a produzir a ilusão de que são fatos)” – mas deteve-se aí, abandonando o argumento sem justificá-lo (2006: 51). Podemos fazê-lo agora, tomando de empréstimo a crítica de Hayden White à historiografia. Sem prejuízo às ideias do autor, talvez seja possível mostrar que, feitas as devidas acomodações, seu argumento sobre o caráter eminentemente ficcional do trabalho de historiadores pode em larga medida ser aplicado a jornalistas.

A questão da narrativa, seu poder e influência, aparece em debates tão distintos quanto as formas comuns de vida dentro das quais a virtude adquire significado (MACINTYRE, 2001), a invenção da nação moderna como “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008) e a importância de histórias na criação da empatia, ingrediente indispensável à feitura de progressos morais (RORTY, 2007). Nós sonhamos, antecipamos, acreditamos, desesperamos, criticamos, odiamos e amamos através de narrativas; somos, por assim dizer, “animais que contam histórias” (GOTTSCHELL, 2012). Para Hayden White (s/d/p), a narrativa é como um meta-código universal, através do qual resolvemos o problema de “como traduzir o conhecer em contar, o problema de moldar a experiência humana em uma forma assimilável a estruturas de significação que são antes genericamente humanas do que especificamente culturais”. Barthes já havia apontado nesta direção, ao afirmar que “a função da narrativa não é a de ‘representar’, é a de constituir um espetáculo que permanece ainda para nós muito enigmático (...). A narrativa não faz ver, não imita; a paixão que pode nos inflamar é a da significação” (BARTHES, 2013: 62).

Hayden White (1996; 2001) analisa o trabalho historiográfico desde uma perspectiva formalista, entendendo-o como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Isto lhe permite considerar as narrativas históricas “como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são

tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas tem mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001: 98; itálicos do autor). Muitos historiadores – e, como pretendo sugerir, também os jornalistas, ainda que estes não se dêem conta disso – parecem reivindicar a posse de um plano médio, epistemologicamente neutro, entre arte e ciência, dentro do qual sentem-se razoavelmente confortáveis em manter o costume de tratar os fatos sobre os quais se debruçam como se fossem apenas dados, esquecendo-se de que “os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si” (ibidem: 56). Não estou sugerindo que o trabalho de historiadores e jornalistas se equivalham; evidentemente, são atividades distintas, com diferentes metodologias, e sujeitas a constrangimentos específicos. Mas seus discursos são assemelhados a ponto de autorizar a hipótese aqui aventada, pois que buscam produzir narrativas referidas ao registro do que “realmente” teria acontecido, narrativas que trabalham sobre os “fatos” com o intuito de representá-los e interpretá-los, assim dotando-os de uma coerência e significação que por si só não possuem.

Dizer que a significação dos eventos nunca está dada é dizer que eles não nos impõem vocabulários ou perspectivas através das quais deveríamos narrá-los, e neste ponto White poderia ter evocado a filosofia analítica da linguagem a fim de robustecer sua tese⁷⁴. À observação de que o sentido não é um dado intrínseco

⁷⁴ Para filósofos da tradição, não há como separar objetivamente o que é “da realidade” e o que é “nosso” nas descrições que fazemos, dado que não temos como nos colocarmos entre a linguagem e os objetos, num ponto arquimediano. É impossível “retalhar a realidade nas juntas”, no local exato aonde acaba a coisa-em-si e começa a nossa maneira de falar sobre ela (RORTY, 1994), pois “elementos do que chamamos de ‘linguagem’ ou ‘mente’ penetram tão profundamente no que chamamos ‘realidade’ que o próprio projeto de representar a nós mesmos como mapeadores de algo que ‘não depende da linguagem’ está, desde o início, fatalmente comprometido” (PUTNAM *apud* RORTY, 2005: 36). Wilfrid Sellars (2008) afirma que a experiência ou a sensação não podem servir como *fundamento* para o conhecimento; elas seriam, no máximo, uma *condição* para o conhecimento. Isto porque há dois tipos de percepção, “comportamento discriminativo”, que é apenas o fato bruto de sentir fome ou frio, por exemplo, e “estar no espaço lógico das discriminações”, isto é, saber qual o tipo de sensação que se está experimentando. O comportamento meramente discriminativo dispensa o uso de palavras, pois que não precisamos ter acesso a uma linguagem para saber o que é sentir fome ou frio. “Estar no espaço lógico das discriminações”, ao contrário, supõe o recurso à linguagem, pois saber “que tipo de coisa é x” requer o acesso a um vocabulário adequado, que permite apreender o conceito de “x” e fazer afirmações sobre ele (SELLARS, 2008). Considere, por exemplo, o ato de esbarrar numa folha de urtiga. Segundo a tese de Sellars, o sentido de “prurido” ou “ardência” não deriva imediatamente da sensação que temos ao tocarmos a folha de urtiga. Para saber que tipo de coisa é “ardência”, e usar o termo na hora certa para precisar a específica sensação que temos ao encostar numa folha de

à natureza das coisas apenas esperando mentes sagazes o suficiente para decifrá-lo, podemos acrescentar a noção correlata de White segundo a qual a significação dos eventos não lhes é inerente. Relatos históricos não consistem somente em elementos factuais, mas também em elementos retóricos e poéticos, como os padrões de enredo acrescidos *a posteriori* pelo narrador. Os *tipos* de histórias, diz o autor, não estão incrustados nos fatos⁷⁵; na verdade, lhes são impostos pelo narrador através de uma dupla operação poética, cognitiva e expressiva, ambas tropológicas. “Antes que um dado domínio possa ser interpretado, há de ser primeiro organizado como um território povoado por figuras discerníveis”, isto é, a experiência deve primeiramente ser constituída como objeto de percepção mental, deve ser *prefigurada* num “nível profundo de consciência” do narrador (WHITE, 1996: 44-45). Este é um ato fundamentalmente poético, pré-crítico, no qual o historiador cria seu objeto de análise no processo de reconhecê-lo, ao mesmo tempo em que predetermina a modalidade das estratégias narrativas⁷⁶ das quais se valerá posteriormente em sua descrição. “O pensamento”, escreve Hayden White, “permanece cativo do modo lingüístico no qual procura aprender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção” (ibidem: 14). Se, por exemplo, ao narrar um evento o historiador lhe confere a estrutura de enredo de uma tragédia, então ele o terá “explicado” desta maneira, com todas as

urtiga, é preciso que nós saibamos diferenciá-lo de outros termos (queimação, coceira, comichão etc.), ou seja, dominar uma rede de significações dentro do qual se estabelece a identidade relacional do termo “ardência” (BEZERRA, 2001). Sellars mostra que estes dois tipos de percepção, embora intimamente relacionados, são de naturezas diferentes. Sensações pré-lingüísticas não poderiam servir de fundamento para o sentido, haja visto que não seria razoável buscar em fatos não-lingüísticos o fundamento para fatos lingüísticos. Aquilo a que chamamos de “sentido” só emerge quando entramos no espaço lógico das justificações, quando utilizamos recursos que estão no domínio da linguagem.

⁷⁵ Existe algum limite à representação do holocausto? Os “fatos brutos” do nazismo e do extermínio sistemático dos campos de concentração colocariam, em função de qualidades que lhes seriam inerentes, limites ao que poderia ser dito sobre eles? White responde negativamente a estas questões, avançando um argumento cuja complexidade impede que lhe façamos justiça aqui. Sem medo de deslizar em direção a um relativismo estéril, e já torcendo a questão em outra direção, creio ser possível sustentar, com Stanley Fish (1980), que a obviedade de significado de um discurso não decorre dos valores que suas alegações possuem num sistema lingüístico independente de contexto; ao contrário, é porque tais alegações são recebidas já inseridas num contexto que elas possuem um significado que então será percebido como óbvio.

⁷⁶ White (1996) define os 4 modos de consciência histórica em consequência das estratégias prefigurativas que informa cada um deles, referidas aos 4 tropos da linguagem poética (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia). Assim, um estilo historiográfico seria a combinação particular entre os modos de elaboração de enredo (romanesco, trágico, cômico, satírico), o tipo de argumentação (formista, mecanicista, organicista, contextualista) e sua implicação ideológica (anarquista, radical, conservador, liberal). Não há necessidade de nos aprofundarmos nos meandros de sua análise dos elementos trópicos contidos na consciência histórica e na historiografia européia do século XIX; para os nossos propósitos, basta observar sua crítica ao discurso histórico, extraindo lições cuja validade possa ser estendida ao trabalho jornalístico.

implicações que um discurso vazado no modo trágico acarreta. O mesmo vale para todos os outros modos de prefiguração poética e expressão narrativa.

Nenhum acontecimento histórico constitui por si só uma história acabada; no máximo, oferece elementos a partir dos quais podemos tramá-la. Histórias são criadas das crônicas dos fatos por meio da operação de urdidura de enredo, em que “os acontecimentos são *convertidos* em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante” (WHITE, 2001: 100; ênfase do autor). Trata-se, como já deve ter ficado claro, de expedientes que esperaríamos encontrar na construção de enredo em romances. Vista deste ângulo, “a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica” (ibidem: 138) – e aqui não há nenhuma boa razão que nos impeça de esticar a validade do argumento também para o discurso jornalístico.

Os romancistas podiam lidar apenas com eventos imaginários enquanto os historiadores se ocupavam dos reais, mas o processo de fundir os eventos, fossem imaginários ou reais, numa totalidade compreensível capaz de servir de *objeto* de uma representação é um processo poético. Aqui, os historiadores devem usar as mesmas estratégias tropológicas, as mesmas modalidades de representação das relações em palavras, que o poeta ou o romancista utiliza. No registro histórico não-processado e na crônica dos eventos que o historiador extrai do registro, os fatos existem apenas como um amálgama de fragmentos contiguamente relacionados. Estes fragmentos têm de ser agrupados para formar uma totalidade de um tipo particular, e não de um tipo geral. E são agrupados da mesma forma que os romancistas costumam agrupar as fantasias produzidas pela sua imaginação para revelar um mundo ordenado, um cosmo, onde só poderia existir a desordem ou o caos (WHITE, 2001: 141; ênfase do autor)

Em suma, não importa tanto se o episódio relatado é real ou imaginado, pois que os procedimentos através dos quais o historiador ou o romancista lhe confere sentido é o mesmo. Por que haveria de ser diferente no jornalismo? Ademais, o discurso jornalístico apresenta alguns dos elementos da estrutura narrativa do romance, como a eleição de personagens e a ênfase no pólo da agência, a necessidade da construção de antagonismos, e a divisão em “capítulos”. Que me seja permitido tomar a liberdade de intervir no texto de White, substituindo as referências ao discurso historiográfico pelo jornalismo:

Narrativas [jornalísticas] não são apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados. Vista de um modo puramente formal, uma narrativa [jornalística] é não só uma *reprodução* dos acontecimentos relatados, mas também um *complexo de símbolos* que nos fornece direções para encontrar um *ícone* da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária. (...) A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é *descrever* os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor *o que deve ser tomado como ícone* dos acontecimentos a fim de torná-los “familiares” a ele. Assim, a narrativa [jornalística] serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares (WHITE, 2001: 141; itálicos do autor).

É notável a proximidade entre este argumento e as teorizações acerca do “enquadramento” (*framing*), derivadas da obra de Goffman (1974). Claro está que o escopo da teoria do enquadramento é algo distinto, abrangendo tanto esta dimensão comunicativa, inscrita na operação discursiva de apresentar um assunto sob uma determinada ótica, quanto uma dimensão cognitiva, referida à percepção individual de uma dada realidade (CHONG e DRUCKMAN, 2007). Mas quando Hayden White escreve que a narrativa informa o que deve ser tomado como ícone do evento descrito, de modo a torná-lo familiar ao leitor/receptor, está na verdade explicitando um mecanismo de enquadramento, e não é sem motivo o lugar proeminente que as metáforas ocupam em seu pensamento. Como já foi observado, enquadramentos cumprem a função de selecionar e ressaltar certos aspectos da realidade em detrimento de outros, de modo a promover a definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação sobre como enfrentar a questão (ENTMAN, 1993); ao fim e ao cabo, o que está em jogo é o trabalho de conferir sentido aos fatos, dar-lhes uma moldura que organiza ou influencia o modo como iremos percebê-los (KUYPERS, 2010). E como discurso algum constrói a si próprio num processo autopoiético ocorrido num vácuo histórico ou vazio contextual, segue-se que não devemos perder de vista o fato de que enquadramentos são socialmente compartilhados, e que trabalham simbolicamente para estruturar o mundo social. Nessa perspectiva, pode ser recomendável procurar entender como atores sociais participam na cristalização e manutenção de certos enquadramentos (REESE, 2010). A análise de enquadramento, portanto, consiste numa investigação de

como padrões dialógicos são estabelecidos, e qual seu potencial para deflagrar mudanças através da ação e mobilização continuadas (STEINBERG, 1998: 859).

O que nos traz de volta às Jornadas de Junho, mais precisamente ao papel de sua construção narrativa pela grande mídia, e do enquadramento opositivo surgido espontaneamente nas redes sociais. Se os eventos não “falam” por si mesmos, ao contrário, “são falados”, então toda a questão está em observar os efeitos reais que um determinado enquadramento (*framing*) acerca dos protestos foi capaz de gerar, os propósitos a que servem, e o que poderia revelar sobre aqueles que o formulam. Isto vale para ambos os lados do espectro político, isto é, tanto para o trabalho da grande mídia quanto para o trabalho da multidão de midiativistas ligados em rede. No que se segue, pretendo explicitar, através de uma perspectiva hermenêutica, o caráter negativo da representação dos protestos ofertada pelos jornais, observando sua contribuição à produção de uma realidade – a da violência – que alegavam apenas estar descrevendo. Trata-se de entender a contribuição decisiva da narrativa jornalística no sentido de elevar a dinâmica da violência ao centro dos protestos, através de um duplo movimento que incluiu a nomeação do sujeito-vândalo e a normalização da exceção no intuito de asfixiá-lo. Na sequência, examino a narrativa de midiativistas, argumentado que, mais do que constranger a grande mídia, corrigindo-a factualmente, o enquadramento polifônico operado pela multidão desconstruiu publicamente o mito fundador do jornalismo, calcado na objetividade; ampliou o escopo das vozes na esfera pública, redefinindo as condições do diálogo e ampliando o espaço de produção da memória; e contribuiu para construir o sujeito-político-multidão⁷⁷ durante o processo de representá-lo.

Jornadas de Junho: Mídia, Demofobia e a Desconstrução de um Sujeito Político

A narrativa produzida pela grande mídia acerca das manifestações esteve desde o início estruturada em torno dos problemas da violência (deprecação, vandalismo) e do transtorno (caos no trânsito, prejuízo do direito de ir e vir), tendo a figura do “mascarado” como ator principal e a polícia como coadjuvante.

⁷⁷ Na falta de termo mais adequado, e ciente dos problemas que a sua filiação *negriana* carrega, utilizarei “sujeito-político-multidão” para me referir ao ator político que permaneceu nas ruas protestando, depois de passada a explosão inicial das manifestações.

Há aqui uma primeira inversão digna de nota. O modo costumeiro de estruturação narrativa dos jornais reserva o protagonismo à figura do político, o que, como já foi dito, colabora para uma ênfase personalista em assuntos referidos à esfera da política, como eleições, casos de corrupção, entre outros. A obtenção do protagonismo no noticiário pelo cidadão comum ocorre ou pela via criminal, o que é mais rotineiro, ou pela exceção exemplar, histórias edificantes de superação pessoal etc. Ser alçado ao protagonismo dentro de uma estrutura narrativa que não lhe reconhece legitimamente enquanto tal produz por si só um efeito negativo – e a categoria “vândalo” vem então nomear este lugar indevidamente ocupado⁷⁸.

A segunda inversão operada pela imprensa caminha ao lado desta primeira. Os protestos são apresentados como episódios de violência que produzem desordem e imobilidade, suspendendo o direito de ir e vir da maioria, quando na verdade são justo o oposto, isto é, são atos políticos que denunciam a violência de um modelo de transporte público que, estruturado em benefício de poucos empresários, cria a imobilidade que reduz o direito de ir e vir da maioria a um pesadelo diário. Já se vê a que desígnio uma tal inversão serve. A maneira mais eficiente de esvaziar o conteúdo político de protestos populares não é ignorá-lo, o que aliás seria impossível, mas aproveitar as imagens dos eventuais atritos produzidos e repeti-las *ad nauseam* como se fossem a essência mesma da inspiração que supostamente os animam, até que se complete a operação metonímica. O “mascarado” aparece então como óbvio candidato a estereótipo: não tendo um rosto identificável em sua singularidade, adequa-se perfeitamente ao papel de tornar-se o lugar abstrato de um “superávit ilícito de significado” (JAMESON *apud* FILHO, 2004: 32) cuja função será a de demarcar as fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o aceitável e o repulsivo, a política e a violência. Mas a própria violência visível dos mascarados é um *sintoma* da falência da política, e é justamente isto que torna contraproducente a disposição de abusar da violência policial para contê-lo, pois bater num sintoma apenas contribui para o reforço da lógica que o gera⁷⁹ (BOSCO, 2013a). Eis o

⁷⁸ Este argumento foi colocado por Sérgio Martins, em resposta a um artigo meu sobre as manifestações, publicado na revista Pittacos, que serviu de esboço para parte deste capítulo.

⁷⁹ O simbolismo é tão evidente que quase se faz literal: “mascarados” ou “*Black Blocs*” destroem a *res publica* para protestar contra a destruição da *res publica*. Espetacularizam os próprios atos, mimetizam performaticamente o pior das práticas políticas, assim teatralizando o problema para o qual querem chamar a atenção.

fechamento operado pela narrativa midiática das manifestações: ao fornecer o estereótipo que organiza o discurso do senso comum em torno da (falsa) oposição entre política e violência, ela impede a compreensão de que, quando a linguagem da política passa a operar num vazio auto-referido e impermeável, quando deixa portanto de cumprir sua função de constituir-se como lugar de realização do interesse público (ARAÚJO, 2013), alguma ruptura talvez seja necessária para retomar a possibilidade de efetivamente *fazer* política.

Pode-se sempre começar pela observação da linguagem, o recurso frequente a eufemismos (“a PM ‘retirou’ manifestantes do acampamento em frente à casa do governador Sérgio Cabral”), ou o futuro do pretérito utilizado para descrever as ações da polícia (“o manifestante teria sido espancado por um PM”) em contraposição ao pretérito perfeito empregado para descrever as ações dos manifestantes (“vândalos atearam fogo numa lixeira”). Prefiro atentar para os editoriais dos jornais impressos, espaço em que se anuncia de maneira auto-consciente o enquadramento narrativo que as capas e manchetes se esforçarão em fazer parecer meramente descritivas, objetivas. Um levantamento exaustivo seria desnecessário, posto que uma análise quantitativa de *framing* deixaria de captar o que importa para os nossos propósitos aqui. Começemos pelo primeiro editorial referido ao protesto inicial do MPL em São Paulo:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta-feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas. (...) Para tentar entender esse protesto, é preciso levar em conta as muitas coisas que estão por trás dele. Uma delas é o fato de o Movimento Passe Livre ser pura e simplesmente contra qualquer tarifa, ou, se se preferir, a favor de uma tarifa zero. Ele não se opõe ao aumento da tarifa de R\$ 3 para R\$ 3,20, mas a ela própria. Ou seja, não há acordo possível e, como seus militantes são radicais, qualquer manifestação que promovam só pode acabar em violência. As autoridades da área de segurança pública, já sabendo disso, deveriam ter determinado à polícia que agisse, desde o início do protesto, com maior rigor. (...) Para não ficar mal com os chamados movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (O Estado de São Paulo, editorial de 8/6/2013.)

Encontramos aí os principais argumentos que seriam depois repetidos à exaustão, como o prejuízo à mobilidade urbana, a ênfase no vandalismo e a conclamação por uma repressão mais rigorosa por parte do poder público, e o

caráter implausível e radical da reivindicação pelo passe livre. Para além da manobra de estereotipagem expressa nos adjetivos reservados aos que protestavam – e nem havia ainda a nomeação de um inimigo público na figura dos *Black Blocs* –, cabe notar que a própria demanda pela abolição da tarifa de transporte público é apresentada como uma *negação* ao diálogo. O terreno começa a ser preparado; se não há “acordo possível”, o resultado só pode ser a violência. A pirueta ideológica consiste em rotular tal demanda como impensável, como se o debate tivesse que necessariamente partir do pressuposto de que o transporte público só possa ser pago, como se o sistema de concessões à exploração por empresas privadas fosse seu ponto de partida natural⁸⁰ – apesar de haver relatos de experiências bem sucedidas de transporte público gratuito em pelo menos 18 países (PESCHANSKI, 2013: 60). Por trás dos cálculos economicistas que desprezam a proposta como se delírio juvenil fosse, encontramos não a suposta infalibilidade da matemática, mas o medo do que ela significaria caso implementada, a alteração decisiva no modo de perceber e se relacionar com a cidade e a coisa pública, a retração da hegemonia da linguagem do mercado. Decretar a impossibilidade do acordo é fechar a questão do transporte público à qualquer possibilidade de pensá-la em termos outros que não os de mercado, negando inteligibilidade ao vocabulário socialista implícito à aspiração pelo passe livre. (Derrida [1994] tinha razão: as sociedades capitalistas poderão sempre dizer a si próprias que o comunismo foi enterrado junto com as experiências totalitárias

⁸⁰ No entanto, não é preciso adensar a crítica ideológica para compreender o que está em jogo. Levada a sério como possibilidade de política pública, o passe livre muito provavelmente se apresentaria como uma medida algo impopular, em função do aumento da carga tributária necessário à sua consecução. Uma medida que encontraria resistência feroz nas classes mais abastadas, que possuem na grande mídia um porta-voz para sua percepção de que são regularmente achacadas pelo governo através de impostos, razão suficiente para que os próprios políticos inclinem-se a rejeitá-la de antemão. Outra razão reside no próprio mecanismo de funcionamento do transporte público e sua relação nada republicana com os partidos. No Rio de Janeiro, por exemplo, quem financia a mobilidade urbana são os usuários. As empresas apresentam suas despesas, o governo autoriza aumento de tarifa, prevendo uma margem de lucro de 8%. O custo real do sistema de ônibus, contudo, não é divulgado; sabemos apenas as despesas das transportadoras. Mas se estas empresas gastam mal seu dinheiro – ônibus circulando vazios, linhas que passam nos mesmos pontos etc. –, a despesa aumenta, o que não significa que o custo para transportar o mesmo número de pessoas seja esse. Ora, isto faz com que as empresas possam se dar ao luxo de serem perdulárias quanto aos próprios gastos, confiantes de que ao fim e ao cabo todas as despesas serão cobertas pelo usuário. Lucro garantido, capitalismo de risco zero: o estado intervém apenas para suspender as leis de mercado, em prejuízo do serviço oferecido à população. Não há de ser coincidência que as transportadoras estejam entre os maiores financiadores de campanhas políticas. (Agradeço a Miguel Lago, fundador da ONG Meu Rio, por haver me chamado a atenção para o mecanismo de precificação do sistema de transporte público rodoviário no Rio de Janeiro.)

do século XX, que o comunismo é um fantasma; mas um fantasma não morre jamais, permanece sempre por vir, sempre por retornar...) A pergunta que encerra o editorial, em tom provocativo, poderá então veicular uma afirmação: que manifestantes e integrantes do MPL sequer devessem ser considerados como interlocutores. A provocação visa, é claro, a constranger Haddad, mas é o sentido deste constrangimento, a exortação para que o prefeito de São Paulo se negue ao diálogo, que importa ressaltar. Ela deixa entrever o que realmente está em jogo: não o vandalismo, a realidade estúpida dos pontos de ônibus quebrados ou das vidraças de bancos estilhaçadas, mas a visão de mundo que subjaz ao desejo por um transporte público gratuito. Dito de outro modo, se não há diálogo possível, como sugere o editorial do *Estadão*, não é porque os manifestantes sejam vândalos, bestas criminosas impermeáveis à qualquer argumento razoável, mas justo o oposto, porque são articulados o suficiente para colocar em questão alguns dos pressupostos que regulam o direito à cidade, e que o *establishment* gostaria manter fora do patamar de discussão.

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo – e chega perto demais de consegui-lo. Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 – abaixo da inflação, é útil assinalar – não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. (...) O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir – menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões. (...) É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. (Folha de São Paulo, editorial de 13/6/2013.)

Estamos no terceiro protesto do MPL, e o título deste editorial – “Retomar a Paulista” – assinala o viés que norteia a cobertura da imprensa. Se a Avenida Paulista precisa ser “retomada”, é porque não está nas mãos do poder público, um exagero que obviamente não condizia com a realidade, e que no entanto seria repetido diversas vezes (e não apenas em São Paulo, como veremos). A necessidade de superdimensionar a violência supostamente intrínseca à “ideologia

pseudorrevolucionária” dos manifestantes caminha a par com a preocupação de isolá-los socialmente – daí “grupelho”. Duplo movimento, que a apresentação seletiva das estatísticas se encarregará de completar: há números para tudo (prejuízos materiais, ônibus danificados, policiais machucados), exceto para manifestantes feridos. A questão numérica reaparece ao final do texto como esteio para cobrar do poder público a prevalência do direito de ir e vir, “negado a “milhões”, sobre o direito à manifestação, “reclamado por poucos milhares”, num exercício daquilo que Tocqueville chamaria de “tirania da maioria”. Ao lado da operação de *character assassination*, do esforço de voltar a opinião pública contra os manifestantes e do apelo ao poder público por uma repressão que desse um *ponto final* aos protestos, há novamente a deslegitimação de uma demanda que parte de um princípio outro que não o da exploração privada do transporte público (o “irrealismo da bandeira...”). Vemos expedientes semelhantes no editorial do Estado de São Paulo publicado naquele mesmo dia:

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. (...) Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM reagiu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. (...) A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. (...) A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades. (O Estado de São Paulo, editorial de 13/6/2013.)

A interpelação do Estado por meio de uma retórica chantagista, tendo por fio condutor uma ameaça que inverte completamente a causalidade dos fatos em questão – e aqui não me refiro a quem atacou primeiro, se a PM ou os manifestantes, mas ao fato de o jornal tomar por causa aquilo que já é um efeito, pois que a episódica “desordem” dos protestos é consequência direta de uma ordem cotidiana torta – coaduna-se perfeitamente com o gesto final do texto, o de pretender falar pela “população”. Parece não haver importado tanto que no dia seguinte a este editorial uma pesquisa do Datafolha tenha revelado a aprovação

dos protestos pela maioria dos paulistanos⁸¹; o *Estadão* e outros grandes jornais seguiram tentando fazer com que sua opinião publicada passasse por opinião pública. Numa triste ironia, o rigor solicitado pelos jornais para asfixiar as manifestações acabaria por se voltar naquela mesma noite contra os seus funcionários destacados para cobri-las⁸². Ocorre então uma inflexão, caracterizada não apenas pelo destaque que a imprensa passaria a dar aos excessos policiais⁸³, mas também por uma mudança geral no tom da cobertura. Percebendo a iminência da explosão dos protestos, os jornais abandonam parcialmente a retórica virulenta e a exigência de repressão para abraçar, ainda que com ressalvas, aquilo que seria então apresentado como o despertar da sociedade civil brasileira. A capa do jornal O Globo de 18/6/2013 é emblemática neste sentido: o título “Um país que se mexe. O Brasil nas ruas” surge acompanhado da (agora famosa) foto da avenida Rio Branco tomada pela multidão, que parece dobrar de tamanho dado o reflexo nas vidraças dos prédios. Ao lado da foto principal, que ocupa boa parte da extensão vertical da capa do jornal, há um *box* onde se lê “A batalha da Alerj”, e uma outra foto, na qual vêem-se mascarados em meio a uma enorme fogueira na rua. A operação metonímica adquire assim um novo sentido. Uma vez que a proporção massiva tomada nas ruas passou a impedir a redução do manifestante ao vândalo, tratou-se de inverter o gesto narrativo – e então subitamente não eram segmentos de classe média dos grandes centros urbanos que

⁸¹ A pesquisa pode ser acessada no seguinte endereço:
<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/datafolha-maioria-dos-paulistanos-defende-protestos-contra-reajuste,c107429bb514f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>

⁸² O saldo da violência policial contra jornalistas durante o protesto de 13 de junho: um repórter da Carta Capital preso por portar vinagre; sete jornalistas da Folha de São Paulo feridos – a repórter Giuliana Vallone foi atingida por um tiro de bala de borracha no olho, e por pouco não perdeu a visão; um fotógrafo da FuturaPress atingido no olho direito por uma bala de borracha e hospitalizado (acabaria ficando cego); um fotógrafo do jornal O Estado de São Paulo atropelado por uma viatura da polícia. Começava ali a repercussão da violência policial na internet, com uma enxurrada de vídeos no Youtube e relatos no Facebook. Para reunir essas denúncias, foi criado o site <http://oquenaosainatv.tumblr.com/>. No dia seguinte, o Ministério Público de São Paulo convoca uma reunião para debater os excessos da repressão.

⁸³ A capa da Folha de São Paulo de 14 de junho é ilustrativa quanto a isso: embaixo da manchete onde se lia “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”, a foto de um policial agredindo pessoas num bar. No dia seguinte (15/6), o editorial da Folha anotava o seguinte: “A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem.”

protestavam, mas sim “O Brasil”⁸⁴. “O que começou com veemente condenação”, escreve Venício de Lima, “transformou-se, da noite para dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes” (LIMA, 2013: 92).

Ainda que contrabalanceada pela narrativa do “gigante” que “enfim acordara”, a violência continuaria a ser o fio condutor da representação das Jornadas de Junho feita pela mídia corporativa, sobretudo no Rio de Janeiro, em que os protestos avançaram com força até pelo menos outubro. Aqui o papel dos grandes veículos de comunicação foi ainda mais evidente, decisivo na conformação de um mecanismo que, na falta de um termo mais apropriado, chamarei de “pêndulo da falta e do excesso”. No dia seguinte à “batalha da Alerj”, em que manifestantes chegaram a invadir o prédio da Assembléia, inclusive acuando e ferindo policiais, o ex-comandante do BOPE e atual consultor de segurança pública Rodrigo Pimentel afirmava, em entrevista no programa “Bom dia Rio”⁸⁵, que os PMs encurralados eram do 5º batalhão, isto é, não preparados para aquele tipo de situação, e que o [batalhão de] “Choque estava aquartelado”. Se esta “falha” do comando da polícia na lida com o vandalismo tivesse sido pontual, não haveria razão para colocá-la entre aspas. Tendo ocorrido outras vezes, só nos resta enxergar aí, nesta inação, uma medida intencional – a alternativa seria acreditar num despreparo inimaginável para um poder público acostumado a treinar tropas de elite para combater traficantes fortemente armados. De outro modo, como explicar que a polícia tenha assistido passivamente, por cerca de duas horas, à destruição de lojas e vitrines no Leblon, na noite de 17 de julho? Não há outra maneira de dizê-lo: o governo do estado do

⁸⁴ O exemplo mais notório desta mudança de linha editorial foram as intervenções do colunista Arnaldo Jabor no “Jornal Nacional”. No dia 12 de junho, Jabor afirmava que a “população só viu um ódio tão grande à cidade quando a organização criminoso queimou dezenas de ônibus”, e que “os revoltosos de classe média”, que não sabem porque estão nas ruas protestando, “não valem nem 20 centavos”. (<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>). No dia 17, Jabor se retrata: “Os jovens despertaram porque ninguém aguenta mais ver a República paralisada por interesses partidários e privados”. Alertando contra o perigo da violência e das reivindicações abstratas, o colunista clama por “uma política nova, se reiventando, mas com objetivos concretos, como por exemplo contra o projeto de emenda constitucional 37, o PEC-37” (<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-novos-protestos-e-ressalta-forca-da-juventude/2640269/>).

⁸⁵ O vídeo pode ser acessado aqui: <http://globo.com/rede-globo/bom-dia-rio/v/rodrigo-pimentel-comenta-os-protestos-no-centro/2640323/>

Rio de Janeiro deliberadamente incentivou episódios espetaculares de vandalismo, com a intenção de criar uma atmosfera de pânico que justificasse a normalização da exceção, cujo objetivo não-declarado era o de silenciar pela força a oposição política que se avolumava nas ruas. Um observador realista, acostumado à dinâmica de forças do jogo político, poderia simplesmente evocar Maquiavel ou Robert Michels e declarar a inevitabilidade deste expediente (sem subscrevê-lo ou justificá-lo, bem entendido). O que, no entanto, deveria permanecer objeto de espanto é a importância do papel da mídia corporativa para a sua consecução bem sucedida. Reconhecer o óbvio, que grandes veículos de comunicação são eles mesmos atores políticos, com agendas e interesses específicos, é uma coisa; outra, completamente diferente, é naturalizá-lo, deixando de investir criticamente na avaliação de sua toxidade para o cenário político do país⁸⁶.

Há, é claro, regularidades inerentes ao funcionamento da transmissão massiva de informações. A literatura sobre a relação entre movimentos sociais e mídia, por exemplo, aponta para 1) a existência de um “ciclo de atenção midiática”, em que movimentos sociais são subrepresentados em seus estágios iniciais e finais de mobilização, e superrepresentados no estágio mais contencioso, quando o assunto “está quente” (OLIVER e MYERS, 2003: 184), e 2) para o fato, um tanto trivial, de que a mera cobertura em TV nacional de manifestações locais aumenta, por contágio, a probabilidade de que se disseminem pelo restante do país (MYERS, 2000). Mas a mera observância de regularidades não basta, se é que queremos compreender como os grandes veículos de comunicação ajudaram a criar o sujeito-vândalo a fim de esvaziar o conteúdo político das Jornadas de Junho, para então criticá-las justamente por isto. Ora, sabemos bem que a identidade é socialmente construída através de um processo dialético em que o reconhecimento é condição *sine qua non* à constituição dos sujeitos. Com efeito, elevar o vandalismo ao centro das atenções – fazendo das pedras jogadas e vidraças quebradas e ônibus queimados o destaque maior de um momento de importância histórica – já é lhe conferir um atestado de grandeza. Como tal, serviu para assegurar aos “vândalos” que eles *realmente existem*, que constituem uma força a ser reconhecida. De que outra forma poderiam ter sua identidade grupal confirmada com tanta certeza? No dia seguinte ao maior protesto nas ruas desde

⁸⁶ Para um exemplo desta posição, ver GOMES, 2013.

as “Diretas Já”, a capa do jornal O Globo anunciava em letras garrafais: “SEM CONTROLE”. Que o elogio se faça pelo avesso não diminui o quanto de exaltação ele transporta. O sujeito oculto da manchete é o Estado, que, surpreendido pela força do povo nas ruas, teria perdido seu domínio. Nova inversão: quem quer que tenha ido à manifestação do dia 20 de junho sabe que a polícia carioca não apenas esteve o tempo todo no controle da área de conflito, próximo ao prédio da Prefeitura, como também fechou todas as saídas transversais à Avenida Presidente Vargas (a chamada “estratégia *Pac Man*”), para então perseguir e brutalizar quem estava apenas tentando voltar para casa. Posteriormente, naquela mesma noite, a PM continuaria a aterrorizar quem estivesse nas ruas e bares de bairros vizinhos, como Lapa, Glória e Laranjeiras. Daí podermos enxergar na manchete do Globo um ato falho, a narrativa midiática traindo a si própria ao abrir a possibilidade da leitura a contrapelo – o “sem controle” referido aos *excessos* da atuação da polícia, não à sua *falta*. De qualquer forma, se o jornal O Globo interpela o Estado, denunciando sua debilidade, acusando o fracasso em cumprir seu papel elementar de exercer o poder sobre o território, é apenas para lhe exigir uma resposta ainda mais dura na próxima vez que o povo sair às ruas em protesto. Um ótimo e infeliz exemplo do que Foucault (2005) tinha em mente quando afirmou que o discurso não apenas representa uma realidade, mas constrói esta realidade no processo de representá-la.

Metáforas são particularmente eficientes na representação-construção da realidade. Sua eficiência decorre da capacidade que possuem de nos fazer “entender e experimentar um tipo de coisa nos termos de outra”, ou *como se* fosse outra (LAKOFF e JOHNSON, 2003: 5; tradução minha). Metáforas não são apenas aspectos ornamentais da linguagem, destinados a criar efeitos poéticos (GIBBS JR, 2008: 3); na verdade, seria “um erro pensar que o uso da língua é literal em seu cerne e metafórico em seus ornamentos. A metáfora, ou algo semelhante, governa tanto a aquisição quanto o desenvolvimento da linguagem” (QUINE, 1992: 162). Nossos processos cognitivos são em larga medida metafóricos, isto é, o modo pelo qual estruturamos o sistema de conceitos que usamos para lidar com a realidade é em si mesmo metafórico (LAKOFF e JOHNSON, 2003). Se as metáforas informam nossa percepção do mundo, segue-se que elas também contribuem para condicionar nossas ações no mundo. Fazem

isso de maneira bastante sutil. A metáfora que usamos para nos referir a um determinado aspecto da realidade engendra um conjunto de disposições ou atitudes correlatas, porque ilumina ou evidencia certos aspectos da experiência ao mesmo tempo em que esconde outros (ibidem, 2003). Nas metáforas, os “símbolos realizam um trabalho adicional” (GOODMAN, 1992: 181), que pode ser tanto a construção de uma ponte de significado inédita, quanto um convite ao estabelecimento de uma cumplicidade entre emissor e receptor (COHEN, 1992). Pois bem: o leitor razoavelmente atento de jornais haverá de concordar que a narrativa das manifestações foi estruturada em torno da metáfora da guerra. Novamente, é num editorial que encontramos a expressão mais cristalina deste expediente, de resto largamente difundido em capas, manchetes, chamadas e matérias:

Episódios de lamentáveis provocações nas ruas têm transformado o Rio e São Paulo em praças de guerra. (...) Destituídas de sentido político, são, tão somente, demonstrações de barbarismo juvenil que se traduzem em violência pela violência e criminalidade, ameaças ao estado de direito e à democracia que precisam ser contidas. (...) Há necessidade de um trabalho de segurança compartilhado, entre as esferas municipais, estaduais e federal, como o executado com êxito, no Rio, no combate ao tráfico. O problema do vandalismo tem essa dimensão. (Jornal O Globo, editorial de 9/10/2013.)

As metáforas que utilizamos para dar conta de processos políticos nunca são neutras, inocentes, posto que “esquemmatizam a significação concreta da política” (ZIZEK, 2006a: 38). Não sem razão, Hayden White assinala que uma narrativa pode ser “julgada exclusivamente em função da riqueza das metáforas que regem a sua seqüência de articulação. Assim encarada, a metáfora que rege um relato histórico poderia ser tratada como uma *norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência*” (WHITE, 2001: 59; itálico do autor). Num sentido mais genérico, a metáfora que rege uma dada narrativa de eventos cria as condições para que uma asserção sobre tais eventos seja vista como verdadeira ou falsa, porque ela vai ser avaliada dentro do sistema conceitual metafórico que a tornou possível em primeiro lugar. Mas há também o trabalho negativo, de fechamento, operado pela metáfora, e neste sentido o dado principal que a metáfora da guerra tratou de eliminar na percepção das Jornadas de Junho foi, é claro, seu caráter político. A particularidade da metáfora da guerra é que ela nos ensina a *pensar por exclusão* (HERINGER, 2013), instaurando uma

dinâmica cognitiva schmitiana – ou se é amigo ou inimigo, não há meio termo possível. Uma vez aceita, incorporada ao nosso esquema conceitual, a metáfora da guerra provê um terreno à feitura de certas inferências: há um inimigo, ele precisa ser combatido e derrotado, nossa segurança depende desta vitória, e assim por diante.

Seria possível objetar, lembrando que a metáfora da guerra (“guerra judicial”, fulano é um “guerreiro” etc.) é de uso generalizado. Verdade, mas isso não esvazia o argumento. Que uma metáfora tenha sido assimilada pelo senso comum como se descrição literal fosse é um motivo a mais, e não a menos, para que reconheçamos a força e o alcance do enquadramento que ela opera, sobretudo quando aplicada em um contexto menos usual. Ademais, uma metáfora aparentemente banal pode facilmente abrir a porta para outros termos oriundos de seu campo semântico, intensificando o efeito metafórico cumulativo e produzindo ramificações nada banais. A força de uma metáfora é diretamente proporcional ao número de alusões que ela consegue reunir em poucas palavras (SWANSON, 1992); se o protesto do dia 17 de junho foi uma “batalha” (da Alerj), é porque faz parte de uma “guerra” mais ampla, e se estamos em “guerra”, então a adoção de um vocabulário que comporta noções como a de “inimigo” e “exército” é mais do que justificada. Assim, a representação dos protestos nos termos da metáfora da guerra contribui não apenas para configurar uma agenda pública centrada na demanda por mais repressão, mas também a legitimá-la. Sendo a guerra, por definição, o vazio do Direito, fica aberto o caminho para todo tipo de abuso por parte do Estado, vide a brutalidade gratuita exaustivamente documentada, as detenções arbitrárias e as acusações forjadas de “formação de quadrilha”.

Os valores fundamentais de uma cultura serão coerentes com a estrutura metafórica dos conceitos fundamentais desta cultura (LAKOFF e JOHNSON, 2003: 22). Aqui é preciso dar um passo atrás, e lembrar que a linguagem, a violência verbal que ela veicula, não é uma distorção secundária que viria ser acrescida à uma realidade já dada. Ao contrário, a linguagem é fonte de processos de subjetivação, através dos quais uma sociedade define um padrão em relação ao qual certos eventos ou comportamentos aparecerão então como violentos (ZIZEK, 2010b: 50-51). É nesta definição de padrão que reside a violência, tanto mais

perversa quanto invisível. Chamar a atenção para este ponto é recolocar o problema do enquadramento midiático das Jornadas de Junho em um arco mais amplo, indispensável à sua observação. Sabemos, e não é de hoje, que um vocabulário militarizado é uma das condições de possibilidade de uma polícia militarizada, e que este é um dado estrutural da cultura brasileira, muito além portanto do discurso midiático. Mas não será ilícito argumentar que, amplificada pelo alcance massivo de jornais e noticiários de TV, tal retórica militarizada poderá cumprir a função de dessensibilizar o senso comum para questões relativas à vida daqueles que, no Brasil, são tratados como cidadãos de segunda categoria, para os quais os direitos constitucionais não se aplicariam. Tal prática constitui o terreno no qual devemos ler a cobertura jornalística das Jornadas de Junho. Revisitemos nosso histórico de autoritarismo, vejamos a constituição discursiva da subalternidade à brasileira – o índio preguiçoso, o capoeira artiloso, a plebe ignara revoltosa (bárbaros: não querem a vacina...), o favelado sujo, e assim por diante –, lembremos por um momento o tratamento desde sempre dispensado a qualquer elemento visto como ameaça a um projeto de civilização que se pretendia europeu, branco. Todos os expedientes de perseguição, de repressão, de domesticação imposta à força, e todos os discursos da ordem, da segurança, da civilidade e do progresso: se a metáfora da guerra pode ser acionada como ícone das Jornadas de Junho, se pode conquistar aderência a ponto de sequer ser percebida como metáfora, é somente porque veio deitar num terreno discursivo no qual os excessos de repressão a um Outro tido como violento, ameaçador à uma suposta ordem, já se encontram naturalizados. A cobertura jornalística dos protestos torna evidente toda uma operação narrativa que naturaliza o menor valor simbólico de certos lugares na sociedade, sobretudo o lugar da exclusão e, agora, o da contestação.

Neste contexto, o uso da metáfora da guerra como o operador do enquadramento da narrativa sobre os protestos já surge desprovido da capacidade de causar choque ou estranhamento – ou não estamos há tempos lutando para derrotar o “exército do tráfico”? Quando o Secretário de Segurança José Mariano Beltrame afirma que “Não há como separar o vândalo do manifestante”, está reproduzindo a retórica que autoriza os massacres impostos a comunidades durante operações policiais (“a PM não tem como saber quem é bandido ou

trabalhador durante um tiroteio...”). O fato de que as nossas classes média e alta convivam tranquilamente com a ideia de que bala perdida no asfalto é escândalo, mas efeito colateral na favela, indica que foram acostumadas, ao nível da linguagem, a compreender e interpretar a realidade social através de um vocabulário que sanciona este desequilíbrio cognitivo. Tal vocabulário, e a lógica que lhe serve de esteio, precisa ser constantemente reafirmado, atualizado, se quiser manter sua eficácia, e a construção discursiva do sujeito-vândalo durante as Jornadas de Junho ofereceu mais uma oportunidade. “Idéias”, escreve Clifford Geertz, “devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos para poderem ter efeitos sociais poderosos (...). Elas têm que ser institucionalizadas para poderem ter não apenas uma existência intelectual na sociedade, mas também, por assim dizer, uma existência material” (1989: 209). É esta existência material, seus pressupostos e efeitos, que está em questão aqui.

Falta e excesso, pois. O manejo deliberado da metáfora da guerra, a denúncia da perda do controle do território para mascarados e a suposta ameaça ao estado de direito, a recusa ao diálogo com o que seria um bando de vândalos, o pânico moral projetado na figura do *Black Bloc* e a exigência de rigor em sua repressão e punição – tudo isso servindo apenas para encobrir, e portanto estimular, a violência da asfixia que se impunha à política feita nas ruas. Os jornais sempre poderão dizer que estavam apenas fazendo a crônica dos fatos que se desenrolavam nas ruas. Mas não é curioso que o tenham feito exatamente do mesmo modo, ou nos mesmos termos, que o poder público faria? Sabemos que a ação coletiva, porque exigente e custosa, cedo ou tarde acaba declinando; a questão é examinar se seu gradual refreamento deu-se naturalmente, ou se foi estimulado por fatores externos, como a repressão (OLIVERS e MYERS, 2003:179). Nesse sentido, o *modus operandi* que descrevemos até aqui, que conjugou à perfeição a nomeação de um sujeito-vândalo e a adoção de uma estratégia repressiva que precisou exagerá-lo para então aparecer como a resposta necessária à ameaça que representava, implicou num aumento gigantesco do limiar de participação nas manifestações. Uma decantação pelo negativo: sair às ruas em protesto a partir do final de junho significava arriscar ser preso ou espancado sem motivo algum, logo, seria natural que apenas os indivíduos mais propensos ao confronto violento continuassem nas manifestações. Nada disso é

novidade; a literatura sobre movimentos sociais está repleta de exemplos que mostram que, embora formas disruptivas de confronto possam ser em certos contextos suas armas mais fortes, não são as mais comuns, dado que exigem a manutenção de um nível de comprometimento altíssimo, o que demanda uma organização formal que os movimentos não gostam e dificilmente podem controlar. Frente a uma polícia determinada e um discurso de elite unificado, o militante tende a se afastar, restando somente os do “núcleo duro”, mais propensos à violência (TARROW, 2009: 130). Então a volta se completa, o círculo se fecha, e os jornais poderão acusar justamente a realidade que ajudaram sobremaneira a construir – vejam, somente vândalos permaneceram nas ruas, os manifestantes verdadeiramente democratas e politizados foram expulsos...

Não demorou para que o sucesso da estratégia se mostrasse, do ponto de vista do poder, tão evidente, tão completo, tão acabado, que a própria necessidade de mascarar seu caráter de exceção começou a parecer uma preocupação desnecessária. No dia 18 de Julho, durante a reunião de emergência no Palácio Guanabara para tratar do vandalismo praticado na Zona Sul na noite anterior, o Comandante da PM Erir Ribeiro afirmava que o pacto entre a polícia, as entidades de Direitos Humanos e a OAB havia falhado. A coletiva é transmitida ao vivo pela Globonews, que em dado momento passa a dividir a tela em duas metades: de um lado, Beltrame e o Coronel Erir Ribeiro anunciando o endurecimento das ações policiais dali em diante; de outro, a repetição *ad nauseam* de imagens de bancos e lojas sendo quebrados. Dias depois, em 22 de julho, o Diário Oficial informava que o Governo do Estado havia criado, por meio do decreto 44.302/13, a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV)⁸⁷. No mesmo dia, Bernardo Santoro, diretor do Instituto Liberal, publicava um artigo no site da instituição, apontando os muitos pontos inconstitucionais do decreto, qualificando-o como um “DOI-Codi fluminense em plena democracia”. Em 24 de julho, um pequeno editorial do Globo, intitulado “Agilidade”, elogiava a CEIV: “Com a instalação da comissão especial formada por representantes do MP e polícias, espera-se que as denúncias à justiça contra vândalos tramitem de forma mais rápida”. Em resumo, o governo do Estado

⁸⁷ O texto do decreto que cria a CEIV pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256720>

pretendeu normatizar a exceção que já vigorava informalmente nas ruas, sob aplausos do único jornal de grande circulação no Rio de Janeiro. Não era preciso ter lido Benjamin ou Agamben para acusar o absurdo da manobra; bastava ser um liberal atento.

Materializada na proibição do uso de máscaras,⁸⁸ nas detenções arbitrárias tornadas rotineiras,⁸⁹ nos flagrantes forjados⁹⁰, nos carros descaracterizados da polícia efetuando disparos a esmo em noites de protestos⁹¹, nos inúmeros relatos de violência desmedida, a exceção precisava ser traduzida numa linguagem assimilável pelo leitor médio de O Globo, e isto suscitou um paradoxo, pois era preciso contribuir para normalizá-la e ao mesmo tempo manter a aparência de respeito aos valores democráticos⁹². Tal naturalização talvez tenha atingido seu momento paroxístico com a famosa capa do Globo de 17 de outubro, onde se lia: “Crime e Castigo. Lei mais dura leva 70 vândalos para presídios”. Abaixo, o subtítulo: “Presos em protesto são enquadrados por crime organizado, que é inafiançável”. Um *box* com a chamada “Sem Máscara” exibia a foto de 3 dos presos, com as seguintes legendas: “Baiano volta a cadeia”, “Sininho do Barulho” e “Engajado e baleado”⁹³. Na noite anterior, a PM destruíra o acampamento que os manifestantes haviam montado na escadaria da Câmara, cercado a maioria dos que ali estavam, prendendo-os na sequência. O que impressiona, além do fato de O Globo ter condenado todos os detidos antes mesmo de serem julgados pela justiça – entre os presos, havia um palhaço, que dera o azar de parar nas

⁸⁸ A despeito de ter sido condenada pela OAB, a medida continuou em vigor no Rio: <http://oglobo.globo.com/rio/lei-contra-mascaras-no-rio-inconstitucional-diz-oab-rj-9906961>

⁸⁹ O melhor exemplo é o vídeo da prisão do adolescente Arthur Couto (e o trabalho de desinformação da Rede Globo): <http://www.youtube.com/watch?v=x2rI5h91WJc>

⁹⁰ Veja-se, por exemplo: <http://www.youtube.com/watch?v=0MWcVhKzcX0>

⁹¹ A PM negou que os disparos fossem de arma de fogo, mas reconheceu que o carro pertencia à corporação. Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=hQhOEmU74Do>

⁹² Novamente, devo ao historiador Sérgio Martins esta observação.

⁹³ Esta capa provocou uma violenta reação nas redes sociais; uma página de boicote ao O Globo chegou a ser criada no Facebook, com um movimento de cancelamento de assinaturas e envio de e-mails de desagravo ao jornal. A quantidade de e-mails foi tanta que um técnico do Globo teve que criar um filtro, dado o incômodo que a enxurrada de críticas estava causando diariamente na redação. O episódio deu origem a um mal estar entre os diretores do jornal, que apoiaram a medida de filtragem de e-mails, e muitos repórteres e editores, que gostariam de continuar recebendo o feedback dos leitores. Sobre este episódio, veja: <http://coleguinhas.wordpress.com/2013/10/22/em-email-interno-editor-do-globo-elogia-cobertura-capadebandido/>

imediações da Câmara na volta do expediente, e também um carteiro –, é o emprego de uma retórica assumidamente sensacionalista, quase como nos cartazes de “procura-se” outrora reservado a bandidos. Mas o elogio da exceção é sempre um jogo arriscado, sobretudo para uma atividade acostuada a pensar em si mesma como um dos pilares da democracia – daí a necessidade de trabalhar nas aparências. O melhor candidato a desempenhar esta função será a figura do especialista, um Outro insuspeito justamente porque socialmente percebido como alguém com profundidade de conteúdo. É evidente, por exemplo, que o Globo não poderia omitir a inconstitucionalidade da lei que proíbe o uso de máscaras em manifestações. O especialista (no caso, a OAB) lhe serve então como veículo de um trabalho que o jornal é obrigado a fazer, embora a contragosto:

Essa matéria [sobre o posicionamento da OAB a respeito da proibição das máscaras] se inscreve num contexto no qual a noção de legalidade vem se mostrando bastante elástica, mas invariavelmente de acordo com a conveniência do poder instituído. Ou seja: a mensagem que o Globo passa é a seguinte: a lei é inconstitucional, mas não deveria ser. O ponto é que, dentro da hierarquia ideológica da informação, o 'deveria ser' se sobrepõe ao 'é'. É para esse lado que tende a elasticidade percebida da legalidade, para o lado de um senso comum moral. Portanto, a OAB aqui não ocupa o lugar do especialista que referenda uma verdade (o que às vezes acontece, especialmente quando a linha editorial se beneficia disso), e sim o papel duplo de alibi (reforçando a certeza do leitor a respeito da honestidade do jornal, inclusive quando é necessário defendê-la junto aos críticos) e de inconveniente (ou seja, de uma posição tacitamente desqualificada: 'ah, esses advogados e sociólogos que adoram direitos humanos pra bandido!'). Aliás, na falta de termo melhor, o nome desse papel duplo poderia ser “inconveniente democrático.” Seu enunciado tem valor fraco, mas sua presença no noticiário garante a este um certo semblante democrático.⁹⁴

Todo este aparato militar, e esta ginástica editorial, apenas para reprimir um punhado de jovens mascarados que enfrentam a polícia com paus, pedras e vez ou outra um coquetel Molotov? A condenação dogmática do vandalismo, a exigência inapelável de seu repúdio absoluto, é talvez o melhor modo de recusar a tarefa de pensá-lo, e é justamente nesta recusa que devemos procurar a explicação para o pânico moral do qual os mascarados são objeto. Lacan certa vez observou que o imenso ciúme que o marido sente de sua mulher continuará sendo patológico mesmo que depois fique confirmado que ela de fato o traía (*apud* ZIZEK, 2010a). Transportando o raciocínio para a nossa discussão, seria lícito

⁹⁴ O comentário é de Sérgio Martins, em sua página pessoal no Facebook. Vale observar que nem Sérgio, nem eu, estamos argumentando que *toda* convocação de especialistas pela imprensa se preste ao papel acima explicitado. Mas é importante observar o papel que especialistas, sobretudo intelectuais, cumpriram no jogo mais amplo de interesses midiáticos durante as manifestações.

argumentar que, mesmo que todas as ações de vandalismo tenham se dado exatamente com a gravidade que a imprensa descreveu, isto ainda assim não anula o fato de que a sua descrição, o modo como foram enquadrados dentro de uma narrativa, obedeceu a um princípio que não diz respeito ao vândalo em si, mas sim à necessidade de exagerar sua condição ameaçadora de vilão, necessidade esta que é anterior a qualquer ato real acontecido nas ruas desde junho. É evidente que o uso do termo “vandalismo” ajusta-se à descrição de um ponto de ônibus depredado. Mas não se trata da adequação do emprego de uma palavra, e sim de enquadrar toda a narrativa das Jornadas de Junho na chave do problema do vandalismo, como já deve ter ficado claro. Nesta perspectiva, o que importa é o investimento da grande mídia na figura simbólica do vândalo, não a materialização concreta de um punhado de indivíduos que cobrem os rostos e desafiam a polícia. Tal investimento é um sintoma, uma manifestação da fantasia demófoba, que funda e ao mesmo tempo corrobora a necessidade do próprio investimento. Esta fantasia, o medo que ela veicula, é tão antiga quanto a própria democracia. Atualiza-se de tempos em tempos, ganhando materialidade de acordo com o sabor da ocasião; os “mascarados” de agora são apenas sua projeção mais recente.⁹⁵

Ao transformar a violência sem rosto em fio condutor da narrativa sobre os protestos, a mídia conta uma grande mentira, embora esteja apenas relatando algumas verdades. O verdadeiro objeto do pânico moral não é o vândalo de carne e osso, mas o que ele representa, e o que ele representa é a afirmação da fissura aberta pelo ato verdadeiramente político, isto é, a reivindicação da parte pelos sem-parte, que instaura o litígio que deverá reordenar a contagem do todo (RANCIÈRE, 1996). Em momentos em que o poder constituinte da multidão se afirma, os não-autorizados, os sem-parte, “capturam o manto da autorização,

⁹⁵ Restaria ainda uma outra tarefa, incômoda, de pensar por que motivos uma tal representação dos protestos foi tão bem sucedida, por que logrou conquistar tanta aderência popular. Sem condições de explorar em detalhes esta questão aqui, e não tendo a menor disposição para acusar a pouca competência leitora da população, gostaria apenas de deixar indicado um possível caminho. Žizek afirma que as idéias dominantes nunca são exclusivamente as da classe dominante (2006a: 29), e que todo constructo ideológico hegemônico incorpora motivos e aspirações dos oprimidos, articulando-os de modo a torná-los compatíveis com os ideais dos dominadores. Nessa perspectiva, poder-se-ia sugerir que o centramento do eixo narrativo das Jornadas de Junho na questão do vandalismo e da violência incorpora o desejo profundo por *ordem*. Mais: joga com ele, tornando-o moeda corrente de alimentação do medo (a ameaça do caos, da cidade entregue ao banditismo etc.).

mudando neste processo as regras de autorização herdadas” (FRANK, 2010: 8; tradução minha). Como a categoria de desobediência civil, que pode “fundamentar a resistência no apelo a algum princípio mais elevado”, *momentos constituintes* dão ensejo a um poder político que transcende a organização legal do estado, fazendo emergir um novo sujeito democrático (ibidem: 8-9). Mas este novo sujeito político é precisamente aquilo que não pode ser tolerado, e que portanto deve ser silenciado ao primeiro sinal de sua insinuação, posto que não se trata de um *complemento*, algo que viria a somar-se periféricamente a uma ordem estruturada, para usarmos os termos de Derrida, mas de um *suplemento*, que vem deslocar no cerne da estrutura sua própria condição de estabilidade (SANTIAGO, 1976).

Faz isso em pelo menos dois sentidos. Primeiro, a própria constituição deste sujeito-político-multidão embaralha as coordenadas usadas pela política-polícia tradicional para lidar com a agência daqueles que vivem sob sua tutela. O que o Estado não pode tolerar, diz Peter Pál Pelbart seguindo Agamben, é “a singularidade qualquer que recusa o poder constituído sem constituir uma réplica espelhada desse mesmo poder, na figura partidária ou ideológica. A singularidade qualquer, que não reivindica uma identidade, que não faz valer um liame social, que constitui uma multiplicidade inconstante” (PELBART, 2011: 141). Pelbart observa também que, quando os membros do Movimento Passe Livre ganharam os holofotes ainda no início dos protestos, souberam evitar as “ciladas policiais dos repórteres”, dizendo: “*Anota aí: eu sou ninguém*” (PELBART, 2013). Algo semelhante ocorreu, e não há de ser coincidência, durante a ocupação da Câmara Municipal do Rio, quando todos os manifestantes que ali acampavam identificavam-se como *Amarildos* (VIEGAS, 2013: 90), o que obviamente passou em branco nos jornais⁹⁶. A despeito da tentativa da mídia corporativa de identificar, aqui e ali, um sujeito-vândalo específico, como a ativista Sininho, os momentos icônicos da Jornadas de Junho – e de outros movimentos, como o *Occupy Wall Street* e os *Indignados* – não foram marcados por rostos, mas por

⁹⁶ A julgar pela cobertura de O Globo, não importava tanto que os jovens ocupassem a Câmara como forma de protestar contra o absurdo que é haver uma CPI (a dos ônibus, no caso) presidida por um parlamentar que votou contra a própria instauração da comissão de inquérito. Mais relevante era ressaltar que tinham pichado um quadro, e impedido vereadores de saírem de suas salas – o jornal chegou a falar em “cárcere privado”, em mais uma manobra no sentido de criminalizar a ocupação.

espaços (MITCHELL, 2013: 101). Em destaque não estiveram as figuras singulares, mas o espaço negativo contra o qual elas apareceram; não por acaso, as duas imagens mais representativas das Jornadas de Junho, a multidão tomando conta da avenida Rio Branco, espelhada na fachada de um edifício, e as sombras da multidão projetadas na cúpula que ornamenta o teto do Congresso Nacional, tinham no *espaço ocupado* o foco principal. Talvez esteja aí um ensaio para uma política que ultrapassa as reivindicações centradas em questões identitárias, pois que “uma verdadeira política da diferença só pode ser uma política da des-identidade”, aberta a uma indeterminação cujo potencial emancipador permitiria que “a sociedade seja compreendida como portadora de uma ‘zona de indiferenciação e indistinção’, na qual as diferenças culturais são submetidas a uma saudável indiferença política” (SAFATLE, 2013). Negri e Hardt já o indicavam, ao profetizar que o devir revolucionário da multidão colocaria a baixo todo o edifício da representação. Não precisamos ir longe a ponto de subscrever integralmente a aposta autonomista destes autores; por ora, basta observar como é insuportável para a política-polícia reconhecer a legitimidade de um sujeito que leva a sério sua prerrogativa de ser verdadeiramente um sujeito da política, e não apenas seu objeto, um poder constituinte, e não somente um poder constituído.

Segundo, também a demanda apresentada por este sujeito-político-multidão tem um caráter suplementar. A reinvenção do transporte público expressa no passe livre é uma daquelas reivindicações pontuais que, se atendidas, implicariam numa série de alterações estruturais significativas – daí o incômodo que causa. A reação dos poderes estabelecidos é proporcional à percepção da ameaça que ela veicula. A demanda do passe livre faz mais do que evidenciar a falência da solução de mercado vigente: instaura um debate sobre transporte público que coloca como questão central a reflexão sobre o direito às cidades. Trata-se de um debate que exige pensar a relação entre indivíduos e coletividades; que obriga à reflexão sobre a reforma política, dado que levanta a temática do financiamento de campanhas (em muitos estados, os poderes executivos e legislativos são financiados por empresas de ônibus); que coloca em pauta a questão do meio-ambiente e da sustentabilidade (a necessidade de encarar a redução da poluição não como efeito colateral benfazejo do transporte público, mas como uma de suas razões de ser); e, por fim mas não menos importante, um

debate que coloca em evidência o imperativo de pensar as políticas públicas como aquilo que de fato são, isto é, decisões políticas, e não meramente questões técnicas.⁹⁷ Não admira que logo de saída o poder midiático a tenha rotulado como uma “bandeira irrealista”, com a qual “não haveria acordo possível”, a despeito dos exemplos de dezenas de cidades que a instituíram com sucesso. Em suma, se as demandas incomodam tanto, é porque sua realização implicaria na repolitização da política. É esta a exigência das ruas, e é o que fazem, em ato, os jovens que pedem o fim das catracas nos ônibus, ou que ocupam Câmaras e Assembléias. Perseguidos pelo poder público, criminalizados com a ajuda da imprensa, oferecem um testemunho da facilidade da passagem daquilo que Zizek (2006a: 33-53) chama de *pós-política*, o pragmatismo supostamente neutro e não ideológico que gostaria de reduzir a política à administração utilitária da *res publica* por especialistas técnicos, à *ultrapolítica*, a tentativa de despolitizar a *diaphonia* através da militarização do conflito, de modo a instaurar uma lógica estritamente schmittiana.

Se tivessem lido o elogio de Tocqueville à democracia da qual os grandes jornais de hoje se dizem defensores fervorosos, os responsáveis pela feitura das manchetes saberiam que quanto maior a capacidade de associação e ação dos representados, menores as chances de que a representação possa ser usurpada em prol de interesses particulares. Ao asfixiar o único elemento verdadeiramente político dos protestos, ao criminalizar a ação dos (sub)representados, a mídia corporativa alimenta a própria crise de representação, não apenas porque ajuda a reduzir a democracia ao momento esparso e solitário do voto, mas sobretudo porque impede a maturação de um sujeito político capaz de alterar o jogo imobilizado pelo “pemedebismo”, para voltarmos novamente aos termos empregados por Marcos Nobre (2013a). Mas é precisamente isto o que as Jornadas de Junho tornaram evidente uma vez mais, que o voto não basta. Compreensível que manifestantes tenham o tempo todo rejeitado abertamente os jornais, dizendo “Não me representam”.

⁹⁷ Aqui não faço mais do que repetir um comentário preciso de Fernando Perlatto, feito em sua página pessoal do Facebook.

Quando uma estrutura de comunicação é *sistematicamente* distorcida, ela tende a apresentar a aparência de normatividade e justeza. Uma distorção que seja tão abrangente tende a obliterar tudo e a desaparecer de vista – do mesmo modo que não descreveríamos como desvio ou deficiência uma situação em que todos capengassem, ou em que deixassem de pronunciar os agás o tempo todo. Assim, uma rede de comunicação sistematicamente deturpada tende a ocultar ou erradicar as próprias normas pelas quais se poderia julgar que ela *está sendo* deturpada; com isso, passa a ser peculiarmente invulnerável à crítica. Nessa situação, torna-se impossível levantar, *de dentro* da rede, a questão de seu funcionamento ou de suas condições de possibilidade, já que, por assim dizer, ela confisca essas indagações logo de saída. As condições históricas de possibilidade do sistema são redefinidas pelo próprio sistema, assim evaporando dentro dele. No caso de uma ideologia “bem sucedida”, não é como se um corpo de ideias fosse percebido como mais poderoso, legítimo ou persuasivo do que outro; as próprias bases para escolher racionalmente entre eles são habilmente removidas, de modo que se torna impossível pensar ou desejar fora dos próprios termos do sistema. Uma formulação ideológica dessa natureza curva-se sobre si mesma como o espaço cósmico, negando a possibilidade de qualquer “exterioridade”, impedindo a geração de novos desejos e frustrando o que já temos. (EAGLETON, 1996: 204; itálicos do autor).

Ninjas, Construção de Sujeitos e Desnaturalização de Narrativas

A community will evolve only when a people controls their own communication.

Frantz Fanon

Em finais de julho, diante da escalada da barbárie nos protestos – carros descaracterizados da PM atirando a esmo, inclusive com munição letal, policiais infiltrados incitando a quebradeira, a tática *Black Bloc* ganhando fôlego nas ruas etc. – o sociólogo Diogo Lyra resumia a gravidade da situação nos seguintes termos:

a radicalidade está crescendo por todos os lados: manifestantes, polícia, instituições... cada um cometendo seu tipo específico de violência. essa é a interação perversa que precisa ser breçada. porque todos que estão investindo na força estão saindo ilesos. o cara que incendia ônibus não é preso – e no lugar dele responde alguém com flagrante forjado; o policial que comete abuso não é punido – e no lugar dele padecem todos os outros que estão trabalhando sob condições aviltantes desde junho; parte dos políticos que tem votado leis inconstitucionais e assumido, além disso, posições de absoluto desprezo pela democracia (como no caso da cpi dos ônibus ou do plano de carreira dos professores), insistem nessa conduta irresponsável – e no lugar deles é toda a classe política que permanece em cheque; isso pra não citar a postura do ministério público diante de todos esses atores da força. pra mim se trata de um arranjo perverso em que a violência tem sido a linguagem comum desses múltiplos atores. romper essa dinâmica é o grande problema. sobretudo se o foco da responsabilidade recair apenas sobre aqueles que estão nas ruas, pois na prática generaliza-se o manifestante e o 'vândalo'. e dessa generalização, que implica prisões, ferimentos, raiva e medo por parte daqueles que querem apenas protestar, nasce uma indignação que acaba, ingenuamente, se manifestando

como um apoio à quebradeira. (Comentário publicado em sua página pessoal no Facebook; manteve a grafia original.)

Poder-se-ia lembrar que o problema não está apenas a alimentação recíproca das violências, mas, como observou o historiador Sérgio Martins em resposta ao *post* original de Lyra, “na circulação de um discurso oficial que normaliza de antemão um tipo de violência enquanto criminaliza outro”. É este desequilíbrio, dizia Martins, que impede um diálogo efetivo, na medida em que instaura uma “certa elasticidade da legalidade” cujo efeito é a tolerância com relação ao atropelo de leis tidas como “indesejáveis”. Sabemos, é claro, que o discurso que normaliza a violência do aparato repressivo do estado brasileiro, bem como a complacência cotidiana em relação a esta elasticidade de certas leis, estão aí desde sempre; as manifestações apenas ofereceram mais um palco para sua atualização. Mas é justamente por esta razão, por serem as manifestações uma situação concreta onde tais aspectos estruturais encontram terreno para se reproduzir, que podemos pensar em usar as frestas abertas pela própria situação para voltar as premissas da conjugação direito/democracia contra si mesma. Se as Jornadas de Junho colocam em evidência a inconsistência estrutural do sistema – sua necessidade de quebrar as próprias regras para se manter –, então exigir coerência nos pontos onde o sistema não pode permanecer coerente é uma maneira de pressioná-lo como um todo (ZIZEK, 2013: 104). Através das redes sociais, indivíduos e coletivos amplificaram a pressão, exercida nas ruas, sobre tais pontos. Não surpreende, portanto, que a internet tenha sido também alvo de uma campanha de difamação por parte da mídia corporativa. Uma vez mais, tomemos como ponto de partida um editorial de jornal (“Mito das Redes Sociais”, da Folha de São Paulo):

Ninguém duvida da imensa utilidade das redes sociais como ferramenta profissional e recreativa. Organizam um gigantesco contingente de usuários conforme suas afinidades e facilitam toda forma de comunicação interpessoal. Tornam a vida mais prática. Mais controvertidas são suas dimensões política e midiática. À primeira vista um enorme fórum de livre debate, as redes são formadas por células que mais reiteram as próprias certezas e hábitos do que os submetem a discussão. Esta, quando ocorre, adquire tons de estéril guerrilha verbal. Às vezes se formam consensos formidáveis e legítima mobilização, como visto em junho passado, mas que tendem a ser passageiros, além de superficiais. Talvez pela natureza fluida do veículo em que se expressam, falta-lhes organicidade e duração. Tampouco cabe dúvida de que o jornalismo amador ou militante, impulsionado pela internet, ajuda a suplementar o sistema de informação como um todo. Nem por isso está isento de críticas. Embora faça a

apologia da veracidade, essa forma de jornalismo se mostra ainda mais sujeita a falhas do que as já frequentes no jornalismo profissional. Informações se divulgam sem comprovação, quase sempre embaladas nas estridentes convicções, autênticas mas parciais, de seu emitente. Os usuários sabem disso, e seu comportamento sugere que as redes são antes uma ampla câmara de ressonância da própria mídia. Levantamento publicado pela Folha mostrou que mais de 80% do conteúdo informativo tramitado pelo Twitter, por exemplo, relativo às jornadas de junho passado, era produzido pelo jornalismo profissional da imprensa e da TV (...). (Folha de São Paulo, editorial de 28/7/2013.)

Acuse seu inimigo daquilo que você mesmo faz – que melhor forma de encobrir o próprio *modus operandi*? Vimos anteriormente o argumento da polarização/fragmentação, que este editorial de *Folha* ventila, com alguma justeza, diga-se. Mas agora estamos em posição de voltar o próprio argumento contra a imprensa: as críticas que circularam nas redes sociais cumpriram a função de escancarar os ideários políticos que orientaram o enquadramento operado pela grande mídia, colocando em evidência todo o seu trabalho de “reiteração de certezas”, fechamento de perspectivas e recusa ao diálogo (BOSCO, 2013b). Há um sem número de *memes*, vídeos no Youtube, intervenções artísticas, narrativas pessoais no Facebook – enfim, toda uma produção espontânea, politicamente motivada – que, desde uma posição contra-hegemônica, contribuem para conformar uma contra-narrativa, alternativa àquela veiculada na grande mídia⁹⁸. Criticando o enquadramento oferecido pelos jornais, corrigindo notícias quando factualmente equivocadas – como no caso do jovem Bruno, preso injustamente pela PM, acusado de haver arremessado um coquetel Molotov, e solto depois que as imagens amadoras que inundaram as redes provavam sua inocência, forçando inclusive o Jornal Nacional a exibi-las –, a internet manteve a grande imprensa *accountable*, tanto quanto lhe foi possível. E dado que os jornais se empenharam em solicitar mais rigor repressivo, sobrevalorizando o vandalismo episódico em detrimento da violência policial estrutural, legitimando inclusive medidas escancaradamente autoritárias, as redes sociais transformaram-se no único canal atuante a exigir o respeito às garantias civis. Neste cenário, sugerir que a imprensa seria o lugar por excelência do debate ponderado e da abertura ao dissenso

⁹⁸ São muitas e diversas as iniciativas, e uma análise de seus conteúdos ficará para outra ocasião. Veja-se, para ficarmos apenas em alguns exemplos, as intervenções visuais dos coletivos Projetação e Vinhetando, ambos com páginas no Facebook; os trabalhos do humorista Rafucko no Youtube; os vídeos com “legendas verdadeiras”, que “traduzem” o que o governante “realmente estaria dizendo” (Eduardo Paes legendado: <https://www.youtube.com/watch?v=L0yCNcibIqQ#t=0>; Cabral legendado: <http://youtu.be/TtvGQOudXbI>); e o vídeo que compila a obsessão da mídia com a questão do vandalismo (<http://www.youtube.com/watch?v=04XYSEI2ln4>).

democrático, por oposição a uma internet fragmentada em guetos auto-referentes e potencialmente fascistas, é colocar de cabeça para baixo a régua que mediria um espaço de comunicação.

Para além desta inversão, há outras incorreções dignas de nota. Ecoando uma pesquisa cuja conclusão apontava que, durante o mês de junho, 80% das *hashtags* sobre as manifestações no Twitter “linkavam” para conteúdos de grandes jornais, *Folha* achou por bem decretar que as redes sociais não passariam de “câmara de ressonância” da mídia tradicional – daí o “mito” do título do editorial. Tal argumento, uma manobra que obscurece o carácter contestatório de grande parte das iniciativas na internet, está factualmente equivocado, na medida em que considera somente o compartilhamento no Twitter de conteúdos oriundos da grande imprensa, e não a circunstância concreta destes compartilhamentos. Matérias de grande jornais são amiúde compartilhadas em tom de reprovação, justamente para exibir sua inadequação, para avançar alguma crítica ou manifestar discordância. Nesse sentido, é revelador que a grande imprensa se recuse⁹⁹ a reconhecer a distinção, relevante à atual configuração da esfera pública ligada em rede, entre *autoridade*, a capacidade de se fazer extensivamente “retuitado” e republicado, e *centralidade*, “a capacidade de um ‘nó’ (um perfil nas redes sociais) de ser capaz de atrair conexões, distribuir conexões, ser ponte para outras pessoas, articular mundos [e] coordenar uma ação” (MALINI, 2013). A grande imprensa possui autoridade, mas, no que diz respeito aos protestos, a centralidade é dos ativistas. Para usarmos uma metáfora espacial, o eixo vertical de disseminação de informações continua hegemonizado pela imprensa; contudo, na atual configuração da esfera pública ligada em rede, tal eixo é complementado por um outro, horizontal, que trata da qualidade das interações, densidade das relações e capacidade de mobilização.

Há uma métrica na teoria dos grafos chamada de centralidade. Ela calcula vários elementos de uma relação. Por exemplo, calcula o quão distante alguém (perfil) está de todos os sujeitos de uma rede. Num contexto político de intensa relação entre as pessoas nas redes, se você está próximo a outras pessoas que se

⁹⁹ Malini foi procurado pela *Folha*, justamente a propósito do predomínio do conteúdo produzido pela grande imprensa nas redes sociais. Na entrevista, explicou que a grande imprensa possuía autoridade, mas não centralidade. Sintomaticamente, *Folha* publicou somente o trecho sobre autoridade.

A matéria pode ser acessada aqui: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305911-jornalismo-domina-rede-social-durante-protestos-pelo-pais.shtml>

interessam em narrar os protestos de rua, o tempo para você receber tais relatos será bem curto. Rapidinho o vírus da informação te contamina. E você contamina seus amigos. Todos temos o *influenza* em nossos corpos virtuais. O poder das redes advém da capacidade das pessoas na rede se agenciarem. E o que fazem certos perfis jornalísticos? Evitam o contato, a *influenza*. Com isso perdem a centralidade. (...) A centralidade de um perfil nas redes sociais ocorre em função da capacidade de um perfil enunciar os protestos, estar dentro, estar próximo de tantos outros que corroboram e discordam de suas teses e discursos. Estar no acontecimento, nos protestos de rua (...). E aqui a imprensa tradicional desaparece (MALINI, 2013).

Entre os perfis de maior *centralidade* durante as Jornadas de Junho, destacam-se as iniciativas de transmissão dos protestos via *twitcam*, que abriram a possibilidade de os acompanharmos enquanto acontecem, sem o filtro posterior da edição. Não são exatamente uma novidade; embalada pelos protestos contra a reunião da OMC em Seattle em 1999, a Indymedia mostrava o caminho, seguido depois no Brasil pelo Centro de Mídia Independente (CMI)¹⁰⁰. Mas foi a “Mídia Ninja” (sigla de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) que conquistou notoriedade nas recentes manifestações, embora não tenha sido a única iniciativa do tipo a cobri-las¹⁰¹. O sucesso raramente vem sem polêmica, e com os Ninjas não foi diferente. De saída, a denúncia de que a Mídia Ninja, porque cria do coletivo Fora do Eixo, não passaria de um “braço” de comunicação do PT¹⁰². Uma meia verdade enunciada de maneira a criar uma mentira inteira: embora seja correto apontar as ligações do Fora do Eixo com o Ministério da Cultura, a noção de uma cooptação ideológica absoluta parece não fazer sentido algum. Se os Ninjas não passam de servos do PT, então seria de se esperar que suas ações estivessem em consonância com os interesses do partido. Mas então por que cobriram os protestos em São Paulo e Brasília, de prefeituras petistas, ajudando a insuflar uma revolta que abalou a popularidade do governo Dilma de um modo

¹⁰⁰ Agradeço a Arthur Dantas por haver me chamado a atenção sobre este ponto.

¹⁰¹ Além de diversos indivíduos que, agindo isoladamente, contribuíram para a transmissão dos protestos via *twitcam*, destacam-se também o trabalho do Coletivo Mariachi e do Jornal A Nova Democracia. Como seria incômodo citar todos estes nomes sempre que fosse me referir à tais transmissões, usarei daqui em diante somente a designação genérica “Mídia Ninja” ou apenas “Ninjas”.

¹⁰² A denúncia foi feita pelo jornalista Carlos Newton, em artigo publicado no site Tribuna da Imprensa: <http://tribunadaimprensa.com.br/?p=70347> O jornal O Globo insinuou a mesma cooptação ideológica, afirmando que os Ninjas estariam em busca de “verba oficial para sobreviver”, quando na verdade o que se discute é a busca por financiamento público, algo bem diverso, como notou Cátia Guimarães (2013). Houve também uma enorme polêmica nas redes sociais, surgida na esteira das declarações da cineasta Beatriz Seigner, sobre o caráter da operação do coletivo Fora do Eixo. Deixarei de lado esta polêmica, cuja análise nos arrastaria para uma discussão sobre a existência de um projeto de poder do Coletivo, e a exploração de mão-de-obra feita em seu nome.

que oposição alguma até então fora capaz? Mais: no site da Pós TV, incubadora da Mídia Ninja dentro do Fora do Eixo, há uma série de debates sobre a questão do aborto, política das drogas e direitos indígenas, áreas em que o atual governo do PT vem falhando escandalosamente, ao se aliar com o pior do conservadorismo na política brasileira. Entre estes debates, há também entrevistas com Marina Silva, talvez a principal liderança política com potencial de ameaçar a reeleição de Dilma.

A maior parcela das críticas, contudo, refere-se à forma de trabalho dos Ninjas. Os argumentos dividem-se em várias frentes: a precariedade da linguagem visual empregada, o amadorismo do discurso, a parcialidade que solaparia o princípio ético de procurar captar os fatos em sua pluralidade de significados, a falta de uma edição capaz de dar sentido aos fluxos de imagens captadas. “Alguém que tenha tido a pachorra de acompanhar a linguagem descompassada da cobertura, o português assassinado, as bobagens ditas no ar, a desinformação, a ignorância política ou que tenha tido a disposição de ler os comentários da audiência”, escreve a jornalista Marli Gonçalves no *site* Observatório da Imprensa, “verá que é tão ruim que chega a ser divertido” (GONÇALVES, 2013). Menos ácido, mas nem por isso menos contundente, o jornal O Globo afirmou, em matéria dedicada ao exame dos Ninjas, que estes “entendem-se como jornalistas”, mas que, “ao executar suas ‘pautas’ com a paixão de um ativista, confundem-se com os personagens de suas histórias”. E arrematou: “Quem assiste pela web sente que eles, muitas vezes, provocam a notícia – em vez de apenas revelá-la”¹⁰³. O principal aqui está na sugestão de que o trabalho dos Ninjas sequer poderia ser considerado como jornalístico: sendo atores apaixonados que intervêm diretamente na realidade, e não observadores distantes que se esforçam apenas em descrevê-la, transformam-se automaticamente em personagens de histórias, não em cronistas de fatos. É sintomático, aliás, que a primeira pergunta feita a Bruno Torturra e Pablo Capilé no programa Roda Viva¹⁰⁴ tenha sido justamente se eles consideravam o trabalho da Mídia Ninja como jornalístico. Mais uma vez, o que temos aqui é a tentativa de salvaguardar o lugar de fala de

¹⁰³ A matéria pode ser lida na íntegra aqui: <http://oglobo.globo.com/pais/ninjas-querem-verba-oficial-para-sobreviver-9343258>

¹⁰⁴ O programa foi ao ar em 5/8/2013, e pode ser visto no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M>

jornalismo, e se o *establishment* da imprensa sentiu a necessidade de fazê-lo, foi precisamente porque a Mídia Ninja o expôs de algum modo. No mesmo diapasão, ouçamos a crítica de Fernando Gabeira¹⁰⁵:

Mas existem certos princípios na informação de qualidade. Um é a importância de ouvir os dois lados. Outro é a humildade do repórter, que mesmo tendo uma posição sobre determinado tema não tenta conformar a realidade à sua tese. É preciso estar aberto para o que realmente está acontecendo e jogar para o alto as ideias que não correspondam aos fatos. Quando alguém da Mídia Ninja é preso, a grande imprensa relata em detalhes e busca explicações da polícia. Quando carros das emissoras de TV são queimados por manifestantes, é de esperar que a Mídia Ninja também combata esse tipo de violência e todas as outras formas de agressão. Se o nome do jogo é informação, a liberdade de imprensa é um bem comum (GABEIRA, 2013).

Imparcialidade e humildade aparecem aqui como figuras éticas, que obrigariam a um *modus operandi* cujas regras demarcariam as fronteiras do fazer jornalístico. Mas como é próprio do mito resistir a todas as evidências que o desmentem, também o da ética jornalística foi capaz de sobreviver às Jornadas de Junho – e à esta altura já deve estar suficiente claro que o artigo de Gabeira, e de todos aqueles que lançaram mão do argumento da parcialidade para criticar os Ninjas, são formas de reiterar tal mito¹⁰⁶, de defendê-lo contra aquilo que poderia revelar sua condição. Mais interessante, creio, seria atentar para uma crítica formal que se pode fazer à Mídia Ninja, e que foi bem colocada pelo cineasta Eduardo Scorel (2013). Em contraste com a *frieza* inerente às transmissões usuais das câmeras de TV, a narrativa *quente* dos Ninjas colocaria os espectadores literalmente dentro dos eventos, o que suscitaria problemas e questionamentos particulares:

Para o NINJA deste início do século vinte e um, portanto, não se trataria mais de gravar sem interferir, nem de apenas interagir ou de se inserir na observação. O NINJA pretenderia ser, ao mesmo tempo, repórter e participante. Resta saber se será capaz de conciliar os pressupostos dessas duas atividades, uma comprometida em informar, a outra em se manifestar, o que parece romper com o paradigma consagrado da observação jornalística e documental no século passado. A mídia NINJA quer compartilhar seu testemunho e seu engajamento em tempo real, sem edição. Sendo esse seu objetivo, não parece levar na devida conta que transmissões ao vivo, *frias* ou *quentes*, entediantes ou de impacto, tendem a se aproximar umas das outras em pelo menos um aspecto imprevisto –

¹⁰⁵ O artigo completo de Gabeira, publicado no Estadão, pode ser encontrado em: <http://www.estadao.com.br/noticias/imprensa,media-ninja-e-o--futuro-desfocado-,1064592,0.htm>

¹⁰⁶ Sigo Barthes aqui, sua noção de que o mito é uma *fala despolitizada* em que “as coisas perdem a lembrança da sua produção” (BARTHES, 2013: 234).

ambas se caracterizam pela dificuldade, para não dizer impossibilidade, do espectador saber o que, de fato, está acontecendo. Num caso, como no outro, falta edição – a seleção, ordenamento e combinação que produzem sentido em toda linguagem. Ao valorizarem a imediatez em nome da urgência, a mídia NINJA ainda tem pela frente o desafio de conseguir fazer “narrativas independentes” que conciliem “jornalismo e ação” (ESCOREL, 2013; itálicos do autor).

É significativo que Escorel evoque a distinção entre observador e participante, posições que a antropologia juntou quando da criação de sua metodologia de trabalho de campo. Antes, contudo, de nos determos criticamente nestes pontos, cabe observar outra avaliação, que caminha em sentido semelhante:

Uma coisa é assumir de que lado se está, outra é ignorar a necessidade de preservar o papel de mediador que todo jornalista precisa exercer, independentemente da ideologia. Para esclarecer: *mediação não significa imparcialidade*, nem mesmo equilíbrio – se pensarmos na metáfora do fiel da balança –, porque o jornalismo produzido numa sociedade desigual não pode forjar um equilíbrio inexistente; *significa filtrar as informações para estabelecer um quadro compreensível da realidade*. Mesmo o jornalismo explicitamente militante tem essas obrigações éticas, não pode simplesmente mergulhar nos acontecimentos e ignorar suas responsabilidades (MORETZSOHN, 2013; itálicos meus).

Haveria portanto algumas limitações formais inerentes às longas e ininterruptas transmissões dos protestos em tempo real feitas por Ninjas: à incapacidade de extrair um sentido da torrente de imagens que se sucedem em fluxo – Moretzsohn observa, com pertinência, que *ver* não implica automaticamente em *compreender* –, somar-se-ia a impossibilidade de ocupar ao mesmo tempo as posições de observador e participante. Ambas as críticas são problemáticas. O fato de a narrativa dos protestos transmitida por Ninjas ser feita sem cortes não significa que não esteja sujeita à edição. Quando cobrem protestos, Ninjas estão a todo tempo atentos aos comentários que os espectadores publicam na página da transmissão. Respondem a tais comentários no ar, e deixam-se guiar por eles¹⁰⁷. A cobertura de manifestações por Ninjas é um processo dialógico em que a narrativa vai sendo construída ao longo do evento também em função das interações com o público, que, amiúde conectado simultaneamente no Facebook e no Twitter, recebe informações em tempo real e as compartilham, emitindo alertas de repressão policial num determinado local, avisando do posicionamento de

¹⁰⁷ Por exemplo, na noite em que a polícia assistiu passivamente ao quebra-quebra no Leblon, correu nas redes sociais um boato de que haveria um grande confronto na Lagoa, talvez até com um manifestante morto; assim que a informação começou a circular na página da transmissão, um dos Ninjas se deslocou para o local indicado, logo confirmando tratar-se apenas de boato.

outros Ninjas, fazendo pedidos de checagem de informações etc. Registro e edição misturam-se, em ato, num trabalho espontâneo e não coordenado de interação coletiva.

Neste ponto, a tréplica consistiria em observar que, a despeito desta edição coletiva, restaria ainda o problema da construção de sentido, pois que o registro visual ininterrupto, tenha as características que tiver, não bastaria por si só à compreensão adequada dos eventos retratados. O erro aqui é análogo ao de olhar somente para a capa de um jornal, como se tudo o que houvesse para ser dito sobre o assunto de que ela trata estivesse ali, contido nas poucas palavras em destaque nas manchetes. Analisar a Mídia Ninja observando apenas as longas horas de transmissão dos protestos, abstraindo sua filiação ao Fora do Eixo, sua atuação nas redes sociais e a estética de suas intervenções, é perder de vista o principal – seu lugar de fala. O sentido, que os críticos insistem em dizer ausente, está na verdade a todo momento sendo construído no discurso dos Ninjas, discurso este que reflete uma posição, um estar no mundo marcadamente contra-hegemônico. Se tudo o que a Mídia Ninja oferecesse fosse apenas um amontoado caótico de imagens que não lograsse “estabelecer um quadro compreensível da realidade”, como poderiam os manifestantes que *permaneceram* nas ruas depois de Junho terem se identificado com ela? E não é curioso que esta crítica seja exatamente o reverso daquela feita à grande imprensa, sobre como o hábito de picotar os fatos obstaculizaria sua compreensão dentro de uma ordem mais ampla de eventos, impossibilitando o entendimento de seu sentido? Parece não haver meio-termo: a mídia corporativa retalha a realidade em excesso, os Ninjas se recusam a editá-la. Seja como for, resultaria a incapacidade de apreender os fatos noticiados desde uma perspectiva minimamente adequada. Nem uma coisa, nem outra: o que ambas as críticas desconsideram é a estrutura narrativa que subjaz à operação de noticiar os fatos, seja nas páginas dos jornais diários, seja nas transmissões ao vivo de protestos pela internet. Pode não ser muito aparente, mas há sempre uma história sendo contada¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Evidentemente, o jornalismo costuma contar suas histórias de maneira a prejudicar uma compreensão estrutural da realidade. Nas Jornadas de Junho, todas as reportagens sobre excessos de violência policial foram apresentadas sob a ótica do desvio individual, obscurecendo a compreensão das dinâmicas sistêmicas do problema. Ainda assim, subjacente à acronia e atopia

Moretzsohn tem razão quando diz que a atividade da mediação independe de ideologia, mas o *tipo* de mediação, a forma que irá assumir, seja ela profissional ou Ninja, é uma operação já inscrita no registro de uma determinada orientação ideológica. Com isso quero dizer que a autora parece naturalizar o tipo de mediação que deriva do mito canônico do jornalismo, descartando como irresponsável qualquer procedimento fundado em bases outras. De modo análogo, Escorel pressupõe, como se fosse um truísmo não-problemático, a separação entre observador e participante, cerne de sua suspeita quanto à possibilidade de uma “ontologia Ninja”. Mas foi justamente por conferir um sentido aos eventos de que trata, mediando a compreensão das Jornadas de Junho em chave diversa da oferecida pela grande imprensa, e por haver exposto a fragilidade da ficção ontológica que jaz na base do cânone jornalístico, que a Mídia Ninja pode fazer tanto sucesso, e causar tanto desconforto. O problema não está na dificuldade de conciliar os pressupostos supostamente intrínsecos às posições de observador e participante; antes, seria o caso de lembrar que a possibilidade de tal junção só aparece como problemática em função da fábula cientificista que as separou em primeiro lugar. Mas quando paramos de pensar que tal cisão seja de fato possível, quando portanto somos levados a reconhecer (com Heisenberg) que toda observação é participação em alguma medida, então o problema sequer se coloca. Claro, sempre poderemos debater o quanto há de participação e observação num dado relato, mas aí estaremos diante de uma questão de grau, e não diante de um impasse ontológico. As fronteiras entre ninjas e manifestantes são mais porosas, ou menos definidas, mas continuam existindo. A narrativa Ninja abre um espaço de enunciação polifônica, sem no entanto diluir a multiplicidade de vozes num todo homogêneo. Abre também a possibilidade do contraste: quando um jornalista tornado político experiente como Gabeira levanta a questão da “humildade” necessária ao bom trabalho jornalístico, parece se esquecer da violência implícita a todo ato de falar *sobre* um Outro, e não *com* ele.

Vejamos mais de perto o discurso Ninja. Voltemos novamente a Hayden White, sua afirmação de que “o intuito do discurso é constituir o terreno onde se pode decidir o que contará como um fato na matéria em consideração e

que caracteriza a prática de apresentar os eventos como recortes instantâneos da realidade, há sempre a produção de narrativas, como espero ter mostrado.

determinar qual o modo de compreensão mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos” (WHITE, 2001: 16). Isto vale tanto para o jornalismo tradicional quanto para transmissões Ninjas, e é por esta razão que devemos nos interrogar sobre suas qualidades retóricas e estéticas. Num certo sentido, o desafio colocado pela Mídia Ninja, e a fertilidade da perspectiva que abriu, são análogos ao impacto da problematização da questão textual na feitura de etnografias. Tal questão eclodiu a partir da publicação da coletânea *Writing Culture* (1986), fundamental para a consolidação do entendimento da etnografia como um empreendimento textual híbrido. Desde Malinowski, a “subjetividade do autor [fora] separada do referente objetivo do texto”; no máximo, a voz autoral era vista como um “estilo” (CLIFFORD, 1986: 13; tradução minha). Narrativas de abertura de etnografias, de Malinowski a Geertz, cumpriam a função de mediar a contradição entre a autoridade científica e a experiência subjetiva de campo. Mas o texto final deveria, ao menos em tese, conformar-se às normas do discurso científico, que exigem o completo apagamento do sujeito que experimenta a realidade que pretende descrever. Paradoxalmente, “as condições do trabalho de campo [eram] expressas como um impedimento à tarefa de realizá-lo, ao invés de ser parte daquilo que deveria contar como trabalho de campo” (PRATT, 1986: 41). Que este método possa ter mantido sua ascendência sobre pesquisadores por tanto tempo é um testemunho da força da ideologia fundada na transparência da representação e no imediatismo da experiência. Contudo, desbastada pela crítica pós-colonial e pelas lutas de poder internas ao próprio campo da academia (RABINOW, 1999: 83-94), tal ideologia não nos obscurece mais o entendimento de que o “poético e o político são inseparáveis, e que a ciência está dentro, e não acima, de processos históricos e lingüísticos” (CLIFFORD, 1986: 2).

Não se trata de dizer que etnografia (ou, no nosso caso, o jornalismo) é somente literatura, mas sim de lembrar que *é sempre uma escrita*, e que mesmo a objetividade é textualmente construída (ibidem: 14-26)¹⁰⁹. A consequência natural de recolocar a prática etnográfica nestes termos é uma mudança na maneira de representar pessoas e grupos; uma vez que informantes começam ser vistos como co-autores, abrem-se novas questões críticas acerca da etnografia, questões sobre

¹⁰⁹ James Clifford reconhece que, ao chamar a atenção para a natureza literária na etnografia, suas ideias deviam muito à perspectiva aberta por Hayden White (CLIFFORD, 2002: 264).

autoridade/autoria e a relação, que é também de poder, entre sujeito e objeto da representação. Novo desafio: se por um lado o recurso ao *distanciamento*, que supostamente criaria as condições necessárias para a feitura de um relato objetivo, se mostrara uma ficção ideologicamente motivada, por outro a *proximidade* impunha o problema da identificação excessiva com o Outro, a ponto de colocar em risco a capacidade de lhe capturar em sua singularidade (CAIAFA: 2007: 150-151). Parte dos etnógrafos da geração pós Geertz irá encontrar na obra de Bakhtin, nas noções de polifonia e heteroglossia, a chave para a saída deste impasse, conformando novos modos de autoridade etnográfica para além do interpretativo (CLIFFORD, 2002). Não há necessidade de descer aos detalhes nem da recente produção etnográfica, nem da teoria bakhtiniana da linguagem, salvo para chamar a atenção ao que mais nos interessa aqui, qual seja, que as multiplicidades de vozes numa obra polifônica não estão a serviço de um projeto discursivo do narrador, parecendo assumir autoridade equivalente quando falam (BAKHTIN, 1979). Reconhecida a polifonia como modo de produção textual, a tríade autor/autoria/autoridade é solapada.

Guardadas as devidas proporções, diríamos que os Ninjas fazem agora pelo jornalismo algo semelhante ao que *Writing Culture* fez pela etnografia, a introdução de um procedimento novo para um trabalho antigo, que questiona os pressupostos da representação desde uma perspectiva que, por contraste, revela o substrato ideológico da prática que veio deslocar. Aprendemos com Bakhtin que a narrativa que possui uma coloração específica, um tom característico que a singulariza, já se afasta do discurso indireto analítico, de caráter racional e dogmático. Em outras palavras, a atitude que se quer distanciada, que se arvora na pretensão de objetividade ou neutralidade, não pode se instalar lá onde a linguagem exhibe cor e sabor peculiares. O telejornal estabelece uma distância em relação aos espectadores, procurando tranquilizar o público (ou amedrontá-lo); protegido pelo estúdio, o apresentador fala em ritmo regular, homogêneo, na terceira pessoa, enquanto os entrevistados têm suas falas cortadas, editadas (STAM, 1993: 160). A Mídia Ninja, ao contrário, estabelece uma relação de intimidade, confia na simpatia de quem está assistindo, até porque depende em alguma medida desta interação para fazer um bom trabalho. Ao assumir um colorido que a singulariza, a narrativa de Ninjas se posiciona ao lado, e não acima,

das vozes de seus “objetos”, os manifestantes, e é isto que lhes permite aparecerem como aquilo que de fato são, como sujeitos heterogêneos, e não uma massa amorfa sobre a qual se projetam as fantasias demófobas de um poder que se sabe ameaçado.

Isto sugere que o principal feito dos Ninjas não esteve no registro do factual – embora importe, e muito, dado que o sentido de uma história muda de acordo com o ponto de onde começamos a contá-la (SOARES, 2011) –, mas em haver ajudado a construir um *sujeito-político-multidão* durante o processo de representá-lo. “O fato de que o evento seja indecível”, escreve Badiou, “faz com que apareça um *sujeito* do evento. Tal sujeito é constituído por um enunciado em forma de aposta. Enunciado que é o seguinte: ‘Isso teve lugar, não o posso calcular nem mostrar, mas lhe serei fiel’” (BADIOU, 2002: 45; itálico do autor). Uma aposta, pois – não é precisamente esta disponibilidade, esta abertura aos possíveis a que um evento dá ensejo, uma condição necessária à tarefa de pensar as Jornadas de Junho em chave positiva? Do ponto de vista do poder, o que sempre esteve em jogo desde a primeira manifestação do MPL em São Paulo foi a necessidade de abortar a aparição pública de um sujeito cujas demandas exigem a introdução de uma novidade que alteraria a contagem do todo, e a violência estereotipada foi o operador conceitual deste fechamento. Assim, ao contar uma história distinta da veiculada na grande mídia, as transmissões Ninja não apenas tornaram evidente, por contraste, tudo aquilo que ela teve que excluir para construir uma ficção que contasse uma grande mentira dizendo apenas verdades, mas também ajudaram a criar um senso de pertencimento a um “nós” cuja verdade ainda estava por ser escrita. Ao fazê-lo, forneceu uma bela ilustração para o argumento foucaultiano de que a melhor forma de confrontar o poder é tornar visíveis os mecanismos através dos quais ele se exerce.

O elogio do discurso Ninja não implica em fechar os olhos para suas contradições e impasses. Comentando os principais equívocos na leitura de movimentos sociais, David Snow alertava para a tendência em postular uma coerência ideológica algo fictícia entre os membros do grupo, pressupondo uma correspondência entre discurso e comportamento efetivo (SNOW, 2007: 397). Vale lembrar de Fanon, que nos advertia para a recorrência com que o dominado,

uma vez liberto, mimetiza o comportamento do dominador, repetindo-lhe os vícios, apenas com sinal invertido. E se dissemos que toda narrativa é construída com base em exclusões pontuais, eventos que poderiam ter sido abarcados, mas foram deixados de lado, então a narrativa Ninja não poderia ser exceção. Talvez o que ela precise excluir seja uma certa tendência a absolutizar a própria posição, apesar do discurso manifesto de apoio à multiplicidade de perspectivas; nesse sentido, preocupa a naturalidade com que foi tratada a violência dispensada por manifestantes a jornalistas tradicionais. Arrogar-se para si o manto da virtude não é exatamente salutar, mesmo que reconheçamos o contexto extremamente hostil, a perseguição pelo poder público, a criminalização imposta pelos grandes veículos de comunicação, a experiência da dor e da humilhação vivida nas ruas. Ninjas também jogam com a espetacularização da violência, e convém não esquecer a lição fundamental da antropologia, de que toda explicação nativa é na verdade uma justificação... Romantizar o discurso Ninja como intrinsecamente virtuoso, apenas porque nascido espontaneamente de uma posição contra-hegemônica, seria algo como uma reedição pós-moderna do mito rousseauiano do bom selvagem; o despreparo dos Ninjas quando da realização de uma entrevista com o prefeito Eduardo Paes não nos deixa esquecer das limitações do amadorismo. E mesmo a polifonia esconde suas armadilhas, pois que o virtuosismo da montagem das vozes num texto poderia apenas confirmar sua manipulação por parte de um único autor (RABINOW, 2012: 86).

A avaliação da possibilidade descortinada pelo trabalho de Ninjas pouco tem a ver com correção factual, embora ela importe; não se trata de dizer que narrativa da Mídia Ninja foi superior a da grande imprensa por haver apresentado os “fatos” do modo como “realmente” teriam ocorrido. Debater se o que Ninjas fazem é ou não jornalismo já implica em subscrever a noção de jornalismo que importa rejeitar, porque calcada no mito da imparcialidade. A questão não é o grau de objetividade da descrição, mas sim a que desígnios serve, os possíveis que deixa entrever, os horizontes que descortina. Aí o critério de validação: a novidade transmitida via *twitcam* desnaturalizou o discurso da grande mídia, revelando seu caráter de narrativa ficcional, quebrou-lhe o monopólio da produção da Verdade, produzindo blasfêmia. Fez isto não a partir de um lugar de fala centralizado, mas desde uma miríade de perspectivas, conformando uma

polifonia cuja autoridade não pode ser inteiramente reivindicada por ninguém. “A polifonia”, observa Robert Stam, “não consiste no mero aparecimento de um representante de determinado grupo, mas na promoção de um cenário textual em que a voz desse grupo possa ser ouvida com toda a sua força e sonoridade”, sendo portanto algo muito diferente da tolerância liberal, na medida em que implica na modificação da posição dos interlocutores, e não em mero acréscimo a um concerto dado de antemão (STAM, 1993: 167). Pode ser que a voz do sujeito-político-multidão ainda não tenha encontrado condições de se fazer ouvir em toda a sua plenitude, mas não seria menos correto afirmar que a *ideia* Ninja extrapolou a fronteira inicial de grupo para converter-se numa performance¹¹⁰ – Ninjas são todos aqueles que, saindo as ruas em protesto ou os acompanhando de casa, utilizam a tecnologia disponível para inverter o *big brother* Orwelliano e vigiar a loucura dos poderosos. Mais do que simplesmente ampliar o escopo de vozes, trata-se de redefinir as condições do diálogo, o que é, em si mesmo, um ato político.

Contudo, afirmar que o critério da objetividade importa menos do que a inspiração e os efeitos da narrativa é abrir o flanco para a acusação de relativismo, e não foram poucas as vozes na imprensa que se levantaram neste sentido. Algumas delas podem até estar inclinadas a reconhecer que o fetiche da objetividade cumpre a função ideológica de manter intocado o lugar de fala de uma atividade empresarial autorizada a exercer o poder de representar o Outro da forma que melhor sirva aos seus interesses, mas recusam-se a dar o passo seguinte, a afirmação da necessidade de repensar a práxis jornalística a partir da noção de múltiplas parcialidades. Temem o vale-tudo na representação: se a mídia corporativa distorce e mente, então “estaríamos autorizados a fazer exatamente o mesmo em sentido contrário, embora o façamos, como sempre, em nome da verdade. Restaria ao público escolher entre uma incomensurável variedade de mentiras, enquanto o compromisso básico do jornalismo é com o esclarecimento” (MORETZSOHN, 2014). O impasse é antigo conhecido; Clifford Geertz (1989), por exemplo, tinha algo semelhante em mente quando afirmava que a impossibilidade de um ambiente absolutamente asséptico não nos autorizaria a realizar cirurgias no esgoto. A analogia é até certo ponto válida, mas coloca uma

¹¹⁰ Agradeço a Diogo Lyra por haver me chamado a atenção sobre este ponto.

armadilha à reflexão sobre o assunto, uma vez que não se trata de rejeitar a verdade como ideal regulativo, mas de ampliar o horizonte normativo de toda atividade de descrição/representação de modo a caber também outras preocupações de cunho ético e político, algumas das quais advindas do próprio compromisso de “buscar a verdade”.

Neste sentido, temos boas razões tanto para esposar uma perspectiva relativista, quanto para não nos deixar impressionar pelos supostos males que dela adviriam. Perguntar quem teria sido mais fiel aos fatos, se a mídia tradicional ou a Mídia Ninja, não faz muito sentido, dado que

desacordos não podem ser resolvidos por referência a fatos, porque os fatos emergem somente no contexto de um ponto de vista. Segue-se, então, que desacordos devem ocorrer somente entre aqueles que possuem (ou são possuídos por) diferentes pontos de vista, e o que está em jogo num desacordo é o direito de especificar o que serão os fatos dali em diante. Desacordos não são resolvidos por fatos, são os meios através dos quais fatos são resolvidos. Nenhuma resolução, claro, é final, e no (quase certo) evento de uma disputa ser reaberta, a categoria dos fatos “como eles realmente são” será reconstituída em uma outra forma (FISH, 1980: 338-339; tradução minha).

Isto implicaria no abandono da verdade como ideal regulativo? Estaríamos condenados a uma guerra de versões, tanto mais suja quanto a disposição dos atores de torcer os eventos de modo a encaixá-los numa visão de mundo previamente dada? Os supostos malefícios do relativismo, conhecemos bem – subjetivismo incoerente, niilismo, paralisia ética etc. Mas tais acusações em geral têm suas raízes mais no dogmatismo do acusador do que no relativismo do acusado. “Todas as definições comuns do relativismo”, assinala John Ladd, “são formuladas por adversários do relativismo... São definições absolutistas” (*apud* GEERTZ, 2001: 48). Poderíamos então abrir um rápido parêntese e encerrar esta seção do trabalho perguntando, afinal, o que se entende por relativismo, a fim de desfazer o medo da “múltiplas parciaisidades”. É possível conceber o relativismo em sentido “fraco” – o reconhecimento da relatividade de justificação para as crenças: se não há nem um fundamento absoluto para o nosso sistema de crenças, nem um critério último que garanta o estatuto de verdade a alguma crença específica, então a Verdade será sempre relativa, contingente, produto de configurações particulares de tempo, lugar e acaso – e em sentido “forte”, a aceitação da idéia de que, uma vez que não dispomos de tais ancoragens

universais, todas as crenças são igualmente válidas. A diferença é expressiva. Há uma distância entre dizer que não há um fundamento ao qual recorrer para decidir, por exemplo, entre democracia liberal e nazismo, e dizer que estas duas formas de vida política se equivalem. A primeira posição não faz mais nada além de reconhecer que não dispomos de um princípio universal absolutamente incontroverso sobre o qual poderíamos sustentar nossa crença na superioridade da democracia liberal; a segunda afirma que ambos, democracia liberal e nazismo, são sustentados por crenças válidas cada qual à sua maneira, e que seria impossível dizer que um dos regimes é intrinsecamente superior ao outro.

O cerne do relativismo fraco é o elo entre a inexistência de fundamentos para as crenças e a impossibilidade de encontrar critérios para decidir entre elas. O fundamento implica em um princípio metafísico eterno e imutável, uma categoria apriorística ou instância última, algo que esteja fora da história, acima das contingências, além de qualquer possibilidade de finitude. Já um critério capaz de fazer cessar de uma vez por todas a *diaphonia*, o desacordo entre as doutrinas, teria obrigatoriamente que ser um critério supra-doutrinário, uma espécie de gancho celeste que, pairando acima das posições intelectuais conflitantes, deteria a legitimidade e a correção de perspectiva necessárias para decidir a favor de uma delas. Neste sentido, tanto o fundamento quanto o critério estariam radicados num “para além” – e é justamente a negação desta possibilidade o traço definidor do relativismo fraco. Antifundacionismo e ceticismo encontram-se unidos na recusa da existência deste “para além”: ambos repudiam a existência de uma perspectiva que estaria fora de qualquer perspectiva, a tentativa impossível de assumir o “ponto-de-vista do olho de Deus”. Mas isso nos levaria a um curto-circuito, pois se a recusa em admitir este “para além” é suficiente para fazer emergir o relativismo, então os pensadores da tradição cética seriam relativistas, o que não é o caso. Céticos não apenas duvidam da possibilidade de se alcançar a Verdade, mas também da possibilidade de encontrar um critério último que encerraria a discussão de uma vez por todas. Relativistas, ao contrário, possuem um critério, aquele que afirma a igual validade das doutrinas que se entrecrocavam¹¹¹. Seria o caso então de perguntar: até que ponto o relativismo fraco é *realmente* relativista?

¹¹¹ Devo esta observação ao prof. Renato Lessa, em um seminário de pós-graduação no IUPERJ.

O que acontece ao relativismo se o definirmos de uma maneira frouxa, a ponto de abranger a recusa ao “para além” comum ao antifundacionismo e ceticismo?

Dizer que o critério de validação de uma narrativa não está em sua adequação aos fatos, mas em sua capacidade de nos fazer enxergá-los por uma perspectiva mais alargada, que ampliaria nossos horizontes de compreensão, não é incorrer em relativismo forte. A própria identificação de um critério substantivo já o afasta, pois que podemos decidir pela superioridade de uma narrativa sobre outra conflitante. O realista poderia retrucar, perguntando sobre os critérios que definiriam o que conta como “perspectiva mais alargada” e “ampliação de horizontes de compreensão”. A resposta começaria pela assunção do próprio etnocentrismo, a convicção de que tais critérios estariam baseados naquilo que nós hoje consideramos como sendo a “boa vida”: o respeito aos direitos fundamentais, a busca por um ótimo de equilíbrio entre igualdade e liberdade, a promoção da justiça e da paz, e assim por diante. A questão da validade do discurso jornalístico poderia então ser recolocada de modo a nos levar pensar sobre o quão instrutiva é a história que conta, o quanto nos permitiria compreender sobre nós mesmos, e se abriria uma fértil perspectiva acerca dos eventos que descreve¹¹². Não se pode pedir muito mais a uma narrativa. E aqui também a mensuração de méritos e falhas se dá por comparação. “Se toda estória plenamente realizada (...) é um tipo de alegoria, aponta para uma moral ou dota os eventos – sejam reais ou imaginários – de uma significância que eles não possuem enquanto mera sequência”, diz Hayden White, “então parece possível concluir que *toda narrativa histórica tem como propósito latente ou manifesto o desejo de moralizar os eventos de que trata*” (WHITE, s/d/p: 18; ênfase minha). A narrativa Ninja das Jornadas de Junho ajudou a colocar no mundo uma novidade política que, tenha os defeitos que tiver, ao menos desejou desatar o nó do imobilismo, amplificando

¹¹² Aqui não faço mais do que seguir o argumento de Richard Rorty acerca de sua noção de *redescrição*, que resulta da mistura entre a concepção wittgensteiniana da linguagem como uma ferramenta e a noção de Thomas Kuhn do poder transformador das revoluções conceituais (Voparil, 2006). Segundo Rorty, a redescrições cumpririam um papel fundamental na criação de solidariedade, pois esta “não é descoberta pela reflexão, mas sim criada. Ela é criada pelo aumento de nossa sensibilidade aos detalhes particulares da dor e da humilhação de outros tipos não familiares de pessoas. (...) Esse processo de passar a ver outros seres humanos como “um de nós”, e não como “eles”, é uma questão da descrição detalhada de como são as pessoas desconhecidas e de redescrição de quem somos nós mesmos. Essa não é uma tarefa para a teoria, mas para gêneros como a etnografia, a reportagem jornalística, o livro de história em quadrinhos, o documentário dramatizado e, em especial, o romance” (RORTY, 2007: 20).

um grito por mais participação democrática e pelo direito à cidade, quebrando o monopólio da produção da verdade, vigiando a loucura dos poderosos, expondo o longo caminho que ainda precisamos percorrer até que possamos desfrutar, na prática, da liberdade de manifestação. A narrativa da mídia corporativa, por outro lado, preocupou-se em nos fazer saber que a ordem precisava ser defendida a qualquer custo, inclusive o da exceção, de delinquentes cuja violência constituiria a mais grave ameaça à democracia brasileira.